



# IMPACTO SOCIAL

BOAS PRÁTICAS **INSPIRADORAS**  
DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL

IVANIO DICKMANN  
JOÃO CONRADO DIAS FABBRI  
ORGANIZADORES

# IMPACTO SOCIAL

Ivanio Dickmann  
João Conrado Dias Fabbri  
[organizadores]

**NOTA:** Dado o caráter interdisciplinar desta coletânea, os textos publicados respeitam as normas e técnicas bibliográficas utilizadas por cada autor. A responsabilidade pelo conteúdo dos textos desta obra é dos respectivos autores e autoras, não significando a concordância dos organizadores e da instituição com as ideias publicadas.

**© TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos é punível como crime (art.184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (art. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## CONSELHO EDITORIAL

Ivanio Dickmann - Editor Chefe - Brasil  
Aline Mendonça dos Santos - Brasil  
Fausto Franco Martinez - Espanha  
Jorge Alejandro Santos - Argentina  
Miguel Escobar Guerrero - México  
Carla Luciane Blum Vestena - Brasil  
Ivo Dickmann - Brasil  
José Eustáquio Romão - Brasil  
Enise Barth - Brasil

## FICHA CATALOGRÁFICA

---

I34 Impacto social: boas práticas inspiradoras do terceiro setor no Brasil. / Ivanio Dickmann, João Conrado Dias Fabbri (organizadores). 1.ed. – São Paulo: Dialogo Freiriano, 2019.

ISBN: 978-65-80183-01-2

1. Terceiro setor. 2. Sociedade - Desenvolvimento. 3. Desenvolvimento social. I. Dickmann, Ivanio. II. Fabbri, João Conrado Dias.

CDD 361.763 – 22. ed.

---

Ficha catalográfica elaborada por Karina Ramos – CRB 14/1056

**EDITORA DIÁLOGO FREIRIANO**  
**dialogar.contato@gmail.com**  
**www.dialogofreiriano.com.br**

Ivanio Dickmann  
João Conrado Dias Fabbri  
[organizadores]

# IMPACTO SOCIAL

Boas Práticas Inspiradoras do Terceiro Setor no Brasil

Diálogo Freiriano  
São Paulo – SP  
2019

## SUMÁRIO

### **UMA NOVA JORNADA DE IMPACTO**

Ivanio Dickmann e João Conrado Dias Fabbri .....8

### **PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM UM APRENDER NUMA AÇÃO-REFLEXÃO-AÇÃO**

Eliza Fernandes Moreira .....10

### **PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA AUTOGESTÃO E AUTODEFENSORIA: CIDADANIA E AMPLA PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Fernanda Momberger, Marilene de Fátima Pacheco dos Santos .....37

### **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E TRABALHO**

Larissa Venancio Monks Vieira .....55

### **ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA CULTURAL O ARREBOL: PRÁTICAS ARTÍSTICAS INSPIRADORAS NO TERCEIRO SETOR ALAGOANO.**

Wellington Costa da Cruz, Jefferson Rafael Borges de Mendonça, Aline Carlos de Lima, Emerson Kennedy Silva do Nascimento, Francisco Inácio da Silva Júnior, Diêgo Amarinho Rocha, Diêgo Santos da Silva, Keliane Lima da Silva, Valderez da Silva Santos .....82

### **AS AÇÕES EXTENSIONISTAS DESENVOLVIDAS PELA AGENDHA NO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA E REGIÃO**

Mikael Jurandir da Silva, Verônica Resendes Santos, Glaide Pereira da Silva, Edvalda Pereira Torres Lins Aroucha..... 116

**CATADORES (AS) DE MATERIAIS RECICLADOS E SUA CONJUNTURA SOCIETAL: CONFERINDO SENTIDOS ATRAVÉS DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA**

Gabriel Viana O. Oliveira..... 134

**PROJETO RONDON® MINAS E VOLUNTARIADO UNIVERSITÁRIO: UMA METODOLOGIA DE TRABALHO COMUNITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**

Profª. Dra. Mônica Abranches Fernandes..... 161

**PROGRAMA VIRASER - LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS PÓS-CONSUMO**

Geraldo José Virginio, Juliana Navea, Máira Pereira, Yuri Ongaro ... 189

## UMA NOVA JORNADA DE IMPACTO

O terceiro setor no Brasil tem poucos espaços de visibilidade e de apresentar suas boas práticas. Foi pensando nisso que organizamos esta coletânea de artigos que pretendemos repetir de tempos em tempos com a finalidade de contribuir com uma forma para as organizações sociais poderem compartilhar suas experiências positivas.

Ademais, temos em nossa prática a premissa da cooperação. Esta obra foi co-financiada pelos próprios autores e autoras. Cada artigo representa uma partilha e um esforço nesta tarefa coletiva de escrever e disseminar conhecimento prático. Esta prática é sempre regada com reflexões profundas sobre a área de atuação de cada entidade e liderança que faz parte de cada artigo deste livro.

Cada artigo carrega uma carga de compromisso e esta carga está, agora, expressa em palavras. Portanto, leia cada palavra a seguir com o coração na luta e com uma mente aberta a aprender com o fazer do outro, da outra. Compartilhar é um dom, precisamos acertar seus frutos, eles vêm de boas pessoas, que como nós, tem interesse que todo um ecossistema avance, e não somente as experiências particulares.

Outro elemento que ressaltamos é que este livro está a disposição para download gratuito na página da editora, ou seja, pode ser baixado em computadores e celulares sem nenhum custo, o que aproxima ainda mais os leitores e leitoras das reflexões que compõe esta obra. Conhecimento não é mercadoria.

Temos aqui a seu dispor, querido leitor e querida leitora, artigos

## IMPACTO SOCIAL

sobre catadores de resíduos, formação e educação profissionalizante, trabalho comunitário e desenvolvimento local sustentável, psicologia social crítica, ações de extensionistas e de ações culturais, autogestão e muito mais. Tudo a seu dispor e podendo ser lida aos poucos, conforme seu interesse primordial.

Nos despedimos aqui com a sensação de missão cumprida! Pois, apesar de todos os desafios de publicar uma obra com autores e autoras de diferentes locais do Brasil, sentimos que iniciamos com este livro uma jornada. O caminho está posto, agora é percorrer juntos este desafio de tornar acessível nossas experiências e nossos fazeres, para que, mesmo distantes, possamos trocar saberes.

Uma boa leitura a todos e todas.

Um grande abraço solidário.

**Ivanio Dickmann e João Conrado Dias Fabbri**

# PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM UM APRENDER NUMA AÇÃO-REFLEXÃO-AÇÃO

*Eliza Fernandes Moreira<sup>1</sup>*

## **1.Educando-me e educando: um processo interativo numa perspectiva pedagógica**

Nascida de uma família que gostava de ler, a minha infância não foi diferente das demais. Ao despertar o entendimento para o saber, ouvia meus pais lerem livretos de novenários e a Bíblia, não tínhamos acesso a jornais, revistas e outros, a única leitura era através de meus pais que contavam e liam para nós (filhos) ouvirmos e contarmos o que entendíamos da leitura; se não contássemos uma parte do texto lido ou não recontássemos as leituras da Bíblia, dos folhetos ou dos versos escutados não tínhamos direito a brincar. Cresci com a ansiedade de ler, porque queria saber se aquele livro que ele segurava com tanto amor falava tudo o que ele contava, mesmo confiando no procedimento que ele usava para nos educar.

Enquanto minha mãe preparava as refeições, meu pai sentava num banco de madeira e começava as instruções, primeiro lições morais, éticas, depois a oração acompanhada da leitura Bíblica e, logo após, a leitura e escrita das palavras que ele desejava que nós conhecêssemos. Estes fatos aconteciam aos domingos e à tardinha, ao pôr do sol, porque durante o dia levava-nos para o roçado e na hora do descanso, debaixo dos pés de Juazeiros, sentava no chão e nós,

---

<sup>1</sup> Professora aposentada, pela - SEEC. Licenciada em Pedagogia pela - UERN, cursou Ciências da Religião pela - UVA, Especializou em Gestão Educacional pela - FA, Pós-Graduada em Pedagogia Bíblica e Pedagogia Catequética, pela PUC, Goiás. Presta assessoria ao CEBI e PJMP.

## IMPACTO SOCIAL

num círculo ao seu redor. Ele, então, riscando com o dedo indicador no chão, nos ensinava escrever e ler.

Na presença dos filhos, ele fazia os cálculos de quantos sacos de milho, feijão, arroz e gergelim colheria ao final do ano. Chegando em casa fazia as anotações numa caderneta, com essa demonstração incentivava-nos a copiar também tudo o que aprendíamos, mas não achava que aquela forma de ensinar fosse uma escola, um aprendizado.

Estes fatos se deram no Sítio Bom Sucesso no município de Governador Dix-Sept Rosado, no Rio Grande do Norte, na década de 60. Meu pai além de ser agricultor, era carpinteiro. Ao desdobrar<sup>2</sup> a madeira para fazer os moveis da casa, ele conversava conosco mostrando como mediam os centímetros, os metros, nós o ajudávamos em tudo, a fazer a colher de pau, a gamela<sup>3</sup> para moer o milho, esta tinha que ser na medida certa: em círculo ou ovalada. Enquanto ensinava as medidas também ajudava a pronunciar e escrever as palavras, as primeiras palavras que aprendi a ler e escrever foram: régua, compasso, lima, lixa, martelo, serrote, enxada, carroça, balança, peso, corda, braço e grossa. Ele escrevia no chão, debaixo de uma árvore que utilizava como carpintaria e fazia-nos ler para podermos entregar os objetos adequados ao trabalho dele, fazendo as relações dos valores dos objetos para a vida, como era necessário aprender a ler, escrever e contar, e como falar para viver em sociedade.

Para se ter à idéia dos romanos todos os deveres de pai e de cidadão clamavam uma educação definida durante os anos de meninice, a fim de desenvolver aptidões ou virtudes adequadas. Essa educação era ministrada no lar para cumprimento dos deveres de pai e cidadão, sendo indispensável certas virtudes, a primeira a obediência que incluía tanto a idéia religiosa de reverência como a noção de respeito à autoridade paterna. Usavam esses conceitos como herança da escola espartana que tinha como objetivo, dar a cada indivíduo tamanha perfeição física, coragem, obediência às leis, que o tornasse o soldado ideal, insuperável em bravura; sem

---

<sup>2</sup> Dividir (uma tora de madeira) em tábuas.

<sup>3</sup> Vasilha de madeira ou de barro.

## IMPACTO SOCIAL

fugir muito desse padrão o ideal romano conservou como elemento básico, a idéia de bravura ou de virtude e de devoção ao Estado. Então o lar era o centro da educação e as escolas exerciam uma função secundária. Na Idade Média no período medieval diferentemente o elemento intelectual foi substituído pelo culto e por um rígido sistema disciplinar e a educação tornou-se um regime de preparação ao futuro, ou seja, ensinar o homem a obedecer rigidamente as normas e aos preceitos. Conservando-se as regras da monastia e o idealismo dominante do asceticismo resumia-se em: castidade, pobreza e obediência, o que equivalia à pureza do corpo e da alma é a observância restrita aos preceitos cristãos. (LOGOS II, 1985, p. 4 – 5).

Entendo que este sistema educacional extra-escolar veio passando de geração em geração e meu pai não fugiu a essa regra, me ensinou mostrando as verdadeiras virtudes já citadas anteriormente. Quando chegava em casa tinha que ajudar a minha mãe nas ocupações domésticas, como: cuidar das refeições, arrumar a casa, lavar roupas, costurar e no final de cada ano fazia serviço de pedreiro refazendo a morada que era de barro. Meus pais iam nos orientando para a necessidade de aprender tudo, mas, diziam que era necessário frequentar uma escola para ser gente.

Com meus pais adquiri o conhecimento para o crescimento de minha vida, como conviver no mundo até os dias de hoje, em cada momento passado na vida, meus pais tinham explicações para os filhos: como cuidar das plantações que era o nosso sustento, cuidar dos animais, tirar o leite das cabras que era o nosso recurso econômico, quando chegava ao final de cada ano, vendia os bodes para comprar o vestuário e os calçados, ensinavam a cuidarmos de nós mesmos: da mente e do espírito para termos vida saudável, com higiene e saúde. Faziam a relação da importância de aprender, de relacionarmos-nos com as pessoas, dos valores morais. A educação familiar em primeiro lugar tinha o conceito de obediência e temor a Deus. Usavam uma frase que dizia: “Quem é obediente e teme a Deus, Ele faz maravilhas sobre você”. “Todo aquele que cumpre o projeto de Deus recebe as bênçãos do céu”. Ainda repercutia a idéia monástica que referia-se à formação do caráter moral e religioso, consistia em

disciplinar moralmente pelo trabalho e pela fé nas coisas Divinas ou no Sagrado, o que fazia o fardo ficar leve, com isto os pais emitiam frases pitorescas iguais a estas citadas anteriormente.

Todos os acontecimentos vividos pela família eram motivo para sentarmos ao pé da lareira e discutimos sobre os fatos ocorridos durante o dia. Nas relações familiares partilhávamos o saber que aprendíamos, mas observando quem aprendia mais rápido, rotulando de “sábios” aqueles que conseguissem aprender sem castigos e de “rudes” aqueles que só aprendiam quando castigados. À noite se ouvia versos, contos e canções lidos e cantados pelos visitantes e pelo meu irmão mais velho, tinha que ser lido por ele por ser o primogênito, conservando a obediência da antiguidade. Hoje vivendo num contexto diferente, entendo que aquele processo de ensino-aprendizagem familiar era uma leitura de mundo que outrora contradizia o conceito de “não saber nada”. Fazendo estas relações, descobri o quanto tinha conhecimentos aos quais não se dava maior importância. Todos os conhecimentos adquiridos através dos pais são conhecimentos elaborados para o saber, que hoje, em função dos estudos de Paulo Freire, chamamos “leitura de mundo”. Isto se deu comigo através de experiências vividas que influenciam até hoje no meu cotidiano. Lendo um texto de Martins (MARTINS, 1994, p.11), me identifiquei com ele quando diz:

Desde os nossos primeiros contatos com o mundo, percebemos o calor e o aconchego de um berço diferentemente das mesmas sensações provocadas pelos braços carinhosos que nos enlaçam [...] o toque macio de mãos ou de um pano como se integram à nossa pele. E o cheiro do peito e a pulsação de quem nos amamentam ou abraça podem ser convites à satisfação ou rechaço. Começamos assim a compreender, a dar sentido ao que e a quem nos cerca. Esses também são os primeiros passos para aprender a ler.

Este trecho do texto sobre como e quando começamos a ler, é muito interessante e significativo porque fala de uma aprendizagem natural, na qual o aprendiz sente, antes de conhecer o processo sistematizado. Paulo Freire confirma dizendo: “Os homens se educam

em comunhão, mediados pelo mundo”. Cresci, vivi e vivo até hoje com este contato, numa complexidade abrangente e tento transmitir um pouco do que aprendo de maneira diferente, mas, aliando conhecimentos e idéias transmitidas por meus antepassados, entrelaçando-os às idéias progressistas, também refletindo com eles as mudanças, a atualidade.

Todos esses conhecimentos não eliminaram a necessidade da educação formal e para não ficar fora dela todas as crianças a partir de 7 anos tinham que frequentar uma escola. Meu irmão mais velho preparava-se para o exame de admissão com uns colegas que estudavam na cidade de Mossoró- RN e iam passar as férias no mesmo Sítio em que morávamos, eles eram amigos e através da amizade eles ensinavam ao meu irmão, e com este saber ele me ensinava. Após conhecer algumas palavras ensinadas por meus pais, fui obrigada a estudar a carta de ABC, com argumentos e cantando. Quem não acompanhasse o ritmo dele iria de castigo, ajoelhada debaixo de uma mesma ou levava palmadas de palmatória, estes estudos eram apenas leituras, escritas e contagem, o suficiente para viver, diziam os mais antigos.

Na década de 60 estudei com uma tia que era muito rígida, brigava muito, eu não podia olhar para os colegas e irmãos, somente para a carta de ABC e a tabuada, cantando o bê-á-bá, a tabuada era cantada na íntegra, também “argumentava” como meu irmão, algumas letras cobertas com os dedos entreabertos, quem não respondesse recebia o conhecido castigo na escola e quando chegasse a casa era castigado pelos pais, em nosso caso, de joelhos ao pé da parede. Anos depois voltei a estudar com o irmão mais velho, já lia livros, contava e cantava a tabuada sem olhar para ela, resolvia adições, subtrações, multiplicações e divisões. Por conta dessa sabedoria a minha mãe conseguiu os livros; “As aventuras de Pedrinho e Maria Clara”, 1ª e 2ª edição e “Infância Brasileira”, 2ª edição, cujos autores não recordo, naquela época não nos preocupávamos em saber os autores dos livros, o importante era paginar o livro na íntegra, essa era a preocupação dos professores, imposta pelas exigências do regime, recebiam orientações nesse sentido e executavam como mandava o

figurino. Todavia os professores não tinham estudos, cursos ou treinamento para lecionar, desconheciam as teorias pedagógicas, portanto seguiam os padrões tecnicistas sem sequer terem conhecimento amplo desta tendência.

### 1.1 **Leitura: o poder da transformação**

No livro que usei na minha aprendizagem “As aventuras de Pedrinho e Maria Clara” havia um texto que tinha uma frase que me chamava bastante atenção, era assim: “Nós vamos mudar de casa, pan, pa, ran, pan, pan...” Esta passagem me fez refletir muito e fiz dela um subsidio para desenvolver o meu raciocínio: em todas as situações problemáticas de difícil solução, lembrava deste episodio de Pedrinho e Maria Clara, na historia, eles contavam que moravam numa fazenda e desejavam se mudar do campo para a cidade e os dois contavam toda a trajetória de mudança, nas leituras buscava conhecer os dois pois para mim, eles viviam comigo, com isto me sentia fortalecida, parecia que o meu potencial aumentava e eu me esforçava cada vez mais para aprender e fazer como família de Pedrinho e Maria Clara, embora, não percebesse, aquela expressão do livro me servia como lição de vida. Tudo que me acontecia eu achava que era influência das historias lidas no livro, principalmente esta frase, porque falava de mudanças, eu tomei por referencias para realizar algo na minha vida. Tentava imitar as atitudes deles, vivia em função das leituras do livro tanto que fazia todos que estava ao meu redor se envolver também, às vezes pensava que de fato as realizações alcançadas seriam por causa das historias dele.

Percebendo as leituras ou o aprendizado no nosso dia-a-dia, meus pais resolveram me matricular numa escola fora de casa, era na casa de outra tia, embora fosse numa escola publica, foi a primeira escola fora de casa, como era pertinho não gostava muito, pois queria caminhar, brincar e fazer travessuras iguais as outras colegas, nesta escola, tinha que decorar textos para fazer ditados com notas de 0 a 10, também havia o estilo de superar as notas com ameaças, aqueles alunos que não alcançassem os resultados exigidos pelo sistema de

ensino, recebiam palmadas de palmatória ou castigo de joelho em cima de grãos de milho, o aluno que obtivesse a melhor nota teria que bater no outro, se as palmadas fossem fracas inverteria para quem não batessem com força. Saí desta escola (que não tinha nome) na 3ª série, fiquei sem estudar uns dez anos, neste período continuei a ler em casa junto à família.

Com este estilo de vida, não percebia que não havia escola naquela comunidade por haver divergências políticas, predominava os partidos: ARENA – Aliança Renovadora Nacional e MDB – Movimento Democrático Brasileiro, e um líder comunitário arenista era cabo eleitoral. Através da política conseguiu melhoria para a comunidade, um telefone e uma proposta de construir um grupo escolar, isto só foi concretizado na década de 70, com esta política partidária havia muitos conflitos, venciam as eleições aqueles que o líder ajudava e o povo continuava sem escola, não entendia porque o sistema de governo manipulava a classe dominada, era o militarismo, um sistema que favorecia ao capitalismo, mas para o povo os militares governavam bem, era o que se comentavam. Havia movimentos da Igreja Católica, num deles a comunidade em que eu morava foi contemplada com uma escola radiofônica, através da escola, chegaram doações de alimentos feitas pela “Cáritas Brasileira”, eram doações do governo, em parceria com a Igreja Católica, vinham para Mossoró pelo DDAS – Departamento Diocesano de Ação Social, só tinha direito a recebê-las o local onde a escola radiofônica funcionasse. Mais uma vez o povo, sendo vítima de um sistema capitalista que não olhava para a classe popular e sim para os grupos sociais dominantes na sociedade, as elites.

Portanto os moradores do Sítio Bom Sucesso, viviam momentos angustiantes, criando os filhos sem escola, para eles a educação só dependia da escola. Na comunidade não havia nenhum tipo de comunicação surgiu à escola radiofônica, era uma escola que funcionava através de aulas pelo rádio (um rádio pequeno, funcionando somente com a Rádio Rural de Mossoró), uma emissora educativa e o MEB (Movimento de Educação de Base), através de uma ligação entre a Rádio Rural de Mossoró e a Cáritas Brasileira. Com o

funcionamento desta escola em minha residência aumentou a minha vontade e curiosidade de estudar e conhecer as histórias contadas e lidas, a monitora era minha irmã mais velha, prevalecendo ainda a idéia de terem sempre, os mais velhos, o direito a tudo. Quando a minha irmã casou e foi morar no Estado da Paraíba, eu fiquei sendo a mais velha entre outras, logo o cargo de monitora passou a ser meu.

Sendo a monitora da escola radiofônica, o povo passou a confiar no meu jeito de ensinar, e me pagavam para ensinar aos seus filhos porque a escola radiofônica era de adultos. Todos os dias, por volta das 12 horas e 30 minutos, ouvia as aulas de Madureza Ginásial pelo rádio, acompanhava as atividades copiando num papel de embrulho. Por não poder comprar caderno, a minha mãe costurava os papéis, formando os cadernos para cada filho. Quando a equipe do MEB chegava para as visitas rotineiras, fazia as correções das atividades, discutia comigo e incentivava-me a continuar. Os coordenadores e supervisores que atuavam contribuíram muito no desenvolvimento da comunidade, assim como na construção do meu conhecimento. Aprendi a desenvolver trabalhos de grupos a partir do grande estímulo de toda equipe, principalmente as figuras mais marcantes na minha aprendizagem, os professores Zilda Gê, José Nicolau de Souza e Marluce Pinto, naquela época me espelhava neles configurando a sabedoria.

### **1.2 Estudando à distancia: o grande desafio**

Por motivo da situação econômica, distancia do local de estudo, trabalho, familiares e outros que são impossíveis descrever, passei alguns anos sem estudar. Descontente com a situação, por não haver trabalho na comunidade, o meu irmão mais velho, já casado e com filhos, conseguiu um trabalho em Mossoró, um para ele e outro para minha irmã que começou a estudar no Centro supletivo professor Alfredo Simonetti (hoje CEJA). Fizem a minha matrícula para estudar a distancia (42 quilômetros), logo em seguida, por influência política, alcancei o maior objetivo, ser professora, ser professora com apenas a 3ª série, mas a comunidade solicitava e depositava toda a confiança

## IMPACTO SOCIAL

em nosso saber, todas as minhas irmãs e irmãos foram professores, hoje apenas eu, continuo nesta profissão.

Com as influencias políticas, consegui o titulo de professora do estado. Comecei a freqüentar o Projeto LOGOS II, criado nos termos da lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, para dar o título de professor do ensino de primeiro grau com direito a lecionar de 1ª a 4ª serie do 1º Grau a professores leigos. Era um curso planejado pela Subsecretaria de Ensino Supletivo da Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus, Órgãos do MEC – Movimento da Educação e Cultura e realizado pelo CETEB – Centro de Ensino Técnico de Brasília.

Com os conhecimentos, adquiridos e elaborados, passei do supletivo para o Logos II, freqüentava uma escola na Vila Jucurí, município de Mossoró- RN. Casada, mãe de 4 filhos, em julho de 1993, a 30 quilômetros de distancia, saia de casa às 4 horas da manhã, na garupa de uma bicicleta, isto no verão, pois no inverno tinha que romper um lodaçal terrível e medo de vacas bravas, percorrendo caminhos perigosos por dentro de macambiras cheias de espinhos, alguns quilômetros para pegar um ônibus e chegar na Vila. Voltava às 16 horas na mesma rotina, ônibus e bicicleta, chegando em casa as 19 horas, isso era de 8 em 8 dias. Estudava 8 disciplinas para fazer as avaliações, sem direito a orientações por não dar tempo. Como o Logos II não tinha tempo determinado para concluir, passei 6 anos fazendo-o, chegando a sua conclusão em 1989. Foram anos de dificuldades com filhos para criar e educar sozinha, pois ainda tinha que suportar o jogo do esposo que achava uma ilusão uma dona de casa estudar.

Sempre lembrando da historia de Pedrinho e Maria Clara, por motivos de enchentes, viemos morar em Mossoró, voltei a freqüentar o supletivo que era onde ficava o centro de atendimento do Projeto Logos II. Mas continuavam as dificuldades, enfrentei uma cirurgia cardíaca do meu filho mais velho, tive que passar 4 meses com ele hospitalizado em Mecejana, Fortaleza- CE. Vencendo mais essa etapa de dificuldades, resolvi fazer outros cursos, tentei dois vestibulares: um para pedagogia e outro para teologia, não passei, fiz um curso de “Educação da Fé”, realizado em Mossoró pelo ITEPAN – Instituto de

Teologia Pastoral de Natal e um de “Escola Bíblica Popular” realizado pelo CEBI – Centro de Estudos Bíblicos, em Governador Dix-Sept Rosado, com duração de seis etapas, e um total de 180 horas.

Com estes conhecimentos tentei mais dois vestibulares, desta vez para Teologia e Letras. Passei em Teologia, este curso também era nos finais de semana. Foi fundado em 1987, mantido pelo Departamento Diocesano de Santa Luzia no Rio Grande do Norte, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão nos ramos do saber teológico-catequético. Tendo qualificação de Magistério no Ensino Religioso dos Sistemas de Ensino, visava contribuir para a transformação sócio-religiosa da sociedade com o objetivo de capacitar os agentes de pastorais e promover o aprofundamento da fé. Amparado pela LDB – Lei de Diretrizes de Bases no disposto no parecer nº 794, de 3 de dezembro de 1997 da Câmara de educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Agora em 2000 o curso teve um redimensionamento, o curso de iniciação teológica autorizado pelo Conselho Estadual de Educação, Licenciatura Plena, com objetivo: formar professores para o ensino religioso e oferecer formação teológica aos agentes de pastorais.

Mediante a aprendizagem que se deu entre estudar e ensinar que para mim foi paralelas, isto me ajudou a conduzir o processo ensino aprendizagem e com essas influencias ainda continuo com o mesmo ritmo, paralelamente, foram muitos obstáculos superados entre estudar e trabalhar, falarei melhor no próximo capítulo sobre a minha atuação profissional.

## **2. Mapeamento do “Eu, educadora” e o jogo de pressupostos para o ato de ensinar**

A minha historia como professora sempre se desenvolveu entre ensinar e estudar, pois a opção por esta profissão de professora foi surgida a partir da necessidade de uma comunidade que queria aprender a ler, escrever e contar, juntamente com o meu estudo. Adolescente, cursando a 3ª serie do 1º grau, senti uma força estranha de trabalhar ensinando aos outros, achava bonito e importante eu, na

3ª série, ler, escrever e contar, entre as colegas adolescentes brincávamos de escolinha e eu era sempre a professora por saber repassar o que aprendia. Deixei de estudar ainda na 3ª série, pois a professora não sabia mais (dizia ela) para ensinar, porque também só tinha estudado até a 3ª série.

Na comunidade em que eu morava o povo começou a sentir a mesma vontade: aprender a ler e escrever lançaram a proposta para eu ensinar as aulas eram ministradas ao redor de uma mesa, sentados em um banco de madeira, colocavam os cadernos no centro da mesa, e começavam a leitura, um a um até eles dominarem sozinhos, quem conseguisse ler sozinho dava início à escrita, ou seja, copia do que eu mesma escrevia. Iniciava pelo alfabeto, escrevendo com letras apagadas para os alunos cobrirem, quando eles não deixassem mais os riscos saírem fora, dava início à copia das sílabas, iniciando pelo  $b+a=ba$ ;  $b+e=be$  e assim até as últimas letras do alfabeto, todo aluno tinha que comprar uma carta de ABC ou cartilha e uma tabuada.

No início do processo eu conversava com os alunos para não usar os métodos com castigos e palmatórias por ter dó de bater nos outros, pois eu achava um absurdo, mas eles insistiam dizendo que eram obrigados porque todas as escolas adotavam este jeito de ensinar. Então eu propunha um acordo entre nós, se com o meu jeito de ensinar eles não conseguissem aprender eu colocaria a palmatória em cima da mesa, mas, não foi preciso, porque eu adotei o método que aprendi com meu pai sem precisar da palmatória e grãos de milho. Eles concordaram, fui colocando palavras que fazia parte da vida deles, como: para quem vivia no roçado eu ensinava a ler e escrever o que estava ao redor deles, relacionando. Por exemplo: roçado, mato, capim, milho, feijão. e para quem caçava, mata, floresta, flores, tatu, peba, ia fazendo as leituras e escritas de acordo a vida deles como os instrumentos usados por eles. Isto para os homens, pois para as mulheres, eram usados os nomes dos utensílios domésticos, tais como: panela, barro, alguidar (que pela pronúncia do dialeto nordestino, chamava de *aguidar*), prato, roupa, lavar, louça, cama e assim conseguíamos atingir os objetivos nossos que eram ler, escrever e contar.

## IMPACTO SOCIAL

Isto aconteceu na década de 60, as aulas foram para adultos, para as crianças tinha outros métodos, mais “ditadores”, sem negociações, formulava o modo de agir imposto pelo método aprendido, eu usava os mesmos critérios para a parte da leitura, da escrita e da contagem, mas os castigos eu nunca adotei, pois dava aulas na casa de meus pais. Nas conversas com os pais falávamos sobre os castigos, ficava a critério dos pais, meus pais diziam que “era falta de respeito bater nos filhos dos outros, isto era para escola do governo”. Com estas conversações o povo acreditava e aceitava, fui percebendo que não havia necessidade de bater nas crianças para que elas aprendessem. Como as aulas eram na minha casa e meu pai era quem fazia os bancos de madeira para os alunos sentarem, eles concordavam com tudo o que meu pai dizia, e eu só tinha o direito de ensinar, por ser adolescente também tinha que obedecer aos meus pais, esse era também um dos motivos porque não podia castigar os alunos, em idade e tamanho, éramos iguais. Desde então, fiquei conhecida como a Professorinha, como eu ensinava por conta própria, não planejava, não tinha currículo, mais o importante era aprenderem o essencial: ler e escrever, por isso eu atendia as necessidades de cada um, de acordo o desejado do aprendizado, e todos alcançava os seus objetivos.

Distanciei-me desse processo por alguns anos, quando surgiu a escola radiofônica, na década de 70, já citada no primeiro capítulo. Apesar ser orientada por um veículo de comunicação, continuei sem perceber as teorias, que havia alguém defendendo as correntes filosóficas, deduzia que se ensinava aquilo que aprendia, ao chegar ao final daquela disciplina estava apta a ensinar. Neste período das aulas radiofônicas, lembro que falavam muito em metodologia de Paulo Freire, mas não fixei nenhuma idéia sua, afirmo que foi um período em que aprendi muito, fazendo reflexões e discutindo assuntos abordados pelo MEB. Ouvia o programa por 30 minutos, das 18:30 às 19:00 horas, desligava o rádio e conduzia a discussão, às conclusões eram registradas e enviadas para a equipe, que fazia os comentários no programa seguinte, enquanto isso eu estudava também, fazendo cursos periódicos.

Não lembro como aconteceu a extinção das escolas radiofônicas, só lembro que ficamos sem o rádio por ter que devolver para a Diocese, alguns meses depois fui chamada a fazer um treinamento para ser monitora do MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, no qual era trabalhada uma metodologia que buscava uma interação entre a palavra e o objeto de estudo. Recebia materiais como cartazes, fichas com palavras, famílias e gravuras, fixando a idéia de se trabalhar com temas. Ultrapassei a minha adolescência nessa fase de transição de aprender a passar para outro o que aprendi. Foi nessa década, a de 70, que se pagava a uma jovem para ensinar, acreditando que nela existia um saber atualizado, ao término do convenio com o MOBREAL fiquei sem estudar e sem trabalhar por 5 anos.

### **2.1 A formação pedagógica no contexto da organização do trabalho escolar**

Neste espaço de tempo dedicava-me aos estudos, ao trabalho e a educação da minha família, do supletivo, passei para o LOGOS II que também citei no primeiro capítulo anterior. Prevalcia na minha prática alguns critérios anteriores, entretanto havia treinamentos para orientação de como trabalharmos com o planejamento, com os diários, com as fichas dos alunos, e com a merenda escolar. Não havia nenhuma teoria para nortear a nossa prática, apenas eram repassadas as metodologias como modelos para serem seguidos na íntegra, com a fiscalização de um inspetor, não sabia a fonte que a supervisora ou a equipe pedagógica pesquisava.

Antes de ser professora, era catequista, o que consistia em evangelizar com o mesmo sistema de ensino, sendo orientada por um sacerdote. O processo contínuo de aprender e ensinar permaneceu, a princípio imaginava que sendo professora não precisaria mais estudar, mas ao contrário disso, aí é que há necessidade de estudar para acompanhar toda a evolução da sociedade. Mesmo o meu trabalho estando voltado para a necessidade dos alunos, haja vista ser pago por eles, quando iniciei o trabalho no estado fui observando os verdadeiros

interesses por trás das exigências das autoridades governamentais que sustentavam as escolas da zona rural. Essas exigências eu achava que era porque as supervisoras sabiam mais por ter estudado mais. Não tinha despertado para as influências políticas, econômicas e sociais que ocorriam na época, pois não podíamos falar nestes assuntos, muito menos numa sala de aula, principalmente, para crianças.

Portanto, ensinava numa casa de alvenaria que meu pai construiu, grande com uma sala enorme para esse fim. Relato uma experiência dessa época: no início da profissão, como funcionária pública e professora polivalente, seguia as orientações da supervisora com o qual nos encontrávamos de dois em dois meses. A turma multisseriada chegava na minha residência às 13:00 horas, sentavam no chão, punham os cadernos em cima dos bancos de madeira, na parede estava fixado o quadro-de-giz, com apenas 1,30 por 1,10 metros de tamanho regular, tinha que dividir este quadro em quatro partes, uma para cada série. Conversava com eles como seria a aula do dia e o que cada um deveria fazer para acompanhar. Dava início preenchendo os espaços para cada série, iniciando pela 1ª série. Enquanto eu escrevia no quadro-de-giz os alunos copiavam no caderno, quando eu terminava de preencher todo o espaço da primeira série, passava para as séries seguintes. Iniciava sempre pela 1ª série pelo fato de serem lentos, “não saberem de nada”, ao terminar os espaços até a quarta série, esperava que terminassem de copiar com o cuidado de não perder de vista nem uma letrinha, enquanto isto olhava caderno por caderno na hora em que eles estavam escrevendo. Quando todos terminassem de escrever era dado início a leitura, pedia para ler várias vezes até sentir firmeza na leitura deles, primeiro eu lia com eles até eles conseguirem ler sozinhos, estes procedimentos não deixavam espaço para os alunos conversarem, as aulas duravam a tarde toda, das 13 às 17 horas, cada um dia, fazia atividades diferentes.

Neste período aprendi muito a trabalhar com as diferenças de aprendizagem, além das diferenças pessoais, trabalhar com turma multisseriada foi uma experiência muito importante na minha carreira de professora, os pais me observavam e achavam muito interessante

eu conversar com os alunos, mostrando como conseguiriam aprender, faziam comentários na comunidade, admiravam o meu trabalho: dar aulas sem levar o aluno ao castigo, sem gritar ou brigar. Quando um aluno não cumpria com o regimento, meu pai aproximava-se e conversava com ele da mesma maneira como fazia com seus filhos, e eles obedeciam. Esta ajuda me encorajou a continuar admirando esta profissão, a partir desses conceitos, se assim podemos chamar, fui refletindo como o ser humano consegue alcançar objetivos no decorrer dos acontecimentos de sua vida.

### **2.2 Um novo olhar educativo na escola.**

Novamente outra batalha árdua, recebi críticas, pois o meu contrato era P13 – professor que não tinha habilitação do Magistério, por morar na zona rural, amparado pela CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, era preciso resistir às ameaças de exclusão do ensino público. Sem conhecer quase nada em Mossoró, era difícil a procura de uma escola que aceitasse as minhas condições. No bairro que vim morar estava iniciando a construção de uma escola pública, como eu era catequista, procurei o grupo de catequese que funcionava numa creche em frente a minha casa, tomei conhecimento de que o Educandário José Moreira da Costa necessitava de um professor do ensino público, pois a escola estava assinando o convenio com o estado, foi então que consegui transferir-me de Gov-Dix-Sept Rosado para Mossoró.

O meu conhecimento como professora silenciava ao ouvir os comentários de que não era para trabalhar em sala de aula por não ser habilitada. Ainda assim, a diretora deu-me uma sala de aula de 4ª série com 4 alunas, durante seis meses, para substituir uma professora em licença gestante. Com as observações feitas tanto no meu modo de trabalhar como nos meus modelos de planejamento, e por estar cursando o LOGOS II, fui aceita e ela concedeu-me uma sala com 27 crianças de Jardim II, Mais uma vez meu pensamento pairava sobre um novo olhar educativo, desta vez por trabalhar numa escola filantrópica, a cada ano ela me colocava em séries diferentes e eu

## IMPACTO SOCIAL

sempre conseguia atender às necessidades da turma e da escola. Não mais planejava por conta própria, semanalmente, preparávamos as aulas e o sistema de ensino era discutido por todos, acompanhados por equipes pedagógicas. Então, foi aí que comecei assimilar o que eu estudava no LOGOS II, algumas teorias eram colocada em pratica nesta escola com a ajuda de todos.

Nesta escola a experiência era bem diferente da que eu trabalhava na zona rural, tudo era discutido com os funcionários e a equipe pedagógica que gostava de perguntar como eu trabalhava, a partir da minha experiência, elas aceitavam dizendo que eu não fugia aos padrões educativos. Claro que foi uma experiência nova para mim, primeiro não trabalhava mais com a multisseriação, segundo, estava trabalhando com a pré-escola, que eu ainda não conhecia. Me chamava a atenção o fato das crianças aprenderem com 5 anos, para mim era uma novidade e aprendi muito. As aulas eram ministradas por uma professora e uma auxiliar, as crianças ao redor das mesinhas, com gravuras, jogos e atividades mimeografadas, cantávamos, brincávamos para depois fazerem as atividades, que eram pinturas e desenhos das letras. Ficava maravilhada quando as crianças faziam tudo corretamente, pois tinham passado pelo Jardim I. Podíamos sair da sala de aula para o pátio da escola, cada turma tinha o seu horário.

Concluindo o LOGOS II, em seguida recebi o titulo de estatutária com direito a ser orientadora do LOGOS II, transferi-me do educandário José Moreira para o Centro Supletivo Professor Alfredo Simonett, hoje CEJA – Centro Educacional de Jovens e Adultos. A experiência que obtive como orientadora não foi muito difícil, pois já tinha algum conhecimento adquirido no próprio curso quando ajudava as outras colegas. No Centro Supletivo era um sistema bem diferente, orientava pelas chaves de correção, os alunos faziam provas e recebiam as orientações cabíveis. Saí desta orientação por motivos de ter sido sustado essa modalidade de ensino, o LOGOS II só passaria a ter validade em lugar que não houvesse segundo grau, habilitação para o Magistério de 1ª à 4ª série.

Passei a ser coordenadora de duas turmas de 2ª série na Escola Estadual Santa Delmira II, perdendo a regência por acharem que

não atuava em sala de aula, consegui então trabalhar numa 2ª série, no turno intermediário, na Escola Professor Hermógenes Nogueira da Costa. Esse período foi difícil, pois os alunos tinham dificuldade de assimilação, alguns dormiam na sala, eu me preocupava com a aprendizagem das crianças, era um processo acompanhado pela supervisão com registro de todos os conteúdos e uso de livros didáticos escolhidos pela equipe pedagógica, mas o modelo de ensino continuava o mesmo, “ditador”, só o professor sabia tudo, era o ensino tecnicista. Um ano depois, a diretora propôs para eu trabalhar com Ensino Religioso de 5ª à 8ª série, me dava esse direito pelo fato de freqüentar cursos na área e, em seguida, ter ingressado no Curso Superior de Teologia. Quando recebi as turmas não fui orientada como trabalhar, e ela ainda concedeu-me as aulas de Educação Artística para completar a carga horária. Sem experiência nestas áreas de conhecimentos, para trabalhar o Ensino religioso, havia um planejamento quinzenal na Paróquia de São José, e para a Educação Artística usei a integração com o ensino religioso, com base nos módulos de LOGOS II.

Sempre busquei interagir com os alunos, ajudava através de conversas, deixava eles emitirem opiniões sobre as áreas de conhecimentos e nas discussões descobria as habilidades dos alunos, para música, dramatização e partia para a pratica levando em consideração essas habilidades. Juntava os horários das duas aulas, por exemplo, usava um texto bíblico dramatizando ou eles transformavam em poesias, paródias, canções, historias contadas e vividas, e assim consegui trabalhar 3 anos. Para essas atividades tentei trabalhar as habilidades praticadas no estagio do LOGOS II, chamadas de Microensino, foram cinco habilidades: 1ª) variar a situação-estímulo: um estudo com esquemas, gráficos, ilustrações, movimentos, gestos, pausas, bastante recursos que estimulam a atenção do aluno, visando a eficiência do professor e sua ação em sala de aula; 2ª) formular perguntas: assumindo a responsabilidade de promover o desenvolvimento da capacidade de pensar do aluno, contribuindo para que ele possa buscar sempre respostas adequadas às varias situações com que se defrontará no futuro. Todo o

desenvolvimento da aula era através de perguntas que, partindo do conhecimento que o aluno possui, conduziam aos objetivos propostos; 3ª) ilustrar com exemplos: os exemplos tornam as idéias e pensamentos mais claros, mais significativos e organizados; 4ª) empregar reforços: encorajar os alunos com as expressões “muito bem!”, “ótimo!”, 5ª) aumentar a participação dos alunos: toda a situação do ensino deve estar voltada para o aluno, pois é nele que se processa a aprendizagem.

Com essas habilidades estudadas no estágio do Supletivo tentava transformar as minhas aulas, outro fator que contribuiu muito para novas metodologias de trabalho, foi o método “ver, julgar e agir” método adotado pelo ensino religioso, que parte da observação da realidade e depois de uma reflexão sobre os acontecimentos, propõe uma volta a ação mais consciente e eficiente. O ensino religioso é regulamentado pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte e objetiva a tomada de consciência de si mesmo, como pessoa responsável e livre, interagindo de modo transformador na sociedade levando em considerações as dimensões: social, política, econômica, cultural e religiosa.

Passados três anos atuando nessa modalidade de ensino, a diretora mudou minha função para orientadora da TV Escola. Foi uma experiência assustadora, não sabia nada sobre vídeo, sentindo a obrigação, comecei a pesquisar nas revistas, nos manuais, com os colegas e assim trabalhei dois anos. Assistia as fitas, catalogando o conteúdo para apresentar aos professores, uma fita continha vários programas, o professor escolhia o programa com o assunto relacionado a aula dele, os alunos assistiam a fita, logo após vinha o debate acerca do assunto, e por fim o professor continuava com a atividade. Além de orientar a TV Escola, ficava com algumas turmas quando o professor faltava. Após algum tempo fui trabalhar com a sala de leitura, funcionava na biblioteca e eu controlava a chegada dos livros, registrava e arrumava isto facilitou o acesso á leitura, quando os alunos chegavam com um determinado assunto, eu já sabia qual era o livro. O método da sala de Leitura era colocar os alunos ao redor de uma mesa com os livros paradidáticos, faziam a leitura, e, logo após,

conversávamos sobre ela. Nas reflexões, os alunos demonstravam o entendimento das leituras, após a discussão faziam atividades que eram preparadas em conjunto com a professora da sala de aula, pois na sala de leitura os alunos permaneciam duas horas. Assim, a cada duas horas a metade de uma turma ficava na sala, quando saía uma turma, entrava outra.

Voltando a trabalhar com as turmas de 5ª a 8ª série com Ensino Religioso e Artes, após seis meses fui surpreendida com o resultado do vestibular para o curso de Pedagogia pelo programa PROFORMAÇÃO da UERN, do qual falarei no próximo capítulo. Este curso exige que o professor- aluno esteja atuando no ensino fundamental, de 1ª a 4ª série. Mudei de escola, fui para a Escola Estadual Abolição IV, cheguei nesta escola em 2000 para trabalhar com EJA – Educação de Jovens e Adultos, já havia trabalhado com adultos, quando trabalhei no MEB. Afirmo que mesmo com experiência temos muito o que aprender. Como diz Paulo Freire (1996, p. 80); “[...] A esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria”.

O meu envolvimento com a prática aumentou em 2001 com a turma C.B..S. II – Ciclo básico de Sistematização a nível 4ª série, uma turma que contribuiu muito nas realizações das atividades vivenciais, com eles eu refletia o processo ensino-aprendizagem com discussões e opiniões crítica, um dos momentos marcantes foi no Dia Nacional da Família na Escola – 24 de abril de 2001, quando trabalhamos com atividades juntos aos filhos, relatando as experiências dos anos estudantis. Como aconteceu outros momentos que marcaram a minha experiência profissional. Após um embasamento teórico-metodológico do curso, pude observar os avanços que obtivemos.

Contemplando um processo de desenvolvimento cognitivo do aluno, afirmo que os trabalhos vivenciais foram de grande contribuição para a continuidade das atividades e compreensão deste processo. Podemos perceber que se faz necessário fazer reflexões para desenvolver o senso crítico do aluno, a escola vai além da função educativa da família.

### **3. Teoria e prática: removendo barreiras para a aprendizagem**

A proposta pedagógica consiste em capacitar os professores-alunos para a reflexão, isto implica esforços para se obter informações atualizadas sobre as especificidades da educação, com informações que possibilitem a aplicação correta criativa e crítica dos conhecimentos em sala de aula. O professor deve estar atento para as transformações contextuais, sociais e oferecê-las aos educando para aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem. A capacitação por cursos periódicos ou licenciaturas como esta de Pedagogia, propicia uma formação básica para a nossa prática pedagógica, o próprio nome diz: Programa Especial de Formação Profissional para a Educação Básica – PROFORMAÇÃO. Programa criado para atender as exigências do mundo modernizado e informatizado, quando o papel do professor esta sendo visto de forma fragmentada, na busca do estabelecimento de um novo jeito de aprender, numa perspectiva de reflexão- ação.

A UERN, inserida no contexto educacional do País e em sintonia com a LDB 0304/96 – Lei de Diretrizes de Bases da educação Nacional e do Plano Decenal de Educação, na busca de uma contribuição à qualidade de ensino, criou o PROFORMAÇÃO em parceria com a Secretaria de Educação Cultura e Desporto do RN e com algumas secretarias municipais de educação do estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de garantir habilitação em nível superior para professores em exercício na rede pública, bem como de instituição privadas que estabeleça necessário convenio. Utiliza para isso uma modalidade de educação que combina atividades presenciais e não- presenciais (as vivenciais) que consta de um trabalho do professor-aluno na escola em que ele trabalha nesse momento é dada a oportunidade para por em prática as teorias estudadas durante as aulas presenciais.

#### **3.1 A educação refletida no fazer pedagógico**

Diante das leituras, discussões, reflexões sobre o redimensionamento educativo se fez necessário ter uma nova visão crítica sobre a educação. Percebi que as relações de poder econômico,

## IMPACTO SOCIAL

social e religioso sempre estão em volta de toda a história da educação, nessas relações entrelaçam-se rigorosos modelos econômicos e políticos para obter mais lucro, abrindo espaço para uma educação que exige qualificação da mão-de-obra. Assim, todo o processo volta-se para a educação, despertando a necessidade de transmitir mais conhecimentos, não para a competitividade do mundo globalizado.

Antes da formação acadêmica em Pedagogia, já havia estudado algumas teorias educacionais, mesmo sem conhecimentos sobre a autoria. Quando estudei o LOGOS II eu percebia que o processo de ensino não era o mesmo que eu trabalhava quando iniciei e, tampouco, de quando eu estudava. Portanto o que entendia que poderia ser trabalhado em sala de aula, eu trabalhava, mas tinha medo de enfrentar os obstáculos que surgissem na escola, dinamizava a minha prática, conquistando o meu espaço pedagógico dentro do padrão determinado pelos governantes.

Na continuidade da minha profissão, sempre busquei aprofundar os conhecimentos, a educação dos tempos atuais exige uma formação qualificada para o educador, principalmente o professor do ensino fundamental que passa anos e anos atuando praticamente com a mesma modalidade de ensino. Era preciso refletir sobre essas ações para enfrentar os desafios educacionais, o que ocorreu em cada disciplina oferecida pelo curso fazendo “acordar” a memória adormecida pela falta de esperança de continuar os estudos, pelo fato de ter ficado fora de uma sala de estudos há bastante tempo, com muita vontade de buscar o entendimento para construir ou interagir com o novo. Neste aspecto, me refiro a algumas colegas que relatam estas situações, pois comigo aconteceu diferente, pois já tinha uma prática anterior de formação continuada. Assim decorreram os três anos, o que eu consegui assimilar foi influenciável tanto para o fazer pedagógico, como para a vida.

As ações refletidas no curso encorajaram-me a construir um conhecimento junto aos alunos, mediando discussões e opiniões críticas, estimulando-os para realizarem determinadas tarefas escolares. O curso me oportunizou a trabalhar o contexto social numa

visão crítica, transformando a minha prática, na tentativa de associar os conhecimentos reproduzidos pela escola aos conhecimentos prévios dos alunos. Antes, eu me via de forma diferente, como dona do saber, hoje socializo entre os alunos, sendo mais flexível e trabalhando numa postura ética e social diferente, o meu perfil, após os estudos, foi modificado de acordo com cada momento vivenciado no curso.

Os embasamentos teóricos não foram suficientes para garantir as transformações, acontecidas em alguns momentos vivenciais, deixando resquícios e fazendo-me refletir o que devo fazer para continuar a jornada de trabalho e enfrentar outras transformações que virão, não posso deixar para trás nada disso, devo sim, acompanhar todo o processo que for influenciado a minha prática.

### **3.2 A influência do processo interativo na formação profissional**

Diante de tantas teorias importantes para desenvolver o processo de ensino com o aluno, é difícil identificar e especificar de qual delas obtive maior influência, embora eu sinta que fiquei enamorada de algumas, mas apreciei todas para interagir na busca de mais conhecimentos, quero assim dizer que as influências obtidas em cada área de conhecimento ajudaram na compreensão e transformação do senso crítico no percurso da minha trajetória acadêmica.

Eu poderia levar em conta algumas áreas de conhecimentos, sei que todas colaboraram, umas mais que outras, posso afirmar que toda a teoria adquirida está sendo de grande influência na prática pedagógica, destacando os fundamentos sociológicos, filosóficos, psicológicos, antropológicos e históricos da educação, eles foram os primeiros passos para o reconhecimento da necessidade de aumentar a minha capacitação profissional. Estas áreas de conhecimento foram como eixos norteadores, impulsionando as outras, foram nestas áreas de conhecimento que aprendi a olhar, ouvir e escrever, melhorando o meu desempenho na sala de aula e com certeza na aprendizagem dos

alunos que fizeram parte deste processo durante os três anos do curso.

Cabe frisar a importância do reconhecimento das correntes de pensamento sobre a educação, quem defendia e como defendia, o que, para mim, foi um fator novo. Revendo as disciplinas o LOGOS II, percebi que já tinha estudado muitas dessas teorias, só não identificara quem eram os teóricos. As análises feitas por Durkheim sobre a organização da sociedade, Gramsci, quando analisa a hegemonia e o Estado no sentido de promover a superação de ordem capitalista, e Carnoy, que ataca um ponto fundamental: a relação entre a democracia e o socialismo. É difícil citar todos, esses foram os que mais marcaram por deixar mais evidente a relação entre escola e sociedade. As reflexões sobre os aparelhos ideológicos de estado me deixaram confusa em saber das estratégias do poder, manipulando toda a sociedade através destes aparelhos ideológicos, seja de forma consciente ou não.

A psicologia me ajudou mais ainda a compreender o processo de interação que acontece com as crianças em suas fases de desenvolvimento. Ajudou-me no trabalho de acompanhar a aprendizagem das crianças, despertando para a necessidade de conhecer melhor os alunos, respeitando a heterogeneidade da sala de aula. Em cada área de conhecimento, elaboramos um saber diferenciado por suas especificidades, tais como as áreas que me fizeram conhecer os procedimentos dos projetos, do currículo, enfim, de toda parte burocrática das instituições que eram desconhecidas ou que ficavam ocultas.

A partir das discussões, reflexões e estudos pude trabalhar refletindo o contexto presente, interagindo com os conhecimentos prévios dos alunos, levando em consideração o ambiente vivido por ele. Duas disciplinas marcantes para melhorar a prática pedagógica foram Processo de Alfabetização e Fundamentos Lingüísticos para Alfabetização, em que consegui entender as dificuldades de aprendizagem do aluno devido as dificuldades vividas com o processo da escrita, reconhecendo a importância de conhecer os dialetos de cada um, que a aprendizagem é um processo contínuo, amplo, e que busca se construir em conjunto.

Se voltarmos a primeira parte, veremos como eu conseguir aprender a ler sem me restringir apenas ao ensino escolar, com um modelo criado por meu pai, sem conhecer teorias e nem práticas pedagógicas. Posso atribuir esse modelo a um processo de interação iniciado no âmbito familiar. “[...] os primeiros rudimentos da escrita, reorganizam o comportamento da criança, ajudando na memorização e na percepção da relação entre sinais e significados.” (FONTANA e CRUZ, 1997, p. 199). Outro ponto marcante destacado nestas disciplinas é o processo de construção da língua escrita segundo Collello<sup>4</sup> (apud FERREIRO E TEBEROKY, 1986, p.27), constata em suas pesquisas, “buscaram descrever e classificar as etapas de produção da escrita, tentando compreender o motor que impulsiona esse processo de aprendizagem”. Estes conhecimentos me ajudaram a mediar o processo de aprendizagem, ainda encontro algumas dificuldades, desejo ampliar estes conhecimentos por terem contribuído na minha prática.

E por último, um fator contribuinte na minha prática pedagógica foram as discussões desenvolvidas nas disciplinas Prática de Ensino I, II e III, que nortearam as práticas pedagógicas de cada cursista, foram reflexões mediadas pela professora-formadora que nos orientou, além desta disciplina, mais quatro, uma a cada semestre, colaborando na construção dos nossos conhecimentos sobre a Sociologia, as questões da alfabetização e do letramento, o ensino da Língua Portuguesa, sem excluir as orientações do memorial.

Portanto, houve um leque de informações, de idéias em seu fluxo no processo da prática pedagógica, aliando às reflexões de cada disciplina, à formulação de sua pesquisa de doutorado pela Universidade de Havana- Cuba, em convenio com a UERN; tendo como título Linguagem e discurso pedagógico: proposta de intervenção pedagógica para a formação de professores do ensino fundamental do município de Mossoró/RN. A pesquisa ocorreu mais efetivamente nas aulas de prática de ensino, I, II e III. A professora refletia sobre a teoria

---

<sup>4</sup>COLLELLO, Silvia M. Gasparim. Alfabetização em questão, PAZ E TERRA, Rio de Janeiro: 1995, p.27.

e a pratica do professor, considerando os aspectos mais relevantes na aprendizagem, enfatizando o valor da reflexão coletiva: “Somente através do dialogo entre formas diferentes do conhecimento podem aflorar e serem redimensionadas as concepções que embasam o discurso e o fazer do professor.” (NASCIMENTO, 2001, s.p.).

Nas reflexões dialógicas, construímos um quadro demonstrativo das concepções sobre a pratica pedagógica, esse quadro teórico:

Expressa a preocupação em compreender as principais correntes teóricas fonte de discussão no curso de Pedagogia, percebendo a contribuição de cada uma ao fazer pedagógico do professor. Percebendo que cada corrente teórica não deve ser vista como uma verdade única e absoluta e sim como um contributo a ação pedagógica que se ampliará à medida que refletirmos sobre a nossa pratica (NASCIMENTO, 2001, s.p).

A partir da construção dessas concepções pudemos observar as diferentes correntes que embasam a pedagogia atualmente: o cognitivismo ou construtivismo; o construtivismo pós-piagetiano: psicogênese da língua escrita; o Histórico-culturalismo ou concepção sócio-historica; e o humanismo marxista. Cada teórico defendendo seus pontos de vistas dentro dessas correntes. Estudando essas diferenças, chegamos à conclusão de que elas possuem elementos que as diferenciam e que portando não podemos chamá-las todas de construtivismo, e que é preciso estudá-las e desenvolver maiores discussões e reflexões para poder pô-las em pratica.

### **Considerações finais**

Após a entrada no curso de Pedagogia PROFORMAÇÃO fui impulsionada a trabalhar com o ensino fundamental de 1ª a 4ª series para atender as exigências do PROFORMAÇÃO, porque o curso habilita nesta área. Diante das leituras e discussões sobre a aprendizagem ainda repercutem as relações de poder que se estabeleceu no processo ensino- aprendizagem. A educação submete-se a rigorosos modelos econômicos e políticos, que para obterem mais lucros exigem

## IMPACTO SOCIAL

cada vez mais uma educação de qualidade, passando pelas diversidades culturais e fazendo crescer os lucros instigados aos trabalhadores. Assim, o processo de aprendizagem, neste modelo, deve despertar nos educando a necessidade de obter um conhecimento qualificado para enfrentar o mundo competitivo. Conseqüentemente, os grupos que detém o poder sócio-econômico mantêm sua relação de dominação em todas as estruturas da sociedade brasileira.

Considerando o modelo de educação discursivo e reflexivo deste curso de Pedagogia, obtive contribuições para a minha pratica, portanto neste memorial enfatizei todas as contribuições e influências do curso para o meu fazer pedagógico, haja vista a necessidade de novas perspectivas para o ensino-aprendizagem.

Diante das maiores dificuldades enfrentadas durante o curso consegui superar e, se consegui, é porque posso seguir em frente e avaliar cada vez mais o processo de aprendizagem e permanecer na profissão para contribuir com a educação. O processo de conhecimento de varias teorias e a construção do conhecimento científico, repercutiu por todos estes três anos de formação acadêmica, influenciando diretamente na minha pratica pedagógica.

### Referências bibliograficas

COLLELLO, Silvia M. Gasparim. **Alfabetização em questão**. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1995, p. 27.

FONTANA, Roseli & CRUZ, Nazaré. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997, p. 199.

FREIRE, Paulo. 1921. **A importância do ato de ler**: 39 ed. São Paulo: Cortez 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia, saberes necessários a pratica educativa**, Ed. 3ª (Coleção leitura) Paz e Terra, São Paulo: 1196, p. 10-80.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura?** Ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994 – (Coleção primeiros passos).

NASCIMENTO, H. M. I. Fazer e dizer: estudo das concepções inerentes ao discurso pedagógico. In: **Encontro de pesquisa educacional do Norte e Nordeste – EPNN**. 15, 2001, São Luiz, 2001, Resumo, São Luiz, 2001, p.203.

PROJETO LOGOS II. **Historia da Educação**. Módulos, 03, 04, 05, MEC/SEPS/CETEB, Brasília-DF: 1985, p. 04-20.

UERN RESOLUÇÃO Nº 06/99 – CONSEPE. Altera o artigo 7º da resolução nº 06/99, que cria a PROFORMAÇÃO. Mossoró, UERN, julho de 1999.



# PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA AUTOGESTÃO E AUTODEFENSORIA: CIDADANIA E AMPLA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

*Fernanda Momberger<sup>1</sup>*

*Marilene de Fátima Pacheco dos Santos<sup>2</sup>*

## Introdução

“Nada sobre nós, sem nós.”

Slogan do movimento de autodefensoria

A deficiência física ou mental, no decorrer da história, foi marcada por lugares de exclusão social perpassando desde negligência, abandono, perseguição e eliminação a concepções de piedade e caridade (MIRANDA, 2004). Em outras palavras, as raízes culturais do fenômeno da deficiência estão socialmente relacionadas à rejeição, à discriminação e ao preconceito, entendido por Silvia (2006, p. 426) como “um mecanismo de negação social, uma vez que suas diferenças são ressaltadas como uma falta, carência ou impossibilidade”.

Nessa perspectiva, um corpo marcado pela deficiência fora de ordem se torna uma ameaça, simplesmente, por trazer consigo traços que podem ser associados à fragilidade do ser humano, dificultado, inclusive, “o acesso desses indivíduos a determinados bens essenciais como saúde, educação e trabalho” (TOLDRÁ; MARQUE; BRUNELLO,

---

<sup>1</sup> Psicóloga, especialista em Políticas Públicas de Saúde Mental e Assistência Social e especialista em formação em Estimulação Precoce. Psicóloga responsável pelo Programa Autodefensores da APAE NH. E-mail: fernanda.momberger@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Psicopedagoga na APAE NH e na Clínica Integrar, Sócia Fundadora e Arte Educadora na Associação Mentes Coloridas. E-mail mari\_fps@hotmail.com.

2010, p. 159). E, somente, a partir do momento “em que o direito do homem à igualdade e à cidadania tornou-se motivo de preocupação, a percepção em relação à pessoa com deficiência começou a mudar” (GARGHETTI; MEDEIROS; NUERNBERG, 2013, p.102).

Nesse sentido, movimentos das pessoas com deficiência e seus apoiadores começam a surgir buscando a inclusão social e a garantia de direitos dessa parcela da população. No Brasil, a mobilização responsável pela promoção e defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla denominou-se Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Sua criação em 1954, no Rio de Janeiro, foi impulsionada pela Declaração dos Direitos Humanos e atualmente conta com unidades em todo o território nacional (FENAPAES, 2016).

Segundo a Federação Nacional das APAEs (2016), o movimento é reconhecido, nacional e internacionalmente, como o maior na sua área de atuação e é formado pela participação de pessoas com deficiência, familiares, amigos, profissionais e voluntários engajados em proporcionar atenção integral ao seu público atendido. Portanto, como mencionam Basílio e Silva (2015, p. 6), a APAE apresenta-se “como importante instituição na promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência”.

No município de Novo Hamburgo (NH), a APAE NH busca, através de seus serviços ofertados, a promoção do bem-estar e da qualidade de vida aos usuários e familiares atendidos por ela. É uma instituição do terceiro setor da Assistência Social, fundada em 28 de agosto de 1963, tem gerência nacional da Federação Nacional das APAES (FENAPAES) e, estadual, da Federação das APAES do Estado do Rio Grande do Sul (FEAPAES-RS).

O trabalho realizado pela associação perpassa o âmbito de três esferas das políticas públicas. A partir da oferta de serviços diversos, nas áreas da Assistência Social, da Saúde e da Educação, busca a garantia de direitos do público atendido, considerando as características, necessidades e realidades de cada indivíduo. Assim, respectivamente, as atividades desenvolvidas estão voltadas à atenção socioassistencial, aos atendimentos técnicos relacionados à

## IMPACTO SOCIAL

saúde e à educação especial em diversos níveis.

Para tanto, a Escola Especial da APAE NH engloba a educação infantil, o ensino fundamental, organizado por ciclos, e a educação de jovens e adultos, culminando na inserção profissional. Seu principal objetivo é promover a igualdade de oportunidades, através de situações pedagógicas, estabelecendo relações entre os conhecimentos, formais e não formais, necessários para execução de atividades que possibilitem novas inserções em diferentes contextos sociais, sendo eles: mundo do trabalho, vida social, canais de participação, entre outros.

Como suporte para as ações pedagógicas, a equipe clínica dispõe de diferentes profissionais das áreas da fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia e terapia ocupacional que atuam em proposta interdisciplinar. As práticas da clínica da APAE NH visam a superação de limitações e buscam promover evoluções e transformações dos alunos e pacientes, dentro das capacidades e realidades de cada sujeito.

De forma a dar continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito pedagógico e da saúde, o trabalho social se pauta no desenvolvimento das potencialidades dos usuários em seus territórios. Objetivando a prevenção de situações de risco, o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social e a inclusão social, as intervenções se dão de forma articulada com outros serviços ofertados pelo município, em locais onde a população atendida pela instituição se encontra inserida.

Nesse contexto, cria-se o Programa de Formação: Autogestão e Autodefensoria da APAE NH que preconiza a formação continuada da pessoa com deficiência, na conquista da autonomia, desde a autogestão até a autodefesa. Ou seja, a gerência de todos os aspectos de sua vida, das habilidades básicas (como alimentação, vestuário, etc.) à conscientização e ampla defesa de seus direitos. Glat (2011, p. 1) define os termos relacionando-os

[...] ao processo de autonomia e participação de pessoas portadoras de deficiências, na medida em que se engajam pessoalmente na

## IMPACTO SOCIAL

luta pela defesa de seus direitos, tomando suas próprias decisões a respeito de suas vidas, reivindicando voz e espaço para expressar suas ideias, desejos, expectativas e necessidades.

Nesse sentido, entrelaçando as três esferas de atuação da instituição, o programa pretende, de maneira complementar, lançar mão de ações que garantam o respeito enquanto sujeitos de direitos e a ampla participação da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltiplas, tanto na instituição quanto na vida em sociedade. FENAPAES (2015, p.10) define a autodefensoria como “ao mesmo tempo, uma filosofia, um movimento político e um programa de suporte psicoeducacional”.

Toldrá, Marque e Brunello (2010, p. 159) entendem que para uma inclusão social seja efetiva se torna “fundamental a promoção de equiparação de oportunidades e a incorporação de medidas que favoreçam a participação das pessoas com deficiência em todas as esferas da vida”. Dessa forma, os profissionais envolvidos no programa da APAE NH atuam de maneira interdisciplinar e em conjunto com os autodefensores eleitos, representantes dos usuários, no desenvolvimento da autogestão e autodefesa, proporcionando atividades que oportunizem o posicionamento enquanto cidadãos, favorecendo o ato de fazer escolhas e a reflexão sobre as opções e as consequências de cada escolha.

Sendo assim, a autogestão é o processo inicial de transformação que se finaliza na autodefesa. A Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais (2006, p. 13) caracteriza a autodefesa como “a etapa final da autogestão e permite ao cidadão a defesa de seus direitos gerais e específicos e ainda a defesa dos direitos dos grupos que representa”. Ou seja, a autogestão auxilia as pessoas com deficiência a terem consciência e assumirem as decisões de suas vidas, enquanto que a autodefesa permite que sejam vistas por outras pessoas da comunidade como cidadãos de direitos.

Desse modo, o presente artigo tem como proposta apresentar o Programa de Formação: Autogestão e Autodefensoria da APAE NH, os objetivos e a aplicação das ações. De forma a explicar o processo

de formação para a cidadania, inclusão social e defesa de direitos no cotidiano dos usuários da instituição, a partir da análise do programa e das suas intervenções.

### **Metodologia**

Este estudo insere-se numa abordagem qualitativa que considera o ambiente natural como fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significado. Segundo Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014, p. 14), esse estilo

[...] além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos, referentes a grupos particulares, propicia a criação de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação.

Assim, a pesquisa qualitativa permite aprofundar o entendimento, relacionando elementos que contribuam para a compreensão do objeto de estudo (MINAYO, 2007). De acordo com Prodanov e Freitas (2009), uma característica desse estilo é a coleta de dados realizada de maneira descritiva, em que sua análise se dá a partir da interpretação e da significação atribuídas pelo próprio pesquisador.

Nessa perspectiva, a APAE NH foi o cenário eleito em decorrência da reformulação do programa de formação para autogestão e autodefensoria, após eleição realizada em 2017, que nomeou dois novos representantes e seus suplentes. A coleta de dados deu-se através da leitura da descrição do Programa de Formação: Autogestão e Autodefensoria da APAE NH, bem como do relato das atividades propostas para o ano de 2018.

Segundo Campos (2004, p. 611) a escolha da análise dos dados “tem que ser adequada e proporcionar a exploração dos dados em toda a sua riqueza e possibilidades”. Nesse sentido, elegeu-se a análise de conteúdos uma vez que este procedimento permite abordar uma maior diversidade de objetos de investigação. É o estudo “tanto dos conteúdos nas figuras de linguagem, reticências, entrelinhas,

quanto dos manifestos” (CAMPOS, 2004, p. 612). Essa técnica consiste em extrair a significação dos elementos e da estrutura a ser investigada para a prática subsequente da interpretação dos dados (LAVILLE; DIONE, 1999).

Esse método é constituído por diferentes fases, iniciando com a pré-exploração do material selecionado, que permitirá apreender e organizar os tópicos a serem analisados. Seguido da seleção dos conteúdos que de fato serão analisados e utilizados na contemplação dos objetivos do texto, que serão, posteriormente, categorizados para melhor apresentação e interpretação do material coletado (CAMPOS, 2004).

A partir de uma categoria única denominada: Programa de formação: autogestão e autodefensoria da APAE NH, desempenhou-se a interpretação dos dados que se deu a partir do emparelhamento. Para Laville e Dione (1999, p. 227) o emparelhamento se constitui a partir da associação dos “dados recolhidos a um modelo teórico com a finalidade de compará-los”. Essa estratégia visa à possibilidade do pesquisador em se apoiar em uma teoria, produzindo interferências na descrição dos conteúdos de maneira a enriquecer o texto, e que auxiliará no aprofundamento dos conteúdos estudados e da discussão, que terá seu desenvolvimento a seguir.

### **Programa de formação: autogestão e autodefensoria da APAE NH**

No ano de 2017, deu-se início ao processo de eleição para uma nova gestão de autodefensores na APAE de Novo Hamburgo. Cada gestão tem a duração de três anos e, conforme documento norteador, FENAPAES (p. 1)<sup>3</sup> recomenda que o cargo deva “ser ocupado por pessoas com deficiência intelectual ou múltipla, já que essas deficiências representam prioritariamente o público alvo de atendimento do movimento das APAES”. Considera, ainda, que o candidato deve apresentar desenvolvimento avançado em questões da autogestão, ter facilidade em socialização, ser ativo em sua APAE, conhecer o processo de eleição para o cargo pretendido,

---

<sup>3</sup> O documento não apresenta ano de publicação.

## IMPACTO SOCIAL

[...] ter no mínimo 16 anos de idade, não estar frequentando o ensino regular e nem ter vínculo com o mercado de trabalho, dispor de tempo para participar de reuniões e eventos nos quais se faça necessária a presença dos autodefensores e, em caso de deficiência múltipla que necessite de acompanhamento, haver uma pessoa para auxiliá-lo (BONETTI; ZANLUCA, 2013, p. 59).

As autoras supracitadas (2013, p. 59) acrescentam também que “para que haja a eleição dos autodefensores, é necessário seguir um processo que contemple a candidatura, o desenvolvimento de propostas, a apresentação aos colegas e a eleição de fato”. Nesse sentido, durante o mês de abril, sete candidatos iniciaram suas campanhas na APAE NH, apresentando suas propostas aos demais usuários da instituição, o que culminou nas eleições no período dos dias 02 a 04 de maio.

Após a contagem de votos, totalizados em 201, elegeram-se um casal de autodefensores e um casal suplente, que assumiram seus cargos em 10 de maio. Desde esse dia, especificamente com os autodefensores eleitos, são realizados encontros, com duração de uma hora, para discutir assuntos de seus interesses, sugestões para melhorar a instituição, entre outros voltados à autogestão e à autodefensoria, como: autonomia, habilidades, identidade, solução de problemas, etc., a fim de auxiliar no entendimento das responsabilidades exigidas para o cargo que ocupam. Também se oportuniza a participação dos mesmos em espaços de diálogo social, como, por exemplo, conferências, reuniões de diretoria, entre tantos outros eventos proporcionados pelo movimento apaeano.

Nessa assertiva, o propósito principal que orienta o programa de formação para autogestão e autodefensoria na APAE NH se pauta na promoção do desenvolvimento integral do sujeito respeitando suas particularidades, necessidades e potencialidades. Esse objetivo geral demonstra estar fundamentado nos cinco pilares norteadores definidos pelo movimento nacional (FENAPAES, 2015).

Desses cinco, os dois primeiros dizem respeito à eliminação de rótulos e à identidade pessoal. Esses pontos reconhecem o preconceito como a raiz do estigma da deficiência e da discriminação,

aspectos geradores de exclusão social. Portanto reivindicam que pessoas com deficiência sejam tratadas com dignidade e respeito, pois antes da deficiência, são seres humanos. Nessa perspectiva, Azevedo e Barros (2004) entendem que questões relativas à igualdade de acesso aos direitos da população e à possibilidade de manifestação das diferenças estão vinculadas ao combate ao preconceito e à discriminação em relação ao diferente, desvinculando a pessoa dos rótulos da deficiência.

Nesse sentido, a luta por direitos atrelada à autonomia, outros dois elementos norteadores, viabilizam a mudança de perspectiva em relação à deficiência intelectual e/ou múltipla. Pois estão relacionadas à capacidade de gerenciar diferentes aspectos da vida, falar por si e defender os próprios direitos e interesses. Held (1999, p. 217) associa o desfrute de direitos à autonomia do sujeito, pois resulta na condição como membro livre e igual da sociedade, na qual os “cidadãos se realizam ou se fazem valer, efetivamente”. Ou seja, torna sujeitos aptos a se inserir socialmente de forma ampla, o que remete ao quinto item orientador: a inclusão social.

Aranha (2000) compreende a inclusão social embasada em uma perspectiva que admite e legitima a diferença e a diversidade na vida em sociedade, de maneira a garantir a todos o acesso a todas as oportunidades, independente das particularidades de cada sujeito e/ou grupo social. Em outras palavras, inclusão é a “garantia do acesso imediato e contínuo” da pessoa com deficiência em espaços sociais comuns, fazendo necessário o desenvolvimento de intervenções no âmbito da sociedade a fim de ajustar para a convivência na diversidade (ARANHA, 2000, p. 4).

Sendo assim, para a execução do programa, a APAE NH conta com uma equipe responsável pelo planejamento, desenvolvimento e aplicação das ações, composta por uma professora, com especialização na área da deficiência mental, e uma psicóloga. De acordo com Bonetti e Zanluca (2013), as profissionais de referência devem manter uma postura articuladora, orientadora e facilitadora, buscando a autonomia e o fortalecimento da identidade. Além disso, a instituição é envolvida, como um todo, de maneira interdisciplinar,

## IMPACTO SOCIAL

desenvolvendo atividades que promovam o autocuidado, visando comportamentos mais independentes de seus usuários. Basílio (2015, p. 9) afirma que as ações auxiliam “as pessoas com deficiências a desenvolver ao máximo seus talentos, e remover, sempre que possível, o preconceito existente em relação à deficiência”.

A capacitação constante da equipe também está prevista no programa desenvolvido pela APAE NH. Assim, contatos frequentes por meio de encontros, contatos telefônicos e eletrônicos são estratégias utilizadas como forma de aperfeiçoar o trabalho desenvolvido, bem como, de alinhar ações com as que vêm sendo realizadas em outras APAEs. Bonetti e Zanluca (2013, p. 59) esclarecem que

[...] cada instituição necessita de um(a) coordenador(a) local de autodefensoria que é representado pelo(a) coordenador(a) regional sendo este representante do(a) coordenador(a) estadual e este por sua vez do(a) coordenador(a) nacional de autodefensoria, sendo estes facilitadores de todo esse processo.

Complementando a citação anterior, a Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais (2006) considera importante a qualificação dos profissionais em autodefensoria para que esses sirvam de facilitadores no processo de autoconhecimento e no posicionamento diante das situações do dia a dia dos usuários da associação. Nessa perspectiva, outras demandas, características do público do município estudado, relacionadas à participação, ou à falta dessa em outros espaços para além da APAE, foram absorvidas pelo programa e desmembradas em atividades diversas a fim de incentivar a participação comunitária, a cidadania, a noção de pertencimento social e a introdução de elementos culturais e de rotinas da instituição, bem como da sociedade como um todo.

Uma das ações diz respeito à confecção da carteira estudantil, para os alunos matriculados na escola especial da APAE NH, viabilizando a circulação da pessoa com deficiência por espaços que lhe tenham sentido e contribuindo para a vivência de novas experiências. Silva (2006, p. 429) define experiência como “uma atividade auto-reflexiva proporcionada pela apreensão da realidade

nas suas variadas manifestações”, que oportunizará o desenvolvimento de habilidades importantes para sua circulação em diferentes lugares.

Nessa mesma linha de pensamento, Glat (2011) relaciona a diversidade de oportunidades com o desenvolvimento em maior grau da autonomia e da maturidade. Freire (2002) conduz o entendimento de que a conquista da autonomia é um processo de ensino e aprendizagem, que vivencie experiências de decisão, que desenvolva a responsabilidade construída sobre a experiência no ato de decidir. Assim, esse processo da construção da autonomia se dá de modo contextualizado e permite definir a capacidade de se orientar, tomar decisões, implicando na capacidade de, na prática, responsabilizar-se por elas.

Nesse sentido, ao se abordar questões de autonomia e de maturidade, faz-se necessário o suporte da família, pois no ambiente familiar, muitas vezes, há a visão do deficiente como incapaz, além de ser infantilizado. É preciso conquistar a família, modificando a percepção de incapacidade do seu filho, que surge no processo de diagnóstico da deficiência, e que gera o preconceito, fazendo com que a sociedade e os próprios pais encarem a deficiência de forma negativa, contribuindo assim a negação da cidadania dos seus filhos. Por isso os pais precisam ser esclarecidos e informados, devem apostar nas potencialidades e não na deficiência, visto que qualquer tipo de convivência social começa pela própria família. Sommerstein e Wessels (1999, p. 415) complementam o pensamento exposto, afirmando que

[...] é importante mostrar que uma deficiência é apenas uma pequena parte da pessoa. Mostrar competência, habilidade, interesse e potencialidade em vez de déficits, contribui para percepções positivas: inCAPACIDADE em vez de Incapacidade, ou, melhor ainda, consciência de CAPACIDADE.

Como forma de manutenção do trabalho iniciado na APAE NH, a família será estimulada a participar de encontros que promovam o debate a respeito da deficiência e a desmistificação de preconceitos

existentes, buscando estimular a inserção social através de uma rede relacional. Validando a necessidade dessas atividades. Bonetti e Zanluca (2013, p. 56) percebem que, culturalmente, as pessoas com deficiência intelectual são pouco incentivadas a se expressarem, “pois, a sociedade não está habituada a oportunizar voz e vez, muito menos a considerar que suas ações devem ter responsabilidades e que elas devem arcar com as consequências”.

Ou seja, é interessante oportunizar às pessoas com deficiência atividades que lhes permitam se colocar enquanto sujeitos, utilizando suas aprendizagens, sentimentos e desejos, “aprender que, apesar de todas as suas dificuldades, elas são pessoas como todas as demais, e têm todos os direitos de usufruir das oportunidades disponíveis em sua comunidade” (GLAT, 2011, p. 4). Essas ações favorecem a desmistificação da deficiência na luta contra o preconceito, de acordo com Silva (2006, P. 430) “a identificação só é possível por meio da convivência, na medida em que enfatiza o que não é igual e, ao mesmo tempo, ressalta a ideia de ser igual na diferença”. Corroborando com essa ideia, Bonetti e Zanluca (2013, p. 56) pontuam a importância de favorecer situações que demonstrem que são capazes de “tomar decisões a respeito de seus interesses e assumir consequências e responsabilidades”.

Tendo em vista fortalecer a autoestima e o desenvolvimento de sujeitos autônomos, durante a semana da pessoa com deficiência, foi proposta, aos alunos da escola especial, uma dinâmica sobre direitos e deveres, propiciando momentos de reflexão aos participantes. A partir dessa atividade, construiu-se um cartaz que será utilizado durante todo o segundo semestre de 2018, visando incentivá-los a ocupar, ativamente, lugares nos quais transitam, desde a APAE NH até suas comunidades.

Palestras, relacionadas à ocupação ativa de seus espaços, propõem trazer informação de modo a ressignificar situações e auxiliar nos processos de subjetivação. Por meio da produção de novas habilidades, busca-se a inclusão social que é entendida por Sassaaki (1997, p. 41) como “um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com

necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir papéis na sociedade”.

Entendendo o processo de tornar-se autodefensor como um recurso de inclusão social, pretende-se, durante os anos da gestão atual, recrutar usuários da instituição interessados na autodefensoria como apoiadores dos autodefensores eleitos. De acordo com Bonetti e Zanluca (2013, p. 58) “a autodefensoria se refere à efetivação de direitos individuais e coletivos das pessoas com deficiência intelectual que frequentam as APAEs, ou seja, é uma mobilização de educandos a favor de si mesmos e de seus colegas”.

Essa troca de experiências entre os autodefensores eleitos e seus apoiadores, coloca-os como responsáveis em ajudar a organizar a autoimagem do outro, tanto na preparação para assumir o cargo futuramente, quanto na manutenção do cargo entre os eleitos. Inclusive, essa ação tem como proposta servir como recurso no desenvolvimento da cidadania através de sua prática social entre autodefensores e interessados. Também, o programa na APAE NH prevê outras atividades com a finalidade de criar interesse dos demais usuários para a autodefensoria, de modo a facilitar vínculos escolares, familiares e comunitários de qualidade.

Sendo assim, o despertar para a autogestão e para a autodefensoria é um movimento único e particular de cada sujeito. Segundo Glat, (2011, p. 4) “para garantir o direito à cidadania plena, a pessoa com deficiência precisa, primeiro, aprender a defender seu espaço, como se diz, garantir o seu lugar ao sol”. Dessa forma, a reformulação do Programa de Formação: Autogestão e Autodefensoria da APAE NH preconizou, principalmente, a elaboração de ações que contribuíssem para o desenvolvimento da autoestima e que auxiliassem na autonomia, no processo de escolha e no enfrentamento de situações como o preconceito e a exclusão social. Portanto, esse movimento abrange tanto o aspecto político como o educacional, respeitando o tempo de cada um.

## Considerações finais

Através do movimento da autogestão e autodefensoria, os usuários da APAE se tornam atores e autores da sua própria história. Na busca por romper com a dinâmica social em que, muitas vezes, as pessoas com deficiência, são vistas como incapazes, são silenciadas e pouco estimuladas a demonstrar suas capacidades e a defender seus interesses. Assim, o movimento se torna imprescindível para que possam usufruir e buscar conhecimentos, cultura, convivência social.

Isto é, o lema do movimento tenciona para a inclusão social, “Nada sobre nós, sem nós”. Rompe com o estigma de que não são capazes, que necessitam que se decida por eles (nada sobre nós), indicando que as pessoas com deficiência intelectual têm voz e poder de decisão a respeito de suas próprias vidas (sem nós).

Nesse contexto, o Programa de Formação: Autogestão e Autodefensoria da APAE NH está pautado em diálogo, pactos, valores, normas e regras compartilhadas. Utilizando do processo de ensino e aprendizagem, não como uma mera transmissão de conhecimento, mas, sobretudo, como uma construção de uma consciência de direitos e deveres, tendo acesso a práticas voltadas para alargar horizontes e de valorização do ser humano. Glat (2011, p. 4) afirma que a “verdadeira inclusão, que se constitui na aceitação social plena e no respeito às suas diferenças, só pode ser conquistada por eles mesmos”.

Com o caminhar se descobre as possibilidades, as potencialidades e as competências, aprendendo por meio de vivências e convivências através de parcerias, interagindo no e com o grupo dos autodefensores, aprendendo a enfrentar desafios, e dessa forma, perceber que a cooperação mútua os fortalece e os prepara para a inserção no social. Esse processo de ensino e aprendizagem da autodefensoria os coloca rumo à autonomia e emancipação.

Assim, o programa desenvolvido e aplicado na APAE NH propõe meios para estimular a autonomia, a diferenciação, o desenvolvimento da autoestima e identidade pessoal, embasando suas dinâmicas em cinco elementos norteadores, sendo eles:

## IMPACTO SOCIAL

eliminação de rótulos, identidade pessoal, autonomia, luta por direitos e inclusão social; dando voz e espaço de escuta através das atividades propostas. Visto que um dos principais desafios está relacionado à resignificação dos preconceitos culturais e suas complexas dinâmicas.

Nesse sentido, para alguns, o movimento para a autogestão e autodefensoria

[...] significará uma atuação e militância política, participar em comitês e diretorias de suas associações ou grêmios escolares, prestar depoimentos em seminários e congressos, ser independente financeiramente, trabalhar no mercado competitivo, sair sozinho, namorar, casar, etc. Para outros, pode representar simplesmente --- porém, não menos importante --- falar e expressar seus desejos e opiniões com os membros de sua família, escola, ou círculo íntimo de amizades; escolher o que quer vestir, o que quer comer ou fazer no fim de semana (GLAT, 2011, p.8).

De qualquer forma, todas as pessoas com deficiência têm direito a assumir a gestão de suas próprias vidas. É importante então, superar os preconceitos históricos, desconstruindo-os e abrindo espaço para o desenvolvimento integral da pessoa com deficiência, dando a palavra para que possam expressar seus desejos, sentimentos e que, através de experiências, possam encontrar soluções para situações do cotidiano.

Portanto, o programa de formação para autogestão e autodefensoria é de extrema importância na construção da cidadania das pessoas com deficiência, na conscientização de que todos têm direito de falar sobre si e significar sua própria vida de maneira mais autônoma e independente possível.

### Referências

ARANHA, Maria Salete Fábio. Inclusão social e municipalização. In: MANZINI, Eduardo José. **Educação especial**: temas atuais. 1 ed. Marília: UNESP-Marília Publicações, 2000.

AZEVEDO, Paulo Henrique; BARROS, Jonatas de França. O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**. v. 12, n. 1, 2004.

BASÍLIO, Ana Paula Farias; SILVA, Luciana Silêncio. Grupo de meninas: Intervenção interdisciplinar com adolescentes usuárias da APAE de Iturama-MG. **Revista Pedagogia em Foco**. v. 10, n. 3, 2015.

BONETTI, Joelma Crista Sandri; ZANLUCA, Andréia. Através do movimento de autodefensoria, os educandos da APAE tornam-se atores e autores de sua própria história. **Revista Maiêutica – Serviço Social**. v.1, n.1, 2013.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v. 57, n. 5, 2004.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta da pesquisa, possibilidade e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v. 24, n. 1, 2014.

ESTEBAN, Maria Paz Sandín. **Pesquisa qualitativa em educação: Fundamentos e tradições**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FENAPAES, Federação Nacional das APAEs. **Cartilha APAE**. Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_, Federação Nacional das APAEs. **Manual Nacional de Autogestão, defensoria e família**. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_, Federação Nacional das APAEs. **Recomendação para as eleições de autodefensores**. Brasília, sem data. Disponível em: <[http://apaebrazil.org.br/arquivo.php?arq\\_id=17907](http://apaebrazil.org.br/arquivo.php?arq_id=17907)>. Acesso em: 12

set. 2018.

FEAPAES-MG, Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais. **Manual de formação de autodefensores**. São Lourenço, MG, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Coleção Leituras. 21. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GARGHETTI, Francine Cristine; MEDEIROS, José Gonçalves; NUERNBERG, Adriano Henrique. Breve história da deficiência intelectual. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**. v. 10, 2013. Disponível em: <<https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/view/994/820>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

GLAT, Rosana. **Auto-defensoria / auto-gestão: movimento em prol da autonomia de pessoas com deficiência mental, uma proposta político-educacional**. 2011. Disponível em: <[http://www.apaesp.org.br/pt-br/defesa-de-direitos/advocacy/autodefensoria/Documents/autodefensoria\\_R.\\_Glat.pdf](http://www.apaesp.org.br/pt-br/defesa-de-direitos/advocacy/autodefensoria/Documents/autodefensoria_R._Glat.pdf)>. Acesso em: 07 set. 2018.

HELD, David. Cidadania e autonomia. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 22, 1999.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10 ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. História, deficiência e educação especial. **Revista HISTEDBR On-Line**. n. 15, 2004. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1\\_15.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf)>. Acesso em: 07 set. 2018.

PINTO, Silvia Amaral de Mello. (coordenadora). **Psicopedagogia**: um postal para a inserção social. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2009.

SASSAAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade**. Rio de Janeiro: WVA. 1997.

SILVA, Luciene. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n.33, 2006.

SOMMERSTEIN; WESSELS. Conquistando e Utilizando o Apoio da Família e da Comunidade para o Ensino Inclusivo. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK, William; Tradução de LOPES, Magda França. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999, p. 415.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William; Tradução LOPES, Magda França. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TOLDRÁ, Rosé Colom; MARQUE, Cecília Berni de; BRUNELLO, Maria Inês Britto. Desafios para a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual: experiências em construção. **Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo**, São Paulo, v. 21, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/rto/article/view/14099/15917>>. Acesso em: 15 set. 2018.



# EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E TRABALHO

*Larissa Venancio Monks Vieira<sup>1</sup>*

## 1. Da auto atividade à labuta : a perda gradativa da liberdade

De forma paulatina, tendo como marcos históricos as três Revoluções tecnológicas – a industrialização, a automação rígida e a automação flexível – o presente estudo explicará as transformações ocorridas na base material e ideológica da sociedade capitalista, a fim de compreender a função da educação profissional no contexto atual.

Libertar o indivíduo das algemas que o agrilhoavam [...], do tradicionalismo ignorante da Idade Média, da irracionalidade que dividia os homens em uma hierarquia de patentes mais baixas e mais altas de acordo com o nascimento [...]. A liberdade, a igualdade e, em seguida, a fraternidade de todos os homens eram seus slogans [...]. O reinado da liberdade individual não poderia deixar de ter as conseqüências mais benéficas. A apaixonada crença no progresso que professava o típico pensador do iluminismo refletia os aumentos visíveis no conhecimento e na técnica, na riqueza, no bem estar e na civilização que podia ver em toda a sua volta [...]. O que não podia esperar se os remanescentes obstáculos ao progresso tais como os interesses estabelecidos do feudalismo e da Igreja, fossem eliminados? (HOBSBAWN, 1991, p.37).

A convicção na liberdade arada pelos iluministas e experimentada por eles por alguns poucos anos compreendidos entre o fim da lei da primogenitura e o início do capitalismo, aos poucos foi sendo modificada pela triste realidade de subjugação do homem à labuta. A auto atividade experimentada na época das grandes

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação, Licenciada em Educação Profissional e Tecnológica e Administradora com ênfase em Logística.

invenções científicas e das grandes produções artísticas trazia grande expectativa de libertação dos sacrifícios impostos pelo trabalho desprovido da técnica que despendia muito tempo e vislumbrava a possibilidade de tempo livre para a realização de atividades prazerosas, artísticas e formativas. Porém, a promessa de desenvolvimento tecnológico destinado à humanização, foi desviada para os interesses do capital, cuja base, que se encontra na compra e venda da força de trabalho e na extração da mais valia, é contrária à distribuição igualitária de riquezas. Dessa maneira, o ideal de liberdade, presente no iluminismo, teve seu sentido totalmente modificado na concretização das bases liberais, fundadas no modo de produção capitalista, à medida que trouxe em seu bojo um rastro de miséria para a maioria dos homens.

A análise dessa discordância gestada desde o início do capitalismo é feita por Karl Marx (1818-1883) em “O capital”. Nos capítulos XII – Divisão do trabalho e manufatura e XIII – A maquinaria e a indústria moderna, são narradas as características de cada forma de organização do trabalho, bem como a crescente alienação do trabalhador a medida em que se diferencia cada vez mais do produto de seu trabalho.

Durante a passagem do feudalismo para o capitalismo se instala o germe da industrialização, através da cooperação, que mais tarde se expande para a manufatura. Esta se origina de dois modos: simples e complexo. No modo simples o capitalista reúne na mesma oficina muitos trabalhadores que fazem a mesma espécie de trabalho. Segundo Marx (1984, p.388) “cada um desses artífices, talvez com um ou dois aprendizes, produz a mercadoria por inteiro e leva a cabo, portanto, as diferentes operações exigidas para sua fabricação, de acordo com a seqüência delas.” Dessa forma, nesse modo de produção o criador domina a fabricação do produto por inteiro. Porém, as circunstâncias externas e a exigência de uma produção maior com maior rapidez fez surgir o modo de organização complexo onde

em vez de o mesmo artífice executar as diferentes operações dentro de uma seqüência, são elas destacadas umas das outras,

## IMPACTO SOCIAL

isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos trabalhadores cooperantes (MARX, 1984, p.388).

Já na manufatura se introduz a divisão do trabalho e a constituição do trabalhador parcial, porém, em sua forma simples ou complexa, ainda garante a experiência formativa, pois o trabalho ainda continua sendo artesanal, dependendo da mão do homem que domina e maneja o instrumento, dando forma ao produto ou a uma parte dele. Todos se sentem capazes de fazer o produto inteiro e ajudar os companheiros em todas as fases da produção.

Progressivamente as ferramentas são modificadas e especializadas e com elas também as capacidades cognitivas vão se tornando cada vez mais estreitas, já que para cada tarefa é necessária uma ferramenta e uma habilidade específica. Para Marx, (1984,p.392), “o período manufatureiro simplifica, aperfeiçoa e diversifica as ferramentas, adaptando-as às funções exclusivas especiais do trabalhador parcial. Com isso, cria uma das condições materiais para a existência da maquinaria, que consiste numa combinação de instrumentos simples.”

A especialização foi se tornando a chave para o aumento do lucro, por isso reduzir o tempo gasto entre as etapas de produção de uma mercadoria se tornou um princípio consciente de acumulação de capital, gerando a fabricação de ferramentas cada vez mais especializadas. A esse processo foi sendo organizado concomitantemente o processo de interdependência das etapas específicas, a fim de reduzir cada vez mais o tempo morto, aumentando a produção. Quanto às consequências dessa progressiva divisão do trabalho Marx (1984, p.412) afirma que:

[...] deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o artificialmente a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão [...]. Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial.

## IMPACTO SOCIAL

Como declara Hegel citado por Marx (p.416): “Subdividir um homem é executá-lo, se merece a pena de morte; é assassiná-lo se não a merece. A subdivisão do trabalho é o assassinato de um povo”.

Na década de setenta do século XVIII um novo golpe atinge a formação integral do homem e sua peculiaridade de sujeito no processo de trabalho: é o advento da maquinaria. As primeiras máquinas se constituíam numa junção de ferramentas especializadas e dependiam da força humana para funcionar, porém, as mais desenvolvidas passaram a utilizar a energia natural da água ou do vento e posteriormente a energia a vapor. A invenção do motor a vapor conseguia impulsionar ao mesmo tempo muitas outras máquinas. Dessa modo, independente da força humana, o ritmo do trabalho passou a ser regido pela máquina. Nas palavras de Marx (p. 434): “O mais importante na etapa da industrialização é não interromper os processos parciais, é fazer com que a matéria-prima percorra todas as fases rapidamente e com perfeição. Quanto mais isso for perfeito, mais se elimina a interferência humana.”

Para Marx, as consequências da maquinaria foram: a apropriação da força de trabalho das mulheres e das crianças, o aumento da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho. Com essas duas últimas foi possível aumentar a mais valia absoluta e a relativa, já que o trabalhador aceita trabalhar mais horas por medo de ser substituído pela massa de mão-de-obra desempregada, pois, com a desvalorização do valor do trabalho específico, até as crianças são capazes de operar a máquina. Além disso, a produção também se torna mais intensa com o seu crescente aperfeiçoamento. Além de gerar desemprego e miséria por toda parte, as máquinas inauguraram uma nova forma de relacionamento entre as pessoas, que substituí o antigo modelo pela relação homem-máquina e gerou a deformação psíquica das habilidades de uma geração inteira formada pelas crianças submetidas ao trabalho.

Após conquistas como a diminuição das horas de trabalho, obtidas depois das revoltas contra o regime de máquinas promovidas

por movimentos como o Ludismo<sup>2</sup>, comprovaram o quanto a compreensão do processo produtivo estava alienado do trabalhador. Nesse sentido Marx (p.490) afirma que, “era mister tempo e experiência para o trabalhador aprender a distinguir a maquinaria de sua aplicação capitalista e atacar não os meios materiais de produção, mas a forma social em que são explorados”.

A organização sindical já estava diminuída, mas a resistência dos mais velhos ainda garantia um certo controle nos ritmos das máquinas, pois estes ainda eram os únicos que detinham o conhecimento sobre o funcionamento e a complexidade de cada máquina. Esse conhecimento, para Coriat (1985, p.81), era “a última resistência operária ao trabalho assalariado”. Foi justamente neste momento que ocorreu o último golpe para a total expropriação do saber operário, com o estudo dos tempos e ritmos e com a organização científica do trabalho. Esse processo denominado de taylorismo-fordismo ou automação rígida<sup>3</sup>, iniciou-se nos Estados Unidos, nas três últimas décadas do século XIX e nas quatro primeiras décadas do século XX, em um período de grande expansão do capital, devido ao petróleo, às descobertas da química, da eletricidade e da indústria siderúrgica, juntamente com a invenção do telégrafo, que favoreceu o início da rede de comunicação internacional, a emergência pela divisão dos mercados e luta intensa entre sindicatos e patrões.

Nascido de Frederick Taylor (1856-1915), o objetivo de resolver a “falta de zelo” dos operários resultou em primeiro lugar no salário por produção e depois em uma organização científica e rígida dos ritmos e tempos do trabalho. Com a forma de remuneração por peça o operário passava a receber o salário de acordo com sua produção (maximização da produção). Dessa maneira, o capitalista calculava o salário base a partir da melhor referência de tempo. Esse método, supostamente parecia bom, aos poucos se revelou cruel, pois resultou em “um aumento da intensificação do trabalho, sem que por isso

---

<sup>2</sup> Ludismo ou Movimento Ludita é o nome dado a um movimento ocorrido na Inglaterra entre os

<sup>3</sup> Tipo de automação com configurações de equipamentos específicos para atender a objetivos limitados. (Einstein Limeira, 2013)

ocorra[esse] um aumento do trabalho.” (CORIAT, 1985, p.85). No início, essa forma de remuneração não deu certo porque o conhecimento sobre os ritmos e tempos do funcionamento das máquinas estava nas mãos dos operários, por isso, organizados, fixavam um tempo de funcionamento onde todos pudessem trabalhar num ritmo médio. Então, para pôr fim a este controle, Taylor remodela cientificamente o processo produtivo.

No primeiro momento, ocorre uma decomposição metódica do saber-fazer dos operários que era adquirido pela tradição oral e passava de geração em geração. Segundo Coriat (1985, p.91), “a direção científica encarrega-se de receber todos os elementos que, no passado, estavam na posse dos operários, de classificar essas informações, de sintetiza-las e destes conhecimentos deduzir regras, leis e fórmulas.” No segundo momento esse conhecimento amplo é reduzido aos seus elementos mais simples, é sistematizado e classificado no seu tempo mínimo, em minutos exatos, no “melhor tempo” possível, em tarefas, que se constituem nas menores partes do processo de trabalho. Essas tarefas, agora nas mãos da direção, são ensinadas aos trabalhadores através do treinamento feito pelo contramestre. Assim é estabelecida uma nova hierarquização nos postos de trabalho, dividindo concepção de execução e criando uma grande massa de mão- de-obra desqualificada.

Na sequência dos acontecimento ocorre o desenvolvimento das ferramentas e máquinas novas, uniformizadas e estandarizadas. Para Coriat, (p.100): “Ao definir o instrumento de trabalho, a direção define também as condições de sua utilização – despojado do saber no que diz respeito ao manejo do instrumento, o operário perde o seu poder de ‘travagem’.” Portanto, o propósito de Taylor não era reunir conhecimentos científicos, mas sim aumentar as possibilidades de controle sobre o processo de trabalho e aumentar a velocidade de emprego dos instrumentos, resultando assim a produção em série e a produção em massa. Dessa forma, a uniformização dos instrumentos e do produto ocasionou conseqüentemente a massificação do consumo. A individualidade presente no ideal de liberdade iluminista chega ao seu fim. Inverte-se a relação entre sujeito e objeto, assim o

sujeito torna-se objeto.

Investigando os impactos da gerência científica, Braverman (1974) afirma que à medida que o trabalho é subdividido, cronometrado, decomposto, separando concepção de execução, os operários são desqualificados, retirados do seu saber e conseqüentemente entregues ao capital. Devido à distinção entre trabalho mental e trabalho manual, a necessidade de trabalhadores diretamente ligados à produção é reduzida, pois as atividades podem ser desempenhadas por qualquer pessoa. Para Braverman (1974, p.113), “a separação de mão e cérebro é a mais decisiva medida simples na divisão do trabalho tomada pelo modo capitalista de produção”, assim, dessa forma os vínculos entre teoria e prática são totalmente rompidos e o trabalhador deixa de ser sujeito, tornando-se facilmente controlável. Nesse sentido, Braverman cita um editorial publicado no *International Molders Journal* que sintetiza a gravidade do golpe direcionado ao trabalhador com a automação rígida:

O grande patrimônio do trabalhador assalariado tem sido o seu ofício. Em geral, pensamos no ofício como a capacidade para manipular destramente as ferramentas materiais de um ofício ou profissão. Mas o verdadeiro ofício é muito mais do que isso. O elemento realmente essencial nele não é a perícia manual ou a destreza, mas alguma coisa armazenada na mente do trabalhador. Este algo é em parte o profundo conhecimento do caráter e usos das ferramentas, materiais e processos do ofício, que a tradição e experiência deram ao trabalhador, mas, além e acima disso, é o conhecimento que o capacita a compreender e superar as dificuldades que constantemente surgem e variam não apenas nas ferramentas e materiais, mas nas condições em que o trabalho deve ser feito (BRAVERMAN,1974, p. 121).

Dessa forma, constata-se que a verdadeira competência e habilidade está diretamente ligada ao conhecimento do trabalhador, que possibilita unir teoria e prática e que promove a liberdade, estando carregada de individualidade e subjetividade. Isto não se adquire com o treinamento de um ofício fragmentado que, ao contrário, só promove a alienação. As transformações tecnológicas e a reorganização do

sistema produtivo iniciadas por Taylor foram concretizadas em uma primeira experiência por Ford (1863-1947) nas suas famosas linhas de montagem e produção de carros populares. Essa forma adentra as demais indústrias com o início da Primeira Guerra Mundial e a necessidade de rápida e intensa fabricação de botas, remédios e alimentos em larga e uniforme escala. A produção em larga escala trouxe consigo duas mudanças que caracterizaram o período da automação rígida: a introdução da linha de montagem e o estímulo ao consumo de massa. Este último causou mudanças no campo subjetivo, ao estabelecer a crença da superioridade do produto industrializado.

Com a crise de superprodução, no entanto, ocorrida na década de trinta do século XX, o Estado, até então independente do capital, passou, nas palavras de Harvey (1992, p.124), a pensar em “arranjos políticos, institucionais e sociais que pudessem acomodar a crônica incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições essenciais de sua própria reprodução.” Ainda segundo o autor:

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias [...] Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc (HARVEY, 1992, p.131).

Os Estados Unidos tornou-se o centro do poder econômico, atuando como o banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital<sup>4</sup> ao poder das grandes corporações. Porém, nem

---

<sup>4</sup> O mercado de capitais é um mecanismo de distribuição de valores mobiliários (bolsas de valores, sociedades corretoras e outras instituições financeiras autorizadas), que tem o objetivo de gerar liquidez aos títulos emitidos pelas empresas e viabilizar o seu processo de capitalização. Isso quer dizer que o objetivo é direcionar os recursos financeiros da sociedade (poupança) para o comércio, para o desenvolvimento econômico do país. (Autora, 2018)

todos eram atingidos pelos benefícios do fordismo. A maior parcela da população mundial foi condenada à miséria e exclusão. Simultaneamente as pessoas foram motivadas ao consumo e este não podia se realizar para a maior parte delas. Percebe-se as consequências do taylorismo-fordismo através da análise de Gramsci (1980) no texto na qual afirma-se que “os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver, de pensar e sentir a vida”. Nas palavras de Harvey (1992, p.122), “questões de sexualidade, de família, de formas de coerção moral, de consumismo e de ação do Estado estavam vinculadas, ao ver de Gramsci, ao esforço de forjar um tipo particular de trabalhador adequado ao novo tipo de trabalho e processo produtivo”.

O trabalhador passa a ter sua vida sexual formatada. Segundo Gramsci (1980, p.389), “os instintos sexuais são os que sofreram a maior repressão da sociedade em desenvolvimento”. Através de um duvidoso puritanismo, a indústria fordista controla a vida sexual de seus funcionários, alegando que esta precisa ser racionalizada para se obter uma plena racionalização da produção. Como consequência dessa repressão gera animalidades e perversões. Ao ritmo da máquina, todos os desejos de prazeres humanos são reduzidos ao princípio da realidade o que, segundo Marcuse (1973) leva ao embrutecimento e infelicidade.

Esses reflexos são sentidos de forma bastante clara no âmbito da educação. Desde o início do capitalismo houve na França e em toda Europa um movimento político para o estabelecimento da escola pública como garantia dos direitos fundamentais de igualdade e liberdade. No entanto, o que aconteceu de fato foi o estabelecimento de uma escola que não promovia a igualdade, já que proporcionava a instrução em “doses homeopáticas”, como recomendava Adam Smith, além de ser dualista, pois dava o conhecimento livresco e formativo para “seletas” pessoas. Nos Estados Unidos, a crítica a esse modelo de escola se concretizou com a proposta da Escola Nova, que também florescia em diversos locais do mundo nas experiências de Maria Montessori, Decroly e Dewey, seu maior representante. Com essa proposta, ainda acreditava-se que a escola poderia ser capaz de

realizar a igualdade<sup>5</sup>, a equidade<sup>6</sup> social e o desenvolvimento das potencialidades individuais, bem como iniciar a adaptação da criança ao mundo do trabalho. Percebe-se que os pensadores da educação caminham em sentido contrário ao movimento que ocorre no âmbito do trabalho, já que neste, com o taylorismo-fordismo, a possibilidade de desenvolvimento da individualidade está fortemente comprometida e formatada com o estabelecimento do ritmo da máquina e com a uniformização dos desejos para o consumo em massa.

Diante dessa realidade, torna-se necessário formar um indivíduo conformado e adaptado, para isso a educação volta-se para a formação do comportamento, utilizando-se das teorias desenvolvidas na época por Edward Thorndike (1874-1949) e Frederic Skinner (1904-1990). Para Skinner, o motivo do fracasso da educação estava na quantidade de conteúdos dados ao mesmo tempo e na falta de contingências de reforço. A solução proposta foi a divisão do conteúdo em partes (assim como o trabalho na fábrica) e o planejamento de contingências de reforços para (re)modelar o comportamento na garantia da resposta correta, bem como a introdução de recursos tecnológicos. Estes últimos são dessa forma justificados por ele:

O fato puro e simples é que, na qualidade de mero mecanismo reforçador, a professora está fora de moda [...] sua inadequação torna-se muito maior quando ela tem que servir de mecanismo reforçador para muitas crianças ao mesmo tempo [por isso] a professora precisa poder contar com o auxílio de recursos mecânicos (SKINNER, 1972, p.21).

Segundo Kawamura (1990), a compartimentalização de conteúdos resultantes do modo de produção taylorista-fordista, presente na educação tecnicista, é um vestígio do positivismo. Os currículos são formatados dentro dos mesmos objetivos e o professor,

---

<sup>5</sup> Que dá igualdade, equilíbrio; igualitário e homogêneo. (SCOTTINI, 2009)

<sup>6</sup> Apreciação, julgamento justo; virtude de quem ou do que (atitude, comportamento, fato etc.) manifesta senso de justiça, imparcialidade, respeito à igualdade de direitos. (SCOTTINI, 2009)

a semelhança do trabalhador da indústria, é também expropriado do seu saber, passando a somente executar as práticas planejadas pelo Estado, ficando impedido de exercer uma prática que resulte na transformação social. Dessa forma, toda a sociedade permanece subordinada às relações da produção capitalista.

No Brasil, os acordos MEC-USAID<sup>7</sup> concretizaram a opção de educação dualista por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 5692-71. A profissionalização compulsória como promessa de ascensão social e conquista de emprego, após os estudos do atual Ensino Médio, tornou-se frustrada devido à falta de formação específica docente, à falta de estrutura material dos cursos e do currículo compartimentalizado e autoritário.

Desde 1930, segundo Romanelli (1986), a escolarização era controlada na intensão de manter a ordem social, atendendo número de matrícula e aprovação suficientes para silenciar a pressão popular ansiosa por ascensão via educação formal.

A expansão de ensino assumiu o aspecto de uma luta de classes. Do ponto de vista das camadas populares, o que elas propunham era garantir-se o acesso, às posições das classes altas. Do ponto de vista destas, o que era preciso ser feito, e o foi, era manter o controle dessa expansão, de forma que ela se fizesse em limites estreitos e assegurasse certo grau de seletividade capaz de, em face da impossibilidade de conter a demanda, fazer com que subissem apenas os "mais capazes" (ROMANELLI,1986,p.191).

A função reprodutora da sociedade brasileira analisada pela autora à luz de Althusser no fim da ditadura militar, faz apontamento também quantitativamente. Os dados empíricos da exclusão apontam que em 1960, de 1000 crianças que ingressavam no 1º ano do primário,

---

<sup>7</sup> Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976. (Ministério da Educação, 2017)

somente 466 atingiram a 2ª série. Na 4ª, ainda restavam 239. Diante disso, somente 152 ingressavam em 1964 no ginásio, 91 alcançavam a 4ª série e 84, o último ano do colégio. Dessas somente 56 conseguiam alcançar o 1º ano universitário (ensino médio), em 1973.

Essa discriminação social é atenuada na década de 1970, como consequência de uma inserção do país no movimento fordista mundial, por meio da internacionalização da economia. Fomentada à decisão política pela ditadura militar, o país incentiva o desenvolvimento de monopólios multinacionais, dissemina o consumo por meio da expansão da indústria cultural, cujo maior expoente é a emissora de televisão, e desmobiliza as iniciativas populares e sindicatos de trabalhadores. As pressões externas em prol do economicismo na educação promovem as primeiras reformas educacionais no ensino superior e ensino de 1º e 2º graus (atualmente Ensinos Fundamental e Médio), dando um tom tecnicista à educação, gerando fragmentação dos conteúdos e expropriação do saber docente. A formação técnica recebida de forma precarizada nas escolas públicas é buscada nas próprias empresas, nos cargos subordinados aos técnicos recém-formados nos cursos de ensino superior. Os princípios complementares se agravam e manifestam-se na massificação e desmobilização política da população.

## **2. Realinhamento produtivo, cultura mercantil e formação do indivíduo : o falso sentido da liberdade como trabalho integrado**

No início da década de sessenta do século XX, o modelo taylorista-fordista passa a enfrentar sérias dificuldades. Segundo Harvey (1992, p.135) o crescimento da indústria no Japão e na Europa Ocidental, com a criação de mercados de exportação, aliado à implantação de multinacionais nos países do sudeste asiático, bem como o enfraquecimento do consumo e o aceleração da inflação nos Estados Unidos, geraram a desvalorização da moeda americana, a flutuação da taxa de câmbio e a redução do poder norte-americano. Além desses problemas conjunturais, a austeridade dos ritmos e tempos estavam provocando muitos problemas de acidente de

## IMPACTO SOCIAL

trabalho, faltas (ausências), doenças psíquicas e ondas de greve. O aumento da exclusão não conseguia ser detido, pois o Keynesianismo não conseguia manter mais a rigidez com os compromissos públicos.

As décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político que resultou na acumulação flexível, conceituada dessa forma por Harvey:

A acumulação flexível [...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional [...] os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado (HARVEY, 1992, p.140).

Para enfrentar a concorrência e racionalizar a produção era necessário produzir em pequena escala (*Just in Time*), personalizando o produto a fim de atender nichos de mercado diferenciados (competitividade). Para isso as máquinas são informatizadas e ligadas por uma rede de computadores, a linha de montagem rígida é substituída pelas ilhas de produção, onde são reunidas várias tarefas, dando ao trabalhador uma sensação psíquica mais confortável. Porém, o controle agora se torna invisível e abstrato e por isso mais perverso, como afirma Marcuse (1997).

O mercado de trabalho se organizou em três esferas, um grupo central com poucas pessoas gozando de segurança no trabalho, uma segunda esfera, formado por trabalhadores com contrato temporário e uma terceira esfera na qual se encontrava a maioria excluída do trabalho formal e da possibilidade de consumo. Segundo Frigotto (2000), com a retirada do Estado de cena, os custos sociais e humanos desse processo de realinhamento tornaram-se altíssimos para a

maioria da população, na qual estavam abaixo da linha da pobreza, vivendo na miséria, fome, violência, desemprego, subemprego e doenças endêmicas.

Diante do cenário no qual evidenciam-se dois pólos: concentração de capital de um lado e exclusão de outro, as saídas encontradas só podem ser duas, de acordo com Adam Schaff (apud Frigotto, 2000, p.90):

[...] a democratização e socialização da imensa capacidade científico-técnica a serviço das múltiplas necessidades humanas, ou o 'equilíbrio' mantido mediante a guerra e convulsões sociais. Por ora as políticas do ajuste neoliberal, a Guerra do Golfo, a violência e a criminalidade nos indicam que existe uma decisão em curso.

As proclamadas vantagens da nova configuração econômica são o desenvolvimento tecnológico e a promessa de devolução das potencialidades individuais embasadas na mudança da produção rígida para a reunião de tarefas. Porém, se lidas de maneira crítica, percebe-se que essas mudanças não (des)padronizaram o produto, muito menos propiciaram a liberdade da subjetividade humana, já que as competências exigidas de conhecimento tecnológico, embora mais refinado, não devolvem o tempo e o espaço autônomo e muito menos a experiência autônoma entre o sujeito e o objeto. Segundo Enguita (1991), a educação polivalente e integral requerida pelo capital e que designa a capacidade da pessoa ser capaz de atuar em várias tarefas com a mesma desenvoltura, necessita de uma reflexão mais profunda, pois visa somente a formação de capacidades estreitas, mesmo proclamando que permite unir saber teórico e prático, concreto e abstrato.

Na verdade, o trabalho integrado traz um falso sentido de liberdade da labuta, pois mesmo sendo reunida em tarefas integradas não é capaz de desenvolver as capacidades humanas. Isso porque os fins que norteiam a produção prevêm a manipulação do consumo e a não formação humana.

Por meio da análise dos pensadores da Escola de Frankfurt,

pode-se entender as implicações sociais da tecnologia moderna e as mudanças ocasionadas em nível subjetivo, que passa a ser totalmente controlado. Marcuse (1973) demonstra que, dentro da sociedade industrial avançada, as necessidades humanas são falseadas pela sociedade capitalista que, para se manter, induz ao consumo de produtos não necessários, através dos apelos e propagandas veiculadas pelos meios de comunicação de massa. Ao oferecer um igual status econômico a uma grande parte da população, essa assimilação não indica o desaparecimento das classes, mas sim a preservação do sistema social através das “satisfações” compartilhadas pela população subjacente. Ao perder-se de vista a real satisfação das necessidades, perde-se também o exercício da liberdade. Para o autor (p.31), “ as criaturas se reconhecem em suas mercadorias; encontram sua alma em seu automóvel [...] o resultado é a mimese: uma identificação imediata do indivíduo com a sua sociedade e, através dela, com a sociedade em seu todo”.

Nasce o pensamento e o comportamento unidimensionais, que mantém o universo verdadeiramente totalitário e aceito por todos. Ele é promovido pelos elaboradores da política, que veiculam na mídia um discurso homogêneo, que se tornam “prescrições hipnóticas” (p.34), já que incorporam expressões da opinião pública, como a contestação dos *hippies*, e a transformam em moda e consumo. Controlando a linguagem, passam a controlar também o pensamento e a (re)produção de sentidos.

Marcuse apresenta que a racionalidade da sociedade industrial é o inverso da emancipação proclamada por Kant, no Iluminismo, pois, ao contrário de promover o esclarecimento e a libertação da labuta, o desenvolvimento da tecnologia quase destruiu a possibilidade da razão crítica.

A racionalidade, antes uma força crítica, transforma-se numa força de ajustamento e submissão. A autonomia da razão perde seu significado na mesma medida em que os pensamentos, sentimentos e ações dos homens são moldados pelas exigências técnicas do aparato por eles mesmos criado. A razão encontrou seu túmulo no sistema de controle, produção e

## IMPACTO SOCIAL

consumo padronizados [...] este aparato, corporificação e tûmulo da racionalidade individualista, requer agora a exclusão da individualidade (MARCUSE, 1997, p.122).

Diante do entendimento de Palangana (1998, p.171), em cada período a sociedade capitalista forma os indivíduos necessários para a reprodução da ordem vigente. Hoje são exigidas outras capacidades que não aquelas requeridas pelo capital no contexto da automação rígida. As transformações que ocorreram foram para pior: o pensamento, os hábitos, os sentimentos, gradativamente, dependem mais das necessidades econômicas. “Parafrazeando Adorno, quanto mais o indivíduo crê ser, menos ele é, ou seja, mais é reduzido ao estado de massa, onde não se sabe quem é quem” (Palangana, 1998, p.171). No trabalho, organizado com base na teoria de ponta, segundo Palangana, “não há espaço para uma formação individual omnilateral, no sentido marxiano”, porque os trabalhadores, mesmo que manipulando tecnologias que requerem mais informações, apresentam uma consciência uniformizada, lendo a realidade social através das lentes do capital.

Segundo Maar (1994, p.66) a formação cultural está travada, impedida de se realizar, “impossibilitada de confrontar realidade e verdade [...] desenvolvendo-se só o lado da adaptação e não o lado da contradição”. A esse fenômeno Adorno denomina de semiformação. Somado a ele, a formação cultural também é travada por uma situação apreendida como uma “crise da cultura”, uma semicultura, ou seja, uma cultura dotada apenas do momento afirmativo e desprovida de “negatividade”, de potencial crítico.

Nesse sentido, a educação para a emancipação só é possível, de acordo com Horkheimer e Adorno, a partir da dissecação visceral do nexu entre dominação e racionalidade, que constitui o meio subjetivo de reprodução social existente. A educação crítica se efetiva com a reconstrução crítica da racionalidade social, revelando a deformação que produz em face de sua retificação, conduzindo-a a uma clara exposição de suas contradições e, por esta via, apreendendo nela as possibilidades alternativas. Seguindo essa mesma linha de

raciocínio, Palangana (1998, p.181) afirma que a escola permanece como um local onde é possível promover a oposição ao adestramento; “a educação não é capaz de mudar a cultura – até porque é parte dela – mas é capaz de gerar um clima mais favorável à transformação”. Por isso, é indispensável insistir “na experiência formativa, na crítica objetiva, na abertura à história, num modo alternativo de trabalhar e viver”, fazendo valer o direito de liberdade e individualidade.

### **3. A educação como expressão e resposta às transformações sociais**

O discurso vigente sobre a educação aponta para a formação da qualificação e para a recuperação da qualidade da educação. Analisando as relações entre a divisão de trabalho e as divisões educacionais, Silva (1992) estuda a raiz do problema, a origem da desqualificação. Para ele a base do processo de desqualificação está na separação entre os componentes intelectuais e manuais do processo de trabalho. Citando Marx ele diz que

o processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. Ele se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital (MARX, 1985,v.1,p.283 apud SILVA,1992, p.159).

O segundo golpe dado à qualificação, que significa o “domínio completo, envolvendo habilidades manuais e intelectuais, de um determinado processo de trabalho”, é dado com o taylorismo-fordismo, quando o processo de trabalho, segundo a análise de Braverman (1977 apud Silva, 1992) “é subdividido nos seus mínimos componentes, o conhecimento que tem o trabalhador é expropriado pela gerência capitalista e o trabalhador passa a ser controlado por essa especificação detalhada de seu posto de trabalho”. Mesmo sendo um pouco mais amplas, as competências requeridas com a automação flexível ainda são voltadas para a adaptação e, portanto, não resolvem o problema da qualificação. De acordo com Castro (2002), o discurso de que o capital agora oferece qualificação para o trabalho é contraditório, assim como o próprio capitalismo.

## IMPACTO SOCIAL

O desenvolvimento capitalista exige, por exemplo, uma fragmentação do trabalho e, ao mesmo tempo, uma formação cultural mais ampla da requerida pela função atribuída ao trabalhador; exige o desenvolvimento quantitativo e qualitativo do ensino e, ao mesmo tempo, a redução dos recursos e dos bens sociais [...] produz portanto uma frustração permanente na força produtiva viva que é o ser humano. Que o capital procura compensar na esfera do consumo e/ou com diversos bloqueios mentais, ideologismo, crenças incutidas que impedem [...] que as pessoas enxerguem, vejam uma realidade distinta daquela que está sendo mostrada (CASTRO, 2002, p.12).

Referindo-se ao âmbito da educação, Silva (1992) sinaliza que, semelhante ao campo do trabalho não está havendo um processo de qualificação, pois não foi superada a cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Também nessa direção está a reflexão de Machado (1996) ao demonstrar a dicotomia existente entre o ensino geral e o ensino especializado como expressão histórica de um processo de diferenciação das classes sociais no capitalismo.

Com relação aos processos de trabalho, as novas tecnologias têm possibilitado a libertação do funcionamento da máquina dos limites motores e sensoriais humanos, porém, esse processo não significa, necessariamente, a intelectualização da atividade humana, uma vez que os programas instrucionais e as normatizações e prescrições preocupam-se em criar uma massa de trabalho simples e homogênea. Desse modo, o conteúdo do trabalho vivo tende a ficar progressivamente dependente e condicionado pelas delimitações e definições que são operadas na esfera do trabalho materializado. É neste contexto que se inscreve a polivalência, um avanço diante do tecnicismo taylorista, mas que representa nada mais que uma racionalização formalista com fins instrumentais e pragmáticos, alicerçada no princípio positivista da soma de partes.

Dessa forma, a nova educação geral deve oferecer as bases para a formação continuada, isto é, competência para a comunicação social, alfabetização computacional e a capacidade para saber buscar, documentar, comparar, classificar e criticar informações. Porém, não se leva em conta que o conhecimento é uma construção histórica e

## IMPACTO SOCIAL

social e não algo externo que pode ser adquirido após treinamentos com conhecimentos cristalizados em um CD, pois desta forma o processo da produção do conhecimento fica nas mãos de especialistas, dando continuidade à cisão trabalho intelectual e manual, ou seja, separação entre concepção e execução.

Essa afirmação encaminha-se ao encontro das afirmações de Crochik (1998) que diz que o saber é fruto da história humana, mas que, no entanto, a tecnologia educacional transformou o saber em informação, uma vez que o computador é incapaz de promover uma aprendizagem que estabeleça relações sociais nem entendimento do mundo e de suas contradições, pois não permite historicidade e por isso impede a formação para a emancipação.

Os parâmetros para essa educação, proclamada de qualidade, têm sua origem na proposta de desenvolvimento humano formulada por organismos internacionais (ONU, UNICEF, Banco Mundial e FMI). Para Ferreti (1996, p.126):

A proposta do desenvolvimento humano surge no bojo das políticas que os organismos internacionais vêm traçando tendo em vista criar condições para evitar que o processo de globalização política e econômica gere pauperização e exclusão além dos patamares já observados mundialmente [da mesma forma] a educação é definida como de qualidade, num sentido amplo, quando é capaz de satisfazer as chamadas necessidades básicas de aprendizagem, um conceito centrado na Conferência Mundial sobre Educação para Todos e que se refere 'aos conhecimentos, capacidades, atitudes e valores necessários para que as pessoas sobrevivam, melhorem sua qualidade de vida e continuem a aprender'. Uma formulação extremamente vaga e genérica.

Castro (2000), quando aborda a qualificação do trabalho, coloca que este não abrange apenas as capacidades e saberes, mas sobretudo atividade a humana, com dimensões técnicas e psicossociais. É nesta perspectiva que situamos o ensino de qualidade e, este se contrapõe às intenções mercantilistas camufladas sob a "qualidade" veiculada a partir dos documentos advindos dos

organismos internacionais, que vêm ao encontro do que está posto no setor produtivo.

Diante desses desafios impostos pela organização perversa do trabalho e pela cultura mercantil, qual caminho deve tomar a educação profissional, como deve ser a formação por ela oferecida. De acordo com Adorno (1995) a educação deve formar criticamente não para a adaptação, mas para a autonomia que vem do esclarecimento da razão. Ao longo do estabelecimento do capitalismo o indivíduo foi subjugado de duas maneiras: tanto pelas relações de produção que fragmentaram o saber da auto-atividade, como pela cultura da (semi)formação responsável pela instrumentalização da consciência. Esses dois fatores impediram o desenvolvimento da emancipação e da liberdade tão desejadas no período do iluminismo.

Na educação, sempre imperou a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. A possibilidade de uma formação básica que superasse a dualidade entre cultura geral e cultura técnica, introduziu na história da educação brasileira o conceito de politecnia. Para Saviani (1989, p.13), politecnia significa “romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, dominando os fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno”. Porém, Nosella (2006) nos adverte para possíveis equívocos que podem ocorrer com relação ao sentido das palavras (produção de sentidos). Para o autor, o termo “politecnia”, que a partir dos anos 90 foi defendido pelos educadores marxistas não foi suficientemente compreendido por estes, e por este motivo, acabava designando um sentido contrário ao que se pretendia construir.

Investigando o uso do termo historicamente, à luz de Manacorda, o autor mostra que “educação tecnológica” era mais apropriada ao conceito de formação omnilateral de Marx, e não “educação politécnica”. Segundo ele, este último termo foi divulgado por Lênin na construção das escolas durante o socialismo real. Essa educação era dualista na União Soviética, por isso foi descartada por Gramsci em 1922, que preferiu a palavra “unitária”, não recorrendo nem mesmo ao termo “tecnológica”, isto porque, tanto uma como a outra colocam o sistema produtivo (tecnos) acima da formação humana. A

## IMPACTO SOCIAL

discussão do autor mostra que “educação unitária”, de Gramsci, é o conceito que mais se aproxima do ideal de formação proposto por Marx:

Sua proposta educacional consiste na fórmula pedagógico-escolar de instrução intelectual, física e tecnológica para todos [...] pública e gratuita [...] de união do ensino com a produção [...] livre de interferências políticas e ideológicas” (Marx apud Manacorda, apud Nosella,2006).

Na prática, a escola unitária, para todos, que supere a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, se concretizaria em uma escola de tempo integral. Essa escola não visaria o assistencialismo, mas a formação do ser humano total, capaz de se realizar no processo completo de trabalho, nas dimensões, pelo autor explicado, da comunicação, produção e fruição.

Desde 1980, no Brasil, esse ideário defendia um ensino profissional que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Por essa perspectiva, o objetivo profissionalizante não teria um fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas se constituía em uma possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral. Mas essa realidade, pelo Decreto 2208\97, responsável pela reformulação do ensino técnico, se transformou num conceito parcial. A separação entre ensino médio e técnico, sendo esse em nível superior nos CEFET's, visava a formação apenas para a demanda do mercado, separando formação intelectual da manual. Em 2004, com o Decreto 5154\04, o ensino técnico volta para as escolas de ensino médio. Experiências concretas no Paraná e no Espírito Santo apontam alguns avanços e muitas dificuldades na estrutura física e na formação dos professores.

O contexto mundial do capitalismo e suas consequências para o mundo do trabalho colocam questões urgentes a serem discutidas acerca da **formação profissional**. Temos no Brasil, aproximadamente, 70 milhões de jovens sem terminar o Ensino Médio e 52 milhões de

pessoas que não concluíram o ensino fundamental. O mundo do trabalho exige qualificação e inserção do indivíduo na sociedade do conhecimento. Esse modelo pode ser válido para os países ricos porque no Brasil, a maioria dos trabalhadores não tem acesso nem mesmo ao entendimento básico do código escrito. Em meio a essa realidade, cabe a reflexão de Pucci (1997) a respeito do compromisso social da escola. Para o autor, à educação cabe resgatar a experiência formativa, usando o método da dialética negativa, mostrando os momentos paradoxais e ambíguos. Ele aponta, baseado em Adorno, a possibilidade da superação da (semi)formação através da educação:

O capitalismo tardio e suas crias, a indústria cultural e a semicultura, limitaram o homem em suas condições sociais e no tempo necessário para realizar suas experiências formativas e lhes preencheram o tempo com vivências, emoções contínuas e de fácil alcance. Então, resgatar a experiência formativa não significa apenas aspirar uma educação que nos ajude a reavivar a aptidão à formação. Significa uma crítica radical a todos os momentos, situações e realizações que impeçam o homem de viver plenamente sua capacidade de realizar a Erfahrung [experiência] e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento criativo e crítico de ações que busquem exercitá-la (PUCCI, 1997, p.112).

A educação consegue conduzir para a emancipação quando possibilita experiências formativas, quando organiza os conteúdos em uma perspectiva histórica capaz de explicitar as contradições sociais (o desenvolvimento tecnológico de um lado e a miséria de outro) retirando o “encanto” produzido pela indústria cultural e desnudando a realidade. Desse modo temos um parâmetro para trilhar os caminhos da educação e a possibilidade de novamente sonhar com a tão desejada liberdade.

### Referências bibliográficas

ADORNO. Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. CASTRO, Ramón Peña. **Contribuição ao debate da qualificação** [texto não submetido]

CORIAT, Benjamin. **O taylorismo e a expropriação do saber operário**. In: PIMENTEL, Duarte et alii. (org.). Sociologia do trabalho – organização do trabalho industrial. Lisboa: A Regra do Jogo, 1985.]

\_\_\_\_\_. **Automação programável**: novas formas e conceitos de organização da produção. In: SCHIMTZ, H.; CARVALHO, Ruy Q. (orgs.). Automação, competitividade e trabalho: a experiência internacional. São Paulo. Hucitec, 1988.

CROCHIK, José Leon. **O computador no ensino e a limitação da consciência**. São Paulo. Casa do Psicólogo, 1998.

ENGUITA, Mariano f. **Tecnologia e sociedade**: a ideologia da racionalidade técnica, a organização do trabalho e a educação. In; SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FERRETI, Celso J. **As mudanças no mundo do trabalho e a qualidade da educação**. In: MAERKET, Werner (org.). Trabalho, qualificação e politecnia. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995. FROMM, Erich. **Conceito marxista de homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992. HOBBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

KAWAMURA, Lili. **Novas tecnologias e educação**. São Paulo: Ática, 1990.

MAAR, Wolfgang Leo. **Educação crítica, formação cultural e**

**emancipação política na Escola de Frankfurt.** In: PUCCI, Bruno (org.). **Teoria crítica e educação.** Petrópolis: Vozes/São Carlos: EDUFSCAR, 1994.

MACHADO, Lucília R. de Souza. **Mudanças na ciência e na tecnologia e a formação geral em face da democratização da escola.** In: MARKET, Werner (org.). Trabalho, qualificação e politécnica. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial.** Rio de Janeiro. Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_. **Algumas implicações sociais da tecnologia moderna.** In: Praga – Revista de estudos Marxistas. São Paulo: Boitempo, 1997, n.1.

MARX, Karl H. **O capital.** São Paulo. Difel, 1984, Livro 1, vol. I, cap. XII – Divisão do trabalho e manufatura; cap. XIII – A maquinaria e a indústria moderna.

NOSELLA, Paolo. **Trabalho e perspectivas na formação dos trabalhadores:** para além da formação politécnica. Anais da Conferência realizada no I Encontro Internacional de Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores. Universidade Federal do Ceará, 2006. Disponível em [www.pde.pr.gov.br](http://www.pde.pr.gov.br), acesso em 07-10-2007.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Individualidade:** afirmação e negação na sociedade capitalista. São Paulo: Plexus/EDU, 1998.

PUCCI, Bruno. **A teoria da semicultura e suas contribuições para a teoria crítica da educação.** In: ZUIN, Antonio Álvaro S. Et alii (orgs.). **A educação danificada.** São Paulo: Vozes, 1998.

ROMANELLI, Otaiza. **História da educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1986.

## IMPACTO SOCIAL

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde- FIOCRUZ, 1989.

SCOTTINI, Alfredo. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. Blumenau. Todo Livro Editora, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. **O que produz e o que reproduz em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SKINNER, B. F. **Tecnologia do ensino**. São Paulo: Herder, 1972.



# ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA CULTURAL O ARREBOL: PRÁTICAS ARTÍSTICAS INSPIRADORAS NO TERCEIRO SETOR ALAGOANO.

*Wellington Costa da Cruz<sup>1</sup>*

*Jefferson Rafael Borges de Mendonça<sup>2</sup>*

*Aline Carlos de Lima<sup>3</sup>*

*Emerson Kennedy Silva do Nascimento<sup>4</sup>*

*Francisco Inácio da Silva Júnior<sup>5</sup>*

*Diêgo Amarinho Rocha<sup>6</sup>*

*Diêgo Santos da Silva<sup>7</sup>*

*Keliane Lima da Silva<sup>8</sup>*

*Valderez da Silva Santos<sup>9</sup>*

## 1. PROJETO - O Início

No ano de 2016 se deu início na Escola Estadual Saturnino de Souza, através do professor de artes o projeto intitulado Escolarte: Percepções de alternativas a partir da Estética do Oprimido, este projeto visava trazer a metodologia do Teatro do Oprimido como também a sua Estética para os alunos da referida Escola e também às

---

<sup>1</sup> Artista, professor e diretor artístico da AACA, possui graduação em Letras FTC Ead. É graduando em Artes Visuais pela Universidade Cruzeiro do Sul.

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Biológicas – IFAL Campus Maragogi, atua com o professor de fotografia da AACA.

<sup>3</sup> Graduanda em Pedagogia pela UNINTA. Atua como professora de Máscaras Teatrais da AACA.

<sup>4</sup> Técnico em Dança – ETA/UFAL. Atua como professor de dança da AACA.

<sup>5</sup> Capoeirista, possui graduação em Pedagogia pela FLATED. Atua como professor de Capoeira da AACA.

<sup>6</sup> Técnico em Dança – ETA/UFAL. Atua como professor de Artesanato da AACA.

<sup>7</sup> Possui Normal Médio (Magistério). Atua como presidente e Promotor de Eventos da AACA.

<sup>8</sup> Graduanda em Pedagogia pela UNINTA. Atua como professora de Máscaras Teatrais da AACA.

## IMPACTO SOCIAL

pessoas da comunidade externa de forma a integrar conhecimentos.

Este projeto, em 2016 e 2017, contou com a parceria do Instituto Federal de Alagoas – IFAL Campus Maragogi, da Escola Estadual Saturnino de Souza em Matriz de Camaragibe e da Escola Estadual Nossa Senhora da Apresentação, onde também foi realizado no ano de 2016.



A ação inicialmente era de oferecer uma oficina de Teatro do Oprimido, para que os participantes conhecessem a metodologia e tivessem um contato maior com Augusto Boal, sistematizador do método. Mas, aos poucos, foi se sentindo a necessidade de se incluir outras atividades de forma a contemplar mais pessoas e desenvolver outras habilidades, para isso foram chamados outros artistas locais que se propuseram a arregaçar as mangas e oferecer oficinas gratuitamente para a comunidade em geral.

Os cursos oferecidos no período de 15 de Março a 25 de Novembro de 2016 bem como o quantitativo do público atingido no primeiro ano podem ser conferidos na tabela abaixo:

OFICINA	PROFESSORES	PÚBLICO
Shakespeare vive!	Wellington Costa e Rafael Borges	05
Máscaras	Wellington Costa e Rafael Borges	08
Jogos Teatrais / Teatro do Oprimido	Wellington Costa	14
Teatro do Oprimido (Porto Calvo)	Wellington Costa	09
Consciência Corporal	Emerson Kennedy	09
Introdução à fotografia	Rafael Borges	04
	<b>TOTAL</b>	<b>49</b>

## IMPACTO SOCIAL

No ano de 2016, devido à comemoração de 400 anos da morte de William Shakespeare foi aberta uma oficina para o conhecimento dos estudantes sobre este grande nome da história da literatura inglesa e mundial bem como foi possível estudar algumas de suas obras.

No ano seguinte, sentimos a necessidade de ampliar a quantidade de oficinas de forma a oferecer uma possibilidade ainda maior de linguagens artísticas, e durante o período compreendido entre 13 de Março a 24 de Novembro de 2017 oferecemos as oficinas obtendo o seguinte público abaixo demonstrado:

OFICINA	PROFESSOR	PÚBLICO
Jogos Teatrais	Wellington Costa	09
Estética do Oprimido	Wellington Costa	10
Máscaras teatrais	Aline Carlos e Keliane Lima	08
História da Moda	Binho People e Diêgo Santos	09
Introdução à fotografia	Rafael Borges	15
Capoeira	Inácio Júnior	07
Consciência Corporal	Emerson Kennedy	08
	<b>TOTAL</b>	<b>66</b>

Neste mesmo ano, o núcleo de artistas e estudantes que vinha acompanhando as atividades do projeto sentiu a necessidade de se estruturar melhor enquanto coletivo de artistas para poder ter mais força juridicamente falando e deste desejo surge a Associação Artística Cultural O Arrebol (AACA), uma instituição não governamental sem fins lucrativos



voltada à promoção da arte nas mais diversas linguagens e à democratização dos meios artísticos. Hoje, a AACA conta com uma direção executiva que promove e coordena, de forma conjunta com os demais artistas, todas as atividades que vão desde oficinas, cursos e workshops a eventos locais, regionais ou estaduais.

## 2. Matriz de Camaragibe

Matriz de Camaragibe é uma cidade situada na Região Norte do Estado de Alagoas, de acordo com o último censo do IBGE a cidade possui 24.649 habitantes. Faz limite com os municípios de Novo Lino, Joaquim Gomes, São Luiz do Quitunde, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras e Porto Calvo.

A economia está compreendida na monocultura da cana de açúcar, na agricultura familiar, na prefeitura, como também nos pequenos e médios empreendedores que de forma indireta proporcionam emprego e renda no município.

Embora todas essas possibilidades empregatícias, a cidade ainda conta com um contingente muito grande de desempregados, principalmente no que diz respeito à população mais jovem, o que dá possibilidade a ociosidade direcionando estes mesmos jovens para o uso de drogas lícitas e ilícitas.

## 3. Ações desenvolvidas pelo projeto

O projeto nasce do desejo de saciar nossa sede e fome de arte

em nosso município que desse modo foi agregando pessoas com o mesmo desejo, oferecendo sua força de trabalho voluntário para que todo esse sonho fosse possível. A cada oficina, uma nova pesquisa com reflexões oriundas das necessidades dos estudantes. Deste modo oferecemos as oficinas abaixo elencadas trazendo reflexões acerca de cada oficina trabalhada.

### 3.1 Teatro do Oprimido

A oficina de teatro do Oprimido no ano de 2016 foi aplicada na Escola Estadual Saturnino de Souza, em Matriz de Camaragibe e na Escola Estadual Nossa Senhora da Apresentação, na cidade de Porto Calvo.

O principal objetivo desta oficina, além de apresentar a metodologia e seu sistematizador, o dramaturgo Carioca Augusto Boal, foi o de apresentar os jogos e exercícios com o intuito de desmecanizar o corpo e a mente dos participantes, o exercício para Boal é um termo utilizado para designar:



[...] todo movimento físico, muscular, respiratório, motor, vocal que ajude aquele que o faz a melhor conhecer e reconhecer seu corpo, seus músculos, seus nervos, suas estruturas musculares, suas relações com os outros corpos, a gravidade, objetos, espaços, dimensões, volumes, distâncias, pesos, velocidade e as relações entre essas diferentes forças.

## IMPACTO SOCIAL

Os exercícios visam a um melhor conhecimento do corpo, seus mecanismos, suas atrofias, suas hipertrofias, sua capacidade de recuperação, reestruturação, re-harmonização. O exercício é uma reflexão física sobre si mesmo. [...] Os jogos, em contrapartida, tratam da expressividade dos corpos como emissores e receptores de mensagens. Os jogos são um diálogo, exigem um interlocutor, uma extroversão. (BOAL, 2008)



Desenvolvendo de forma integrada corpo e mente busca perceber e se perceber enquanto ser social e socializador, integrando, modificando e intervindo em sua realidade social a partir de sua reflexão partilhada e do seu senso crítico. Nesse ano e no ano de 2017, foram produzidas peças de teatro-fórum, roteiros, letras musicais entre outros elementos autorais, produzidos pelos próprios participantes.

### 3.2 Estética do Oprimido

A oficina de estética do Oprimido busca exprimir a estética que está intrínseca em cada pessoa sem se prender a padrões e conceitos apresentados pelos grandes latifundiários da comunicação, que se utilizam da palavra, da imagem e do som como meios de influenciar e alienar as pessoas com um único modelo “válido” e “perfeito” na estética.

De acordo com Sanctun:

“A Estética do Oprimido tenta ser a teoria de combate aos opressores, que dominam todos os meios de comunicação e se utilizam das Palavras, Imagens e Sons para definirem o que é arte,

## IMPACTO SOCIAL

o que é cultura e nos fazer engolir as suas tendências. Sua estética é um movimento contrário ao que nos é apresentado pelos meios de comunicação e a indústria cultural, para que a partir do seu ponto de vista, da sua vivência, o oprimido possa ter acesso não somente a fruição da arte, mas a produção artística independente de se chegar ao produto artístico ou somente no processo estético. E essa ação será refletida em todo o cérebro, reforçando a capacidade de plasticidade cerebral e fazendo com que o ser humano se expanda intelectualmente.” (SANCTUN, 2012).

As pessoas a partir desta oficina percebem capacidades que até então estavam interiorizadas dentro de si, se percebem artistas, percebem que não apenas podem consumir arte como podem também produzir e ser artistas. Esta capacidade artística que estava oculta para beneficiar os meios de produção provoca as classes dominantes que acreditam ser as únicas possuidoras dos meios de produção.

A Estética do Oprimido propõe uma revolução sensorial, onde todas as pessoas se descubram artistas e se utilizem dos meios estéticos (Palavra, Som e Imagem) e que os trabalhos desenvolvidos possam refletir a realidade vivida por cada pessoa trazendo além de sua experiência de vida, sua análise crítica do



problema de acordo com sua visão de mundo. Isso é muito importante, pois mostra as pessoas que elas têm capacidade de produzir tanto quanto qualquer outro artista famoso e conhecido e que todos nós temos esta capacidade. Como nos diz Mattos (2010):

“O não consigo de antes, se transforma no eu vou tentar! Para em seguida se transformar no: Eu consegui! E aí o ser humano descobre mais do que podia, mais do que disseram que podia. Pode ser produtor de arte ao invés de apenas consumidor. E aí surge a descoberta de novas possibilidades de entender e de se relacionar com o mundo. Aí o mundo fica bem maior do que aquele conhecido.

## IMPACTO SOCIAL

É Urgente e necessária a ampliação das possibilidades de decodificação do mundo, a partir e através de formas diversas, para que não fiquemos limitados à expressão verbal. A Estética do Oprimido é um veículo de estímulo para a comunicação sensorial que conjuga sensível e simbólico.

A transformação que acontece dentro deste processo estético cria caminhos reveladores para o fazer. Pessoas exploram suas potencialidades criativas, descobrem o prazer de pintar, de escrever um poema, de produzir uma escultura, de fabricar seu próprio cenário e figurino, transformando sobras em objetos cênicos. Ao transformar isso naquilo, exercitam a reflexão e expressam opiniões. Daí, brotam estima e confiança.

O produto artístico é mágico, porque coloca o processo estético vivenciado em evidência, elevando a experimentação ao status de "obra de arte". Quanto mais rico for o processo estético, mais chance termos de chegar a produtos artísticos atraentes e instigantes aos olhos do público. Uma forma de atualizar o processo para quem não o vivenciou."

A Estética do Oprimido dá voz e oportunidade de ação e reflexão de temas atuais e pertinentes a pessoas que até então nunca tinham se imaginado artistas ou que achavam muitas vezes que o universo artístico estava muito longe delas. Estas pessoas percebem neste momento que o mundo artístico é este que as rodeia e que todos podem e devem produzir arte. Esta liberdade traz uma quebra dos padrões atuais e coloca o oprimido como centro de sua própria produção artística e de sua própria estética, valorizando elementos locais e coletivos, e se estes podem ser artistas, muito mais podem ser, sendo para isso apenas necessário explorar essas potencialidades.

### 3.3 Fotografia

A oficina de fotografia tem como objetivo geral despertar nos alunos a curiosidade sobre a fotografia de modo que eles possam ser investigadores e criativos por meio da mediação do professor, proporcionando reflexões e práticas para que esses possam ser autônomos de suas próprias criações.

### 3.3.1 Objetivos Específicos

1. Conhecer a história da fotografia;
2. Despertar no aluno a capacidade técnica de manusear uma câmera digital, assim como as câmeras de celular smartphone;
3. Desenvolver atividades fotográficas como estudo e registro histórico;
4. Conhecer os diversos tipos fotográficos.

### 3.3.2 Descrição das atividades

As atividades propostas foram realizar fotografias com os poucos recursos disponíveis para que todos os inscritos na oficina pudessem ter acesso sem mais dificuldades impostas pelas produções bem mais sofisticadas.

### 3.3.3 Materiais

<b>Materiais</b>	<b>Quantidade</b>
Câmeras Smartphones de no mínimo 5 megapixel.	Cada aluno com o seu próprio celular.
Objetos de secretaria	Quantidade para atender todos da oficina.
Brinquedos	Quantidade para atender todos inscritos.
Caixas de papelão, Cola, Tesoura, Fita crepe	Quantidade a critério do professor para produzir as câmaras escuras.

No primeiro momento, como toda oficina, foi realizada uma

## IMPACTO SOCIAL

aula introdutória sobre a fotografia, de modo que os alunos ficassem amplamente familiarizados com o assunto. Durante o decorrer da oficina, foi realizada uma mesclagem entre a aula teórica e prática com o intuito de que os alunos tivessem uma melhor fixação no que foi discutido para que sua prática fosse da melhor maneira possível.

Partindo para o princípio prático da oficina, onde foram utilizadas as câmeras dos smartphones, os alunos praticaram fotografias com valorização do foco sem a utilização de outros recursos tecnológicos ou até mesmo aplicativos que fazem esse trabalho.

Colocamos bonecos e objetos de secretaria (lápiz, borracha, canetas) sobre bancadas em altura confortável ou os alunos sentados para ficar mais agradável no trabalho. Colocamos os objetos em duas distâncias para que os trabalhos de foco e desfoco fossem alterados de acordo com os objetos que estavam na bancada.

Veja o exemplo abaixo:



Trabalho de desfoco da oficina de fotografia em 2016.

Assim, os alunos puderam realizar suas alternâncias desse trabalho fotográfico, podendo é claro ser criativos e sair desse espaço comum e tradicional para experimentar novas possibilidades.

Além das questões dos focos nas fotografias, foram trabalhadas luz e sombra, iso, fotografias de objetos em movimento, perspectiva, ângulos, regra dos traços entre outros elementos que são importantes para a composição fotográfica.

Para realizar as caixas de papelão, foram produzidas câmaras

escuras, onde foram completamente seladas e vedadas para que não entrasse nenhum feixe de luz, a não ser no furo realizado.

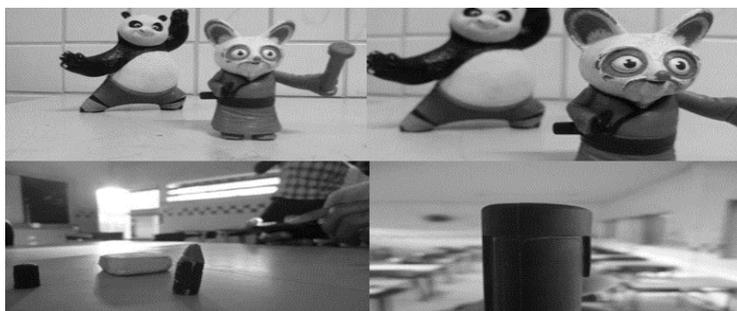
Com a caixa ainda aberta, foi colada em uma das paredes uma folha de papel branca, onde será refletida a luz. Em seguida realiza um furo de 1 centímetro com uma caneta ou lápis, no centro da parede que fica de frente ao papel colado, exatamente 5 centímetros abaixo da base superior da caixa.

Em seguida pode realizar outro furo de 15 a 30 centímetros dependendo do tamanho da caixa, para que seja o furo ocular, furo este por onde posicionamos nosso olho para ver a imagem projetada no fundo da caixa.

### 3.3.4 Resultados

A vivência da prática e teoria juntamente com os alunos é importante para que possamos avaliar a aprendizagem dos alunos no decorrer de todo o processo de formação. Pois este foi um dos elementos de avaliação dos alunos para sondar se a aprendizagem foi efetiva.

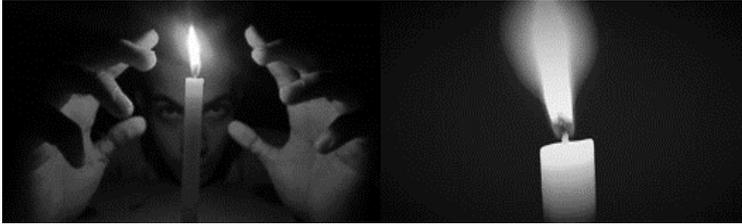
Quando proposta a atividade de realizar a fotografia utilizando o foco e desfoco, foi observado o seguinte resultado.



Fotografias trabalhadas no foco e desfoco em 2016 e 2018.

Em seguida propomos fotografias de estilos livres para que os alunos pudessem ser ousados e criar fotografias a partir de suas experiências e visões de mundo para que assim fossem registrados,

temos então os seguintes resultados.



Fotografias com princípio da luz primitiva realizada em 2017.

Quando proposto fotografias de temáticas da natureza, também de estilo livre, foi possível observar os seguintes resultados amplamente satisfatórios.



Fotografias da natureza com estilo livre realizadas em 2018.

### 3.3.5 Exposição: Colcha Cultural: Costurando a história de Matriz.

Depois de todo momento de criação por parte dos discentes, onde eles puderam aprender e praticar as técnicas básicas da fotografia, foi o momento de fato onde eles puderam pôr definitivamente em prática tudo o que aprenderam, sendo as técnicas e as pesquisas a partir dos registos fotográficos.

A pesquisa deu tão certo que propomos realizar uma exposição de fotografia com o tema **Colcha Cultural: Costurando a história de Matriz**, com a curadoria de Rafael Borges, onde foi possível realizar um levantamento histórico da cidade por meio das fotografias que ainda resistem ao tempo. Assim, quando foi possível o nosso

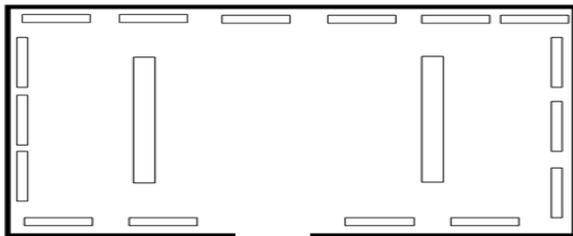
## IMPACTO SOCIAL

acesso às fotografias, tomamos logo o cuidado de escanear todas e colocar em nuvens, ou seja, em uma plataforma on-line, para que assim ficassem mais seguras e ter o acesso quando e onde desejar, isto é claro que diminui os riscos de perda.

Então selecionamos fotografias que retratam os tempos iniciais da cidade com o intuito de que os alunos percebessem como é importante a preservação da história e a importância da fotografia nesse contexto.

Desde a pesquisa até a exposição, os alunos ficaram muito surpresos por perceberem o quão diferente era Matriz de Camaragibe - AL e como ainda hoje vem se transformando. Outro detalhe importante a ser mencionado é que muitas das pessoas que participaram da exposição como visitantes se reconheceram nas fotografias e se emocionaram em ver suas histórias sendo de alguma forma valorizada.

Em meio a estas fotografias que relatam a história do município onde vivem, foram expostos também os trabalhos de autoria dos próprios alunos de modo que a exposição ficou organizada da seguinte forma: No meio das salas onde ocorreu a exposição, ficaram as fotografias antigas que encontramos nos registros históricos da cidade, e nas laterais ficaram todo o trabalho produzido pelos alunos. Veja abaixo a configuração das salas durante a exposição no layout abaixo.



Distribuição das fotografias nas salas de exposições. No centro, todas as fotografias levantadas da pesquisa dos registos históricos por meio da fotografia e nas laterais, circundando a sala, as fotografias realizadas pelos alunos.

## IMPACTO SOCIAL

A configuração das salas nesse formato foi importante para favorecer a circulação dos visitantes, para que ficassem bem confortáveis a todos além do acesso visual foi bem otimizado nessa projeção, assim como também a melhor distribuição das fotografias no espaço que dispúnhamos.

O trabalho de arrumação do local onde ocorreu a exposição também contou a ajuda dos discentes, que foram muito importantes na montagem, pois pensamos juntos onde cada fotografia deveria ficar, separando assim por temáticas, o que facilitou muito o nosso trabalho, além de adiantar e concluir mais rápido do que esperávamos.

Confira agora algumas fotos do evento em andamento.

### 3.3.6 Discussão



A construção do conhecimento é muito importante para o aluno e para o professor, pois à medida que ele ensina, aprende e é neste sentido que a educação funciona. Todos aprendem juntos, pois ninguém sabe mais do que ninguém, o que existe é saberes diferentes, como nos sugere Paulo Freire. Isto significa que construímos o conhecimento juntos, como uma obra inacabada, que nunca tem fim.

De acordo com Fernando Becker (1994, p. 88 apud GREGORIO e PEREIRA, 2012, p. 53):

Construtivismo significa isto: a ideia de que nada, a rigor, está pronto, acabado, e de que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se constitui por força de sua ação e não por qualquer dotação prévia,

## IMPACTO SOCIAL

na bagagem hereditária ou no meio, de tal modo que podemos afirmar que antes da ação não há psiquismo nem consciência e, muito menos, pensamento. (BECKER 1994, p. 88. Apud GREGORIO e PEREIRA, 2012, p. 53).

Assim, podemos afirmar que o conhecimento é algo que se constrói a cada interação que o ser constrói assim como as relações estabelecidas para com o outro. Desse modo é que o professor tem grandes possibilidades de realizar seu trabalho pautado em suas metodologias, que é claro que elas podem e devem ser flexíveis para que a aprendizagem no modelo construtivista seja efetiva. Isto requer que o docente seja também flexível e atento às mudanças que o mundo está passando para que assim atenda às novas expectativas que surgem a cada dia.

Todo trabalho foi planejado e organizado em etapas, de modo que no decorrer da oficina os alunos fossem adquirindo conhecimento por etapas e é lógico que em algum momento esses conhecimentos foram reunidos para se completar na utilização de uma técnica específica, como é o caso das fotografias realizadas pelos alunos. Pois de acordo com Padilha (2001, p. 30 apud OLIVEIRA e BRASILEIRO):

O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações (PADILHA, 2001, p. 30 apud OLIVEIRA e BRASILEIRO).

Nesse sentido, podemos entender que o planejamento deve anteceder qualquer atividade que iremos realizar, pois assim é possível prever o que pode por eventualidade dar errado e como devemos agir nessa possível situação.

Assim, entendemos que qualquer pessoa que deseja que seu trabalho seja realizado da melhor forma possível não deixa de planejar. Pois o planejamento é um importante norteador de como nos comportamos durante todo o percurso de execução do trabalho a ser realizado.

## IMPACTO SOCIAL

Durante o trajeto da oficina houve desistências, o que é normal em qualquer parte do trabalho que realizamos, porém os mais importantes são os que ficam, são os que estão interessados em aprender algo, aprimorar o seu desenvolvimento intelectual.

De acordo com Piaget (1974, p.13).

O desenvolvimento é caracterizado por um processo de sucessivas equilibrações. O desenvolvimento psíquico começa quando nascemos e segue até a maturidade, sendo comparável ao crescimento orgânico; como este, orienta-se, essencialmente, para o equilíbrio. (PIAGET, 1974, P.13)

Logo podemos entender que o desenvolvimento começa desde o nascimento e se estende até os últimos momentos de vida, fazendo com que o homem dotado de inteligência possa ser eterno aprendiz, pois enquanto se tem vida, se tem construção de conhecimento.

É necessário que o ser humano também esteja aberto para o conhecimento, se abrir para o novo, o que facilita e muito o trabalho do professor na sala de aula, mesmo com todas as barreiras que são postas a cada dia.

### 3.4 Artesanato

A oficina de artesanato surge a partir da necessidade de termos além de uma consciência ecológica, a capacidade de criação a partir de materiais que podem ser recicláveis ou não.

Neste sentido, podemos afirmar que somos capazes de realizar criações artesanais com qualidade impressionante do ponto de vista técnico da manipulação desses materiais, além de ressignificar seu coletivo, pois como podemos perceber em Trombini (2009):

“A criatividade que caracteriza o povo brasileiro e os artesãos e artistas populares em particular, os materiais utilizados e as técnicas empregadas na confecção dos produtos artesanais, traduzem a sua identidade e a riqueza da sua cultura. Toda essa riqueza, aliada aos atrativos naturais e turísticos e a simpatia do seu

## IMPACTO SOCIAL

povo, atraem e seduzem admiradores do mundo inteiro, transformando-os em consumidores em potencial e colocando o Brasil na Moda.”

Esses movimentos artesanais estão presentes desde que o homem foi capaz de produzir seus instrumentos de caça, adornos, roupas e utensílios que eram utilizados no seu dia a dia. Assim, foi possível a partir dos seus registros termos como referencia para que a partir destes artigos artesanais, pudéssemos criar os nossos próprios artesanatos que podem conter elementos que referencie os movimentos artesanais que já existiram.

Contudo, esses trabalhos artesanais podem sem dúvida alguma alcançar o mercado turístico, atraindo a freguesia que busca originalidades nos artigos que estão procurando, assim como uma referencia do lugar de onde eles foram produzidos. Desse modo, as pessoas quando busca artesanato no modo geral, elas buscam uma referencia da região de onde estes artesanatos são produzidos.

**Materiais utilizados:** Tesouras, cola branca, de isopor, brascoplast, folhas de eva, tampas de garrafas pet, papelão, nylon, arame galvanizado, glitters, massa para biscuit entre outros.

**Produtos produzidos:** Esses são alguns dos nossos produtos produzidos pelos nossos alunos durante a oficina, sendo também possível que os alunos produzem fora desse ambiente reforçando e aprimorando a técnica com o fazer.



Sacola de papel e flor de EVA.

### 3.5 Máscaras Teatrais

A Oficina tem como objetivo principal criar diferentes tipos de máscaras, conhecer a finalidade da máscara na representação teatral e se aprofundar mais na estética voltada para a arte. Máscaras essas que serão expostas em diferentes exposições e eventos.

A máscara é uma das mais antigas criações do ser humano. Ela se evidencia no teatro de civilizações milenares, como a hindu e chinesa, e aparece nos ritos de povos e culturas ancestrais na África, Oceania e Américas. Talvez por isso tenha se tornado um símbolo do próprio teatro, metonimicamente ocupando seu lugar e remetendo ao ato da representação dramática. (MACHADO, 2018, p.10).

O nosso processo da criação de máscaras busca instigar a reflexão dos alunos a partir da realidade em que vivemos, refletir sobre as expectativas e transferir essa reflexão diretamente para a máscara, visando sempre à estética do oprimido, pois a mesma é uma forma de se libertar, criar o novo, o diferente, criar outras possibilidades. Fazendo assim com que as criações sejam as mais criativas possíveis.

Nosso trabalho é desenvolvido através do tema proposto para os alunos. No início da oficina deixamos o tema livre para que eles pudessem exercitar a prática da modelagem, as técnicas básicas, ou seja, se familiarizar



com o trabalho, ter um contato mais íntimo com o mesmo. No ano de 2016 tivemos a temática: Brasil, por ser uma bandeira mais conhecida por todos nós, por esse motivo, procurou-se instigar a reflexão e questionar sobre as cores da bandeira e seus significados com relação a nossa realidade hoje, formas e o que eles esperam para o futuro. Passando assim para a máscara através de expressões, de pinturas, de formas, de cores, que não necessariamente deve obter o mesmo formato e cor da bandeira em si, mas deixando fluir a criatividade

individual.

No ano passado aproveitando que foi comemorado o bicentenário de Alagoas, tivemos a ideia de pegar essa temática juntamente com o tema Brasil, ficando assim o tema: Brasilidade Alagoana. Pois apesar da bandeira de Alagoas ser uma bandeira antiga, poucos conhecem seus significados.



O mesmo processo foi feito com esse tema, e para a nova proposta daremos como tema, a nossa cidade Matriz de Camaragibe, dando continuidade com o mesmo método, buscando sempre novos caminhos e possibilidades para que assim possamos nos aperfeiçoar ainda mais.

Trabalhamos com três diferentes tipos de processo para a realização das máscaras, são elas: Máscaras com o papel higiênico, usando o barro como molde, com a bexiga e com o gesso. Os materiais utilizados são: Papel higiênico, barro ou argila, bexiga, jornal ou revista, atadura gessada, tesoura, cola branca, água, pincéis, e materiais para as confecções os quais ficam a critério dos alunos, que são eles: lantejoulas, CDs, glitter, fitas, entre outros.

Tendo em vista a quantidade de máscaras que tínhamos e as que temos hoje, podemos afirmar que nossa oficina obteve avanços em relação a quantidades de máscaras confeccionadas. Podemos observar também que a criatividade dos alunos obteve um grande avanço, quando comparado ao início da oficina.

## IMPACTO SOCIAL

A oficina de máscaras teatrais é de suma importância, pois ajuda a liberar a criatividade, entender melhor a estética voltada para a arte, experimentar o novo, o diferente. Nosso objetivo é criar multiplicadores, que no futuro possam passar para outras pessoas, assim como estamos passando, a experiência, as técnicas e as práticas obtidas na oficina.



### 3.6 Dança

No ano de 2016 foi promovida a Oficina e Dança para os alunos da rede pública da Escola Estadual Nossa Senhora da Apresentação na cidade de Porto Calvo - AL, juntamente com o método da estética do Teatro do Oprimido a pedido do orientador e professor Wellington Costa. Nesse contexto o trabalho com os alunos se deu a partir da condição da consciência corporal, no intuito de desmecanizar e explorar nos alunos presentes na oficina, a possibilidade de movimentos e ao mesmo tempo obtendo a consciência destes movimentos para criar novas sensações e assim ter como atributos para poderem usar estas novas descobertas para a construção de personagem e a forma de como devem estar em cena e de como

## IMPACTO SOCIAL

podem se expressar também através dos movimentos que lhes foram propostos.

De acordo com MELO, 1997a, p. 19 apud MARQUES, 2009, p. 3:



As transformações do corpo são configuradas, no plano da percepção, por meio das imagens desse corpo, projetadas pelo indivíduo de diversas formas, sendo a dança um exemplo físico. A dança colabora com a consciência corporal dos alunos, pois o aluno tomará conhecimento não só de suas raízes fisiológicas, mas também da relação sujeito/mundo (MELO, 1997a, p. 19 apud MARQUES, 2009, p. 3).

É neste sentido que percebemos a importância de um trabalho consciente e orientado, para que o aluno possa, por meio de nossa mediação enquanto professor, conseguir alcançar o objetivo das atividades propostas.

Neste mesmo seguimento de trabalho corporal, foi realizado na cidade de Matriz de Camaragibe - AL, para os alunos do Curso da Estética do Oprimido na Escola Estadual Saturnino de Souza, visando experienciar os caminhos de movimentos utilizando de ações corporais tanto do cotidiano quanto das expressões dançantes de acordo com cada tempo e suas variações rítmicas, respeitando o tempo de percepção e as limitações de cada aluno.

Como complemento das atividades, foi utilizado como

## IMPACTO SOCIAL

recursos caminhanter de movimento, o desprender dos movimentos óbvios do cotidiano que é visto de imediato. Foi proposto que nos exercícios eles pudessem praticar caminhadas de formas diferentes, posições corporais de como se movimentam atentando-os para um foco de movimento e nele explorar possibilidades de ações, tempo e espaço que se trabalhem com estes focos, ora seja lento, súbito, pesado, leve, linear ou fluído, nestes fatores de movimentos os alunos começam a vivenciar outros motivos e sentidos no mover. Com estes fatores percebem o quanto se tem de possibilidades de se trabalhar movimentos e o desprender das ações atuais e casuais do nosso dia a dia.

Diante de todos esses procedimentos dos quais foram orientados para compor outros repertórios de movimentos, dentro



dessas perspectivas utilizamos dos processos a construção a composição coreográfica de cada aluno, onde o mesmo trabalhará de forma analítica o movimento, sentindo o caminho de onde começa e termina e quais ações corpóreas e musculares despertam para ser usada nestas construções, a dança nesse estado possuirá um sentimento no seu existir cautelosamente.

Nas ações performáticas foi trabalhada toda a expansão do mover e suas linhas gerando imagens belas sem perder o foco de sua consciência, neste momento a dança ganha sentimento, alma e vida. Não que a dança seja morta, mas digo que terá um estudo de pesquisa e investigação para que tenha consciência de como nosso corpo reage

## IMPACTO SOCIAL

e age quando despertamos a atenção voltada para ele nessa investigação de movimento que se foi vivido e explorado.

Tendo como base nesse o estudo de Rudolf Laban, trabalhou-se a dinâmica e os fatores de movimentos, onde Laban chamará de Eukinetics – fluxo, espaço, peso e tempo – eles se agregam gradualmente de forma organizada em sua cinesfera. Nesse trabalho de expressividade como movimento performático permite ao indivíduo se perceber e aguçar os sentidos para a escuta do corpo num trabalho de sensações corpóreas possibilitando a sua observação pessoal do interno ao externo do surgimento de mover as suas mudanças de acordo com a sua execução espacial. Fernandes (2006, p. 122) ao discorrer sobre os fatores do movimento, comenta:

“O treinamento corporal busca desenvolver as diferentes nuances destas qualidades dinâmicas no aluno, além de suas preferências cotidianas. Por oscilarem num continuum entre dois pólos reciprocamente influentes..., o estudo corporal de cada fator implica em perceber suas duas vertentes e as gradações entre elas. Quanto mais se explora, por exemplo, o peso forte, mais fácil é perceber e experienciar o peso leve... Uma qualidade naturalmente influencia a outra, numa constante transformação e gradual habilidade para realizar e identificar cada variação.”

Terminando este estágio surgiu a ideia de aplicar a oficina de consciência corporal no ano de 2017 para o público local da cidade de Matriz de Camaragibe - AL, na Escola Estadual Saturnino de Souza com o mesmo embasamento do corpo em movimento e da forma consciente de mover-se. Foi trabalhada a estrutura óssea, com foco em cada parte do corpo, começando pela parte dos pés, pernas, pélvis, coluna vertebral, cervical, braços e mãos. Nessa pesquisa de movimento consciente é aplicada de forma dinâmica na execução de cada parte do corpo, a maneira de como andamos e assim instigando cada pessoa à sua percepção para poderem se autocorrigir e com o tempo tornar um movimento natural e mais “correto” que lhes foram aplicadas no momento da oficina.

## IMPACTO SOCIAL

Seguindo no mesmo foco de possibilidades de movimentos, partimos para as pernas e suas mobilidades, além de flexionar e estender, rotação da região do joelho com liberação de suas tensões impedindo de acontecer lesões e sempre alertando que para cada movimento existe o seu limite.

Uma das partes do corpo em que muitas pessoas possuem



dificuldades de movimentar é a pélvis, é encontrada muita resistência de alguns, pois despertar neles que podemos usá-la como condutor de movimento parece não agradar tanto quando focamos os movimentos somente nessa parte, pra isso, executamos movimentos bascular de contração e relaxamento do assoalho pélvico, realização de torções e de rotação um momento pontuado até que ganhe um domínio desse movimento e se torne mais fluido que chamamos de relógio pélvico.

Chegando à coluna vertebral é executada toda mobilidade que nos é permitida pelas vértebras sendo estas: lateral, frontal arcado, movimento extensivo em sua inclinação para trás, as costelas e o tórax entram como movimento respiratório juntamente com a coluna e a cervical como ligamento de todo movimento os braços, cotovelos e mãos aparecem como finalização desde o nascer de um movimento ao seu termino de forma expansiva, expressiva e performativa incluídas no processo de dança consciente.

Perante todas estas experiências vivenciadas, surgiu uma nova ideia de realizar uma nova modalidade de Dança Stilleto Dance no projeto Escolarte, Dança esta que vem tomando espaço nas mídias e

## IMPACTO SOCIAL

também em algumas academias. A dança Stilleto tem a função de aguçar de forma potencializada em seu ápice a sensualidade, feminilidade e trabalha a linhas corporais e ajuda a conquistar a autoconfiança e também dar suporte para manter-se firme a sua postura melhorando-a para mostrando todo seu empoderamento na sua dança.

O Stilleto Dance surgiu na década de 90 tendo como uma das precursoras a professora Dana Floglia na Broadway Dance Center em Nova York. Muito inspirada no Vogue, no Hip Hop e também no Jazz com base na dança clássica tendo como os principais fundamentos dessa dança. Sobre este tema, Tavares nos diz que:

O estilo Vougue se define, em síntese, na cópia de poses de modelos ou divas do cinema, e surgiu em 1980, especificamente nos clubes gays dos EUA. A base tem seu fundamento na imitação de modelos internacionais mais famosos. Os movimentos têm a finalidade imitar posições e posturas de corpo conforme o ritmo da música, resultando, em média, cerca de 50 movimentos por minuto. A cantora Madonna é uma das responsáveis por divulgar este subgênero. (Tavares, Érika Macedo, 2017, p.11)

E essa modalidade foi criada para níveis comerciais, porém ganhou popularidade com as cantoras, Madonna, Beyoncé, Britney Spears e o grupo Pussy Cat Downs. A palavra stilleto origina do inglês que significa Salto Alto. Para o início das aulas começamos com a proposta de caminhar sem salto, descalços os alunos começam a andar trajando uma linha na reta de seu quadril, depois para testar o equilíbrio este andar muda como se tivesse andando sobre uma fina linha testando seu equilíbrio usando a meia ponta, tendo novamente como foco as estruturas dos pés fazendo com que encontre seu eixo ou ponto de equilíbrio para enfim poder subir no salto e começar a dançar. Para todo começo de aula é feito o alongamento, no alinhamento do corpo e a respiração, é feito um alongamento diferente do outro para que a aula ganhe sua dinâmica e se torne prazerosa para cada pessoa. Trabalhando toda a dança no salto isso faz com que gastemos muitas energias obtendo um gasto calórico de

aproximadamente 600 calorias por aula, além do grande esforço e a sobrecarga na região plantar dos pés para que não fique muito tempo numa única modalidade, foi sugerido um momento de descontração danças baseadas em coreografias trabalhadas em academias.

Tendo como referência os anos anteriores, podemos perceber que o interesse cresceu à medida que os trabalhos foram realizados, com os novos modelos de trabalho, possibilitando assim um passeio pelos gêneros de danças variados.

### 3.7 Capoeira

Aprimorar diversas condutas psicomotoras, destacando-se dentre elas a coordenação motora geral, a lateralidade, e a organização espaço-temporal assim como valências físicas (resistência, flexibilidade, agilidade, destreza) fomentar o sentido de comunidade, estimulando o convívio com outras pessoas, praticando a cooperação, a lealdade, a cortesia, e o respeito mútuo, além de requerer constantemente a disciplina.

Passados 100 anos, ela se afirma como ferramenta educacional, mantendo um compromisso político de lutar contra as desigualdades, sejam elas étnicas religiosas ou de gênero, segundo pesquisa de JANUZZI (2007, p. 01, apud CAMPANHA e NUNES, 2014, p.10):

“A capoeira surgiu entre os escravos como um grito de liberdade. Os negros da África, a maioria da região de Angola, foram trazidos para o Brasil para trabalharem nas lavouras de cana de açúcar como mão de obra escrava. A vida desses negros consistia em trabalhar de sol a sol para os senhores portugueses que exploravam as riquezas brasileiras desde o descobrimento. Chegando à nova terra, os escravos eram repartidos entre os senhores feudais, marcados a ferro em brasa como gado e empilhados na sua nova moradia: as prisões chamadas senzalas, onde os colonizadores agrupavam os africanos de diferentes tribos, com hábitos, costumes e até línguas diferentes, eliminando, assim, o risco de rebeliões. Diante de tanto sofrimento os negros criaram a capoeira, uma arte tão bonita e completa que foi usada como instrumento de defesa, em busca da ascensão da liberdade e hoje em dia está presente em todo o mundo

## IMPACTO SOCIAL

como mais uma maravilhosa expressão corporal.”

Em uma aula de Capoeira típica, encontraremos pessoas de diversas faixas etárias, pesos, gêneros. O ethos da capoeira encoraja uma educação inclusiva e democrática. Ainda hoje a capoeira é uma ferramenta importante utilizada na prática pedagógica na educação infantil.

Os nossos encontros são realizados todas as quintas das 19:00 às 20:30hs com práticas constantes de aquecimento para que o corpo se adapte aos movimentos que serão feitos. Utilizamos para nossas aulas práticas som, o que facilita a concentração através da música durante seu desenvolvimento na prática realizando movimentos básicos da Capoeira Regional e Capoeira de Angola e para as aulas teóricas, roda de conversas onde todos participam fazendo perguntas a respeito da arte-marcial brasileira e alguns vídeos históricos. Alguns dos instrumentos utilizados nas aulas são: o berimbau, pandeiro, atabaque, entre outros.

Temos aulas de maculelê, puxada de rede e samba de roda, também são oferecidas aos alunos e sempre a cada fim de mês uma roda onde todos participam para pôr em prática os movimentos feitos nas aulas. É na roda que os alunos mostram as várias situações, desde disciplinares até sua postura diante de todos.

Desde o ano passado tivemos algumas dificuldades por parte da aceitação em praticar a capoeira que hoje ainda lutamos para mostrar o quanto ela é importante no desenvolvimento psicomotor dentre outras funções relacionadas ao corpo humano. Aos poucos vimos outras pessoas chegarem, participarem da maneira que podem, pouco, mas estão desenvolvendo, estão acreditando no trabalho sério que está sendo desenvolvido pelo projeto. Elas precisam de motivação, para que outros possam vir, e a cada aula dada vemos que elas querem sempre algo novo, diferente à medida que avançam num movimento.

### 3.8 Formação Continuada para Professores em Artes



No ano de 2018 sentimos a necessidade de compartilhar esse aprendizado com educadores, desta forma propomos uma formação para capacitar essas pessoas. A formação é aberta a todas as áreas, tendo em vista que na maioria das vezes não se tem professores de artes suficientes para atender toda a demanda, o que implica que professores com outras áreas de formação assumam esta disciplina e muitas vezes sem o preparo adequado.

A formação busca dar um suporte maior aos professores no que se diz respeito ao ensino de arte entendendo que a arte vai muito além dos padrões preestabelecidos socialmente e que todos podem e devem fazer e produzir arte e que esta arte é tão importante quanto uma obra de arte europeia, por exemplo, mas perceber que a valorização artística local também é de suma importância. Percebendo que a escola é um espaço de compartilhamento de experiências que como nos afirma Barbosa:

“Em primeiro lugar, ali não tem certo e errado, tem mais e menos adequado. Em segundo: estimula o racional e o afetivo, especialmente na adolescência. Garotas e garotos de 15, 16, 17 anos, onde vão fazer a sua formação emocional? Com a arte. Não tem outra área na escola que desenvolva a capacidade emocional das pessoas dessa forma. Outra coisa: percepção visual. Como a minha área é de artes visuais, tenho estudado muito o desenvolvimento da percepção visual, que é importante desde a alfabetização até a inserção no mundo. É importante você perceber o mundo ao redor, ser capaz de desenvolver a capacidade crítica para analisar esse mundo e dar respostas criadoras às necessidades e às críticas que você faz. São três funções

## IMPACTO SOCIAL

fundamentais que são incrementadas pelo ensino da arte: percepção, capacidade crítica e resposta criadora.” BARBOSA, Ana Mãe. 2016.

Em nossas formações apresentamos a abordagem triangular da arte para a educação, criada por Ana Mãe Barbosa que se baseia em “Apreciar, contextualizar e praticar” é uma metodologia que muitas vezes é desconhecida dos educadores que, como havia falado anteriormente, não são da área, mas os professores gostaram desta nossa possibilidade de ver o ensino da arte além de poder interagir com educadores que são da área de artes, expor suas experiências e compartilhar ideias, interagindo de forma amigável e construtiva.

### 4. Expoart

A Exposição de Arte, Poética e Estética do Oprimido (Expoart) surge no ano de 2016 como uma culminância de todas as atividades desenvolvidas durante este ano. Trata-se de um evento aberto ao público em geral e gratuito, onde as pessoas poderão ter contato com as obras e com seus criadores, de forma a dar visibilidade a ambos, sob a curadoria do Professor, artista e Diretor Artístico, Wellington Costa.

No ano de 2016, unindo com o número de oficinas descritas no início deste trabalho, tivemos um público de 349 pessoas, com duração de apenas



uma noite, no dia 02 de dezembro. Já no ano seguinte o número de pessoas atingidas por esse trabalho mais que duplicou recebendo 1.936 pessoas tendo que ser estendido para dois dias (23 e 24 de novembro) e praticamente durante todo o dia. Dessa forma, percebemos o quão importante foi desenvolver este precioso trabalho que além de oferecer ocupação para os jovens envolvidos na pesquisa, atraem novos adeptos para o movimento, sejam estas pessoas ativas ou passivas no processo artístico.

## IMPACTO SOCIAL

Isso reforça a necessidade de mantermos este trabalho em funcionamento, tendo em vista que o município é bastante carente quando nos referimos ao contexto artístico, mesmo sabendo que moramos em um celeiro artístico, contemplado por inúmeras linguagens artísticas.



## 5. Impacto Social

Matriz de Camaragibe por ser um município do estado de Alagoas que tem um vasto acervo histórico e cultural, apresenta também grandes manifestações artísticas que podem ser definidas como identidade deste município. O grande impasse é que não temos políticas públicas que atendam a esse bem tão primordial para identidade humana no que diz respeito à cultura, política e cidadania.

Mediante a essa realidade, foi criado um grupo institucionalizado, como supramencionado AACA, que vem com uma missão de diminuir essa falta e distância do contato com a arte e a cultura do próprio município, assim como também podendo expandir para o estado e o país como um todo. Durante este tempo, mesmo antes da institucionalização do grupo, foi grande a procura por nossas atividades compreendidas como dança, teatro, fotografia, artesanato entre outros, chegando a esgotar as vagas em poucos dias após a abertura das inscrições. Assim percebemos a carência dos municípios pelo contato com a arte e com o fazer arte.



## 6. Considerações Finais.

Este trabalho se propõe em apresentar um panorama das atividades desenvolvidas pela AACA, bem como o projeto Escolarte, na cidade de Matriz de Camaragibe e cidades vizinhas no período compreendido entre 2016 a 2018, muito já se fez e ainda há muito a ser feito.

É nesta perspectiva que mantemos nossas alianças entre os associados juntamente com a comunidade que tanto carecem de nossas atividades, que de forma ativa conseguimos inserir e deixar mais acessível na comunidade à arte e os seus movimentos artísticos.

Para que deste modo, os municípios possam ter a possibilidade de ter esse contato mais próximo, podendo também além de participar dos eventos que acontecem tais como: cursos, workshops entre outros, sem ter a necessidade de ter que se deslocar para a cidade de Maceió- AL, que dispõe de mais eventos nesse sentido.

A arte, bem como os artistas do nosso Estado, podem e devem ser valorizados. É importante que percebamos isso e que possamos valorizar e integrar a arte a nossa vida de modo a não tratá-la de forma secundária, mas de uma forma integrante e essencial em nossas vidas.

É neste sentido que precisamos que as políticas públicas sejam efetivas em nossa sociedade, para que assim seja valorizada a arte como parte integrante da cultura, que esta confere a identidade de um povo. Mesmo assim, vivendo em um país onde estas políticas não são bem difundidas, e muitas vezes inexistentes ou inoperantes, encontramos muitas instituições de iniciativa pública, privada e sem fins lucrativos, como ONGS e Associações Artísticas espalhadas Brasil afora, para que assim seja garantido o direito de cada cidadão ter o contato com a arte.

## Referências

BARBOSA, Ana Mae. **"A arte ajuda a criar um ensino ativo", diz arte-educadora pioneira.** 2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia /2016/10/a-arte-ajuda-a-criar-um-ensino-ativo-diz-arte-educadora-pioneira->

8046706.html. Acesso em: 05/09/2018.

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não atores**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.: 87.

CAMPANHA, Ednéia Aparecida. LÓDE NUNES, Meire Aparecida. **OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR**. Versão Online ISBN 978-85-8015-080-3 Cadernos PDE. Volume 1. Disponível em [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_unespar-paranavai\\_edfis\\_artigo\\_edneia\\_aparecida\\_campanha.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unespar-paranavai_edfis_artigo_edneia_aparecida_campanha.pdf). Acesso em 06/09/2018.

FERNANDES, Ciane. **O Corpo em Movimento - o sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em artes cênicas**. 2ª ed. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

GREGORIO, Merita Paixão de Freitas. PEREIRA, Patrícia da Silva. **CONSTRUTIVISMO E APRENDIZAGEM: UMA REFLEXÃO SOBRE O TRABALHO DOCENTE**. Educação, Batatais, v. 2, n. 1, p. 51-66, junho, 2012.  
<http://claretianobt.com.br/download?caminho=/upload/cms/revista/sumarios/241.pdf&arquivo=sumario4.pdf>. Acesso em 14/11/2016.

MACHADO, Vinicius Torre. **A máscara no teatro moderno: Do avesso da tradição à contemporaneidade**. UNESP. São Paulo. 2018.

MARQUES, Mariana Garcia. **CONSCIÊNCIA CORPORAL: O QUE É?**. REVISTA ENSAIO GERAL, Belém, v.1, n.1, jan-jun|2009. Disponível em [http://www.revistaeletronica.ufpa.br/index.php/ensaio\\_geral/article/viewFile/98/28](http://www.revistaeletronica.ufpa.br/index.php/ensaio_geral/article/viewFile/98/28). Acesso em 05/09/2018.

MATTOS, Cachalote. Estética do Oprimido: Para que? In. **Metáxis: Informativo do Centro de Teatro do Oprimido**, N. 6. CTO-Rio. p.133,

2010.

OLIVEIRA, Elisabete Duarte de. BRASILEIRO, Regina Maria de Oliveira. **DIDÁTICA GERAL**. Disponível em: [http://moodle.ifal.edu.br/pluginfile.php/307145/mod\\_resource/content/1/DIDATICA\\_GERAL\\_-\\_LIVRO\\_CIENCIASBIOLOGICAS.pdf](http://moodle.ifal.edu.br/pluginfile.php/307145/mod_resource/content/1/DIDATICA_GERAL_-_LIVRO_CIENCIASBIOLOGICAS.pdf). Acesso em: 07/09/2018.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de Psicologia**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

SANCTUM, Flávio. **A Estética de Boal: odisséia pelos sentidos**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

TAVARES, Érika Macedo. **Professores de Danças Urbanas da Cidade de Pelotas (2002-2016): trajetórias e entendimentos sobre formação docente superior**. Pelotas, 2017. Disponível em [https://wp.ufpel.edu.br/danca/files/2014/06/TCC\\_%C3%89rika\\_-2017.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/danca/files/2014/06/TCC_%C3%89rika_-2017.pdf). Acesso em 07/09/2018.

TROMBONI, Fátima. **O artesanato e a sua importância na economia e na cultura brasileira**. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/o-artesanato-e-a-sua-importancia-na-economia-e-na-cultura-brasileira/15399/#ixzz5QMoDuOiE>. Acesso em: 06/09/2018.

# AS AÇÕES EXTENSIONISTAS DESENVOLVIDAS PELA AGENDHA NO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA E REGIÃO

*Mikael Jurandir da Silva*<sup>9</sup>

*Verônica Resendes Santos*<sup>10</sup>

*Glaide Pereira da Silva*<sup>11</sup>

*Edvalda Pereira Torres Lins Aroucha*<sup>12</sup>

## Introdução

A estiagem prolongada no semiárido brasileiro dificulta a vida dos nordestinos provocando diversas e perversas desigualdades sociais. Essa região é caracteriza-se como um lugar onde ocorrem chuvas irregulares e ao contrário do que costuma ser retratado em diversos meios de comunicação o que tem sido chamado repetidamente de “seca” – estiagem seria mais adequado –, termo carregado de preconceito, não é algo a ser combatido como se os seres humanos fossem capazes de modificar o clima ou mesmo a pluviosidade de uma determinada região. Ao contrário, torna-se necessário desenvolver programas e políticas públicas que ajudem aos camponeses/as, principalmente, a conviver com as singularidades

---

<sup>9</sup> Pedagogo pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Pesquisador do Grupo de pesquisa: Memória, Identidade, Territorialidade, Educação do/no Campo e Espaços de Sociabilidade – MITECS/UNEB.

<sup>10</sup> Pedagoga pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Pesquisadora do Grupo de pesquisa MITECS/UNEB.

<sup>11</sup> Professora Substituta da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Pedagoga, especialista e mestra em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental.

<sup>12</sup> Professora Substituta da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Pedagoga, especialista em Educação Ambiental e mestra em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental.

apresentadas nas regiões semiáridas.

Assim posto, projetos que estão sendo desenvolvidos em todo o Nordeste possuem significância em sua existência cultural, ambiental, social, política e econômica, ajudando na compreensão e na sobrevivência do ser humano e sua relação com a natureza.

As ONGs - Organizações Não Governamentais são protagonistas de uma ação social, política e de assessoramento, de fundamental importância diante das lacunas do Estado.

No que compreende a assistência técnica, extensão rural e práticas agroecológicas no município de Paulo Afonso/Bahia e região, existe a AGENDHA - Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia. A ONG realiza diversas ações, inclusive no Nordeste brasileiro, em zona urbana e no campo, primordialmente em conjunto com Povos e Comunidades Tradicionais e da Agricultura Familiar, visando a sustentabilidade, sendo o termo sustentabilidade utilizado para determinar ações e atividades humanas que possuem como objetivo principal suprir as necessidades contemporâneas dos seres humanos, sem danificar agroecossistemas das gerações atuais e vindouras. A AGENDHA entende que:

[...] o desenvolvimento da Agricultura Sustentável exige que além das boas práticas de manejo possamos entender, individual, e coletivamente, que a qualidade da água, do ar, da terra e da vida - também das pessoas - é um aspecto necessário e indispensável para a Agricultura Agroecológica. (BAHIA, 2017, p. 17).

Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é analisar os projetos desenvolvidos pela ONG AGENDHA, que auxiliam as comunidades no Território de Itaparica/BA que compreende os municípios de Paulo Afonso, Glória, Rodelas, Abaré, Chorrochó e Macururé, mas, além dessas seis cidades, atua em duas cidades do Território Semiárido Nordeste II, que são os municípios de Santa Brígida e Jeremoabo.

Mesmo desenvolvendo os projetos a partir de editais do governo, que muitas vezes já apresentam especificações de como

estes devem ser realizados, a AGENDHA assume um importante papel nas práticas de extensão rural, priorizando um modo de intervenção que possibilite a participação das pessoas, adotando e incentivando o uso de tecnologias sociais, a produção sustentável e a comercialização justa e solidária, em mercados diferenciados<sup>13</sup>, provenientes do ambiente natural em que estes residem, que são menos agressivas ao meio ambiente e, sobretudo, promovendo uma prática dialógica, de respeito aos diversos saberes, que contribuem para o empoderamento e o bem-viver<sup>14</sup> desses sujeitos para que haja a continuidade das práticas e, posteriormente, a troca de experiências com seus pares.

### 1. Metodologia

O paradigma da presente investigação é de abordagem qualitativa, visto que intenciona compreender aspectos e fenômenos da realidade que não podem ser traduzidos em números. Ademais, se configura como uma pesquisa de campo, uma vez que os pesquisadores/as estavam inseridos no *locus* investigativo para entender as ações da AGENDHA no âmbito da extensão rural baseada em princípios da agroecologia para um desenvolvimento sustentável, e bibliográfica por que são utilizados livros físicos e digitais, artigos, além do site, redes sociais e publicações da ONG.

Para Gil (2002, p. 53) a pesquisa de campo “[...] focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana”, nesse caso este enfoque possibilita um maior aprofundamento na realidade que se está investigando

---

<sup>13</sup> São os mercados de nicho, que atribuem um valor aos produtos pelas suas características diferenciadas daqueles que são produzidos em grande escala, ou seja, produtos que possuem identificação de origem, diferencial orgânico, oriundos da sociobiodiversidade ou do comércio justo. N. da A.

<sup>14</sup> Resgata o conceito de origem indígena *sumak kawsay*, que significa Viver Plenamente e propõe uma ruptura com o desenvolvimentismo, calcada na vida em comunidade, no consumo consciente e nas relações de produção renováveis, sustentáveis e autossuficientes. Esse conceito torna-se político quando expande sua lógica para o sistema econômico, que deve ter bases comunitárias e ser orientado pelos princípios de solidariedade, de reciprocidade e de corresponsabilidade. (ACOSTA, 2016)

permitindo observar os fenômenos no local onde ocorrem, para melhor conhecê-los e entendê-los. Assim como salienta Marconi e Lakatos (2003) a pesquisa de campo não se configura em uma mera coleta de dados, uma vez que exige objetivos e métodos bem definidos com a finalidade de ter clareza a respeito do que será investigado.

Em relação aos fins caracteriza-se como explicativa e descritiva, possuindo escopo primordial a descrição das particularidades e a interpretação e explicação dos fenômenos sem a interferência do pesquisador, uma vez que este não modifica/manipula os dados apenas os estuda. O estudo descritivo tem como principal característica expor os fenômenos de forma clara e bem delineada, descrevendo-os. Caracterizando-se também pelo uso de técnicas e instrumentos de coleta de dados padronizados, pois de acordo com Gil (2002), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo detalhar e estudar as particularidades de determinada população, fenômeno ou grupo.

Já a investigação explicativa “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2002, p. 42), tornando os fenômenos estudados em fatos de fácil compreensão. Ainda segundo o autor, uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de um estudo descritivo explicando os eventos que contribuíram para a ocorrência de determinado fenômeno.

Para a coleta secundária de informações empíricas, foi realizada uma entrevista semiestruturada com o coordenador técnico da instituição, que possui formação em ciências sociais. Para Marconi e Lakatos (2003) a entrevista semiestruturada possibilita oralmente ao entrevistador, a obtenção dos dados necessários para a pesquisa, uma vez que:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um

## IMPACTO SOCIAL

procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 195).

Desta forma, a entrevista, sobretudo a semiestruturada, tem a vantagem de permitir os esclarecimentos de aspectos que podem não ter ficado claros, bem como possibilita a reformulação de algumas perguntas, se necessário, e oportuniza a exploração de certa questão de forma mais aprofundada no momento em que acontece.

### **2. A extensão rural agroecológica como novo paradigma para as ações extensionistas**

O sistema capitalista construiu uma sociedade de consumo exacerbado, em conjunto com o despreparo da educação escolar e familiar para conviver harmonicamente com a natureza, resultando no aquecimento global, no desenvolvimento econômico lesando o desenvolvimento ecossocial e principalmente na degradação do ambiente e na relação humana com os ecossistemas.

Diante dos imensos impactos causados ao meio, devido ao uso inadequado e exacerbado dos recursos naturais e dos agrotóxicos, atrelado à concepção ingênua - ou não - de que tais recursos são inesgotáveis, embora muitas pesquisas já tenham provado o contrário, surge a imprescindibilidade da adoção de práticas ecologicamente responsáveis e menos agressivas ao planeta, priorizando o uso consciente das riquezas provenientes dos próprios agroecossistemas familiares que promovam contextos contínuos de sustentabilidade.

#### **2.1 A extensão rural**

Quando a extensão rural começou a se instaurar no Brasil em 1950, tomou para si, equivocadamente, o trabalho de desenvolver uma educação para tirar os sujeitos do campo da condição de atraso. Porém, ainda nesta década percebeu-se que educar o camponês para acatar as transformações que o modelo urbano industrial exigia não era suficiente, pois se tornava fundamental acelerar o consumo intermediário da agricultura. Neste sentido, aperfeiçoam-se as

metodologias, porém os resultados ainda não estão em consonância com o almejado pelo setor industrial, mesmo a contribuição da extensão rural nesse processo sendo significativa. Então, em 1960, após uma avaliação a extensão rural chega à conclusão de que trabalhar com pequenos agricultores<sup>15</sup> não culmina nos resultados esperados, passa-se dessa forma a recomendar o trabalho com grandes e médios agricultores que têm mais capacidade de aderir às novas tecnologias, privilegiando-os (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Dessa forma, uma das principais preocupações era a modernização da agricultura, não havia o cuidado com a sustentabilidade, nem com os impactos que a intensa e acirrada mecanização do setor poderia causar na dimensão social e ambiental.

Sendo assim, de acordo com Caporal (2017), o modelo de agropecuária que se tornou hegemônico com o auxílio da extensão rural mostrou-se inviável no que se refere aos aspectos social e ambiental, sobretudo trazendo enormes impactos ao ambiente. Diante disso passou-se a exigir mudanças nas práticas extensionistas, tanto em relação ao modo de intervenção quanto à tecnologia levada pelo extensionista ao campo. Dessa forma, surge a extensão rural agroecológica que assim como o nome sugere, incorpora os princípios da agroecologia, em contraposição à extensão rural convencional que vem sendo criticada também, devido ao seu caráter de transmissão de conhecimentos de um técnico de ATER, que se supõe detentor do saber, para sujeitos que estão sendo assessorados, que se imagina não saberem, desconsiderando os saberes e as peculiaridades locais.

De acordo com Caporal (2007), a Extensão Rural Agroecológica, se baseia em elementos primordiais que orientam práticas direcionadas a contextos progressivos de sustentabilidade. Segundo o autor, essa nova forma de se conceber a extensão rural “orienta-se pela busca contínua de estratégias que impulsionem padrões socioculturalmente desejáveis, apoiados na evolução

---

<sup>15</sup> A AGENDHA não adota a definição “pequeno agricultor” por entender que os sujeitos que praticam a agricultura familiar, na condição de seres humanos, nunca serão pequenos, pequenas são suas propriedades, e sim usa o termo agricultor/a familiar. N. do A.

## IMPACTO SOCIAL

histórica dos grupos sociais e em sua coevolução com os agroecossistemas em que estão inseridos” (CAPORAL, 2007, p. 32). Concepção também adotada e usada pela AGENDHA.

Mas, sem pretender ser reducionista, tampouco simplista, diríamos que ela [Agroecologia] possibilita aliar o resgate e a valorização da vivência e do saber popular ao conhecimento técnico-científico, na busca de aumentar a capacidade e fortalecer a convivência sustentável da agricultura familiar com as condições socioambientais dos diversos agroecossistemas. (BAHIA, 2017, p. 17).

Na compreensão da AGENDHA, a Agroecologia deve disponibilizar os recursos locais onde a mesma acontece, assim como a utilizar de maneira propícia. Também deve se importar e nunca prescindir da conservação da biodiversidade, da sociobiodiversidade e dos agrossistemas, para o bem-estar dos seres humanos e do ambiente.

O modelo de extensão rural “transferencista”, que difunde a preferência pelo uso de sementes melhoradas, da monocultura e do uso de fertilizantes químicos para a produção em larga escala, se mostrou inviável e vem sofrendo enormes críticas em decorrência disso, então surge a preocupação e a necessidade de práticas extensionistas participativas, democráticas e dialógicas que tomam como base teórica a Agroecologia (CAPORAL, 2017). A Agroecologia adota práticas agrícolas sustentáveis e menos agressivas ao ambiente, uma vez que prioriza o uso dos recursos naturais na perspectiva socioecológica, sendo uma alternativa para reduzir problemas causados pelo modelo convencional de agricultura, que causa a redução da biodiversidade, proporcionando alternativas sustentáveis para que Gaia continue sendo produtiva. (PIRES, 2012).

Esse campo integra as tecnologias alternativas, que tem como base conhecimentos e saberes sistematizados, saberes esses utilizados – e ainda o são – pelos povos e comunidades tradicionais, constituindo-se uma técnica milenar. “A Agroecologia oferece conhecimentos e as metodologias necessárias para desenvolver uma

agricultura que seja, por um lado, ambientalmente adequada e, por outro, altamente produtiva, socialmente equitativa e economicamente viável” (ALTIERI, 2006, p. 7), ou seja, buscar métodos, processos e sistemas que possam gerar produtos em conjunto com os sujeitos do campo, da floresta, quilombolas, indígenas, extrativistas, ribeirinhos, agricultores, entre outros, que tenham como prioridade o desenvolvimento sustentável local, mas que tenha uma produtividade elevada.

### **2.2 O desenvolvimento sustentável**

O termo desenvolvimento sustentável é usado para indicar um molde que integre sociedade e meio ambiente, que procure harmonizar o desenvolvimento econômico à preservação e conservação dos recursos naturais que estão disponíveis, e para isso, torna-se necessário desenvolver novas técnicas de produção ecologicamente corretas e sustentáveis.

Existem dimensões essenciais e articuladas entre si para o desenvolvimento sustentável que são: a sustentabilidade econômica; a sustentabilidade ecológica; a dimensão sociopolítica e a dimensão cultural (QUEIROZ, 2011; NASCIMENTO, 2012 apud PIRES, 2012). Então é possível compreender que, para se estabelecer um desenvolvimento que seja sustentável em si mesmo, é necessário que tais dimensões estejam integradas entre si, pois todas compõem um todo e ao serem articuladas possibilitam um modelo de desenvolvimento mais justo e autossustentável.

A sustentabilidade econômica é um conjunto de atividades produtivas, financeiras e administrativas, [...] “seja na produção de alimentos, na geração de renda, nos sistemas de trocas ou de alimentação” (PIRES, 2012, p. 36), ou seja, visa a autorrecuperação da natureza, sendo um processo de conservação da atividade econômica/ambiental, para não violar os direitos e os interesses das futuras gerações de usufruir dos recursos naturais que existem hoje no planeta Terra.

A sustentabilidade ecológica é um viés que defende a

produção e o consumo que sejam sustentáveis, isto é, extrair os recursos naturais, porém, com responsabilidade, dando tempo para a natureza se regenerar, possibilitando o uso econômico dos ecossistemas terrestres com técnicas, tecnologias e processos apropriados (PIRES, 2012).

A dimensão sociopolítica no âmbito da sustentabilidade está pautada nas estruturas das relações comunitárias no campo, nos processos de coletividade e reivindicações sociais dos sujeitos que compõem o campo, e [...] “romper com concepções e práticas autoritárias e centralizadoras no campo” (PIRES, 2012, p. 36).

A dimensão cultural para o desenvolvimento sustentável se apoia na perspectiva da construção e/ou reconstrução dos processos identitários, do respeito da diversidade cultural e dos fazeres/saberes que foram construídos em todo o processo histórico dos sujeitos do campo, dos valores éticos e morais regionais e da preservação e divulgação da história. (PIRES, 2012).

Portanto, cumpre sublinhar que o desenvolvimento sustentável “incorpora as múltiplas dimensões para o desenvolvimento humano: econômica, social, política, cultural e ambiental” (PIRES, 2012, p.33), ou seja, a inclusão social e a proteção do meio ambiental. Dimensões essas que, são enfraquecidas pela exaltação do capital e pela falta de uma formação na sua totalidade e globalidade que estabeleça relação entre as diferentes competências e capacidades do ser humano no desenvolvimento agrícola e seus processos de produção que respeitem a natureza.

### **3. O papel da agenda nas práticas de extensão rural baseadas nos princípios da agroecologia**

Em muitos casos as ONGs atuam como possível caminho para auxiliar as populações do campo a desenvolver técnicas e procedimentos de forma sustentável para sobrevivência no semiárido nordestino. Desta forma, inúmeras iniciativas foram tomadas visando a produção agrícola com o menor consumo dos recursos naturais e impactos ao meio ambiente, entre elas o Desenvolvimento Sustentável,

## IMPACTO SOCIAL

práticas Agroecológicas e Assistência Técnica e Extensão Rural.

Em entrevista, o coordenador técnico da AGENDHA afirmou que cada projeto tem suas singularidades, todavia são indissociáveis e complementares, com a finalidade precípua de empoderamento e a autonomia dos participantes, visto que esses aprendem durante o processo de assessoramento a manter e a compartilhar o que eles mesmos ajudaram a construir. Sendo assim, as pessoas e seus agroecossistemas familiares são o centro das ações. Ainda segundo o coordenador técnico, através dos projetos desenvolvidos pela AGENDHA existe uma mudança econômica e social na vida das famílias agricultoras, povos e comunidades tradicionais a partir do momento que estes passam por um processo de formação e sensibilização, no qual aprendem a utilizar os recursos naturais de forma sustentável e a produzir alimentos, adquirir e manter os criatórios e ainda os artesanatos dentro desta mesma perspectiva, que posteriormente podem ser comercializados. Nesse âmbito, Caporal (2017, p. 286) explica que:

Uma Extensão Rural Agroecológica deve garantir que o processo educativo seja capaz de potencializar o crescimento dos sujeitos como cidadãos e favorecer o empoderamento dos comunitários, de modo que os atores participantes vejam fortalecidas suas capacidades para a ação individual e coletiva, inclusive junto à sociedade maior.

Desta forma, é visível que o empoderamento das comunidades é fundamental e possibilita a obtenção da emancipação individual bem como coletiva, necessária para a superação da dependência social e dominação política. Sendo assim, a ONG AGENDHA atua em diversos municípios desenvolvendo projetos que auxiliam famílias sertanejas no desenvolvimento sustentável e na convivência com o semiárido, além de possibilitar condições e capacidade de participação nos projetos proporcionando inclusão social, autonomia, em especial para as mulheres, e melhores condições de vida no semiárido nordestino. Entre os projetos desenvolvidos está o dos fogões geoagroecológicos, tendo como “principal objetivo contribuir para ampliar a segurança

energética e a conservação e utilização sustentável da biodiversidade e dos serviços ambientais das florestas do bioma Caatinga.” (BAHIA, 2017b, p. 6).

O Fogão Geoagroecológico possibilita a não inalação da fumaça produzida pelos fogões convencionais, já que a fumaça é liberada pela chaminé. Possuem uma placa como base, conseqüentemente, não há o contato direto do fogo com a panela, sendo seu objetivo a elevação da temperatura da placa de uma forma em que a panela cozinhe em cima da mesma.

O fogão é diferenciado porque ele é construído de acordo com a altura da cintura da mulher, para que ela não precise fazer tanto esforço, para levantar e para subir, por que se percebeu que muitas mulheres tinham problema de coluna por causa disso. Às vezes o fogão era mais baixo, às vezes era mais alto, então esse fogão tem uma proporção para ela fazer movimentos sem está fazendo tanto esforço. Elimina toda a fumaça de dentro de casa, por que o maior objetivo é esse, tirar a fumaça. Aquele cenário da parede preta some com esse fogão, por que em uma pesquisa percebeu-se que a mulher cozinhando um dia nesse fogão normal de lenha equivale a fumar quase um maço de cigarros por dia, inalando essa fumaça toda. Então é um fogão bem diferenciado. (SILVA, 2017)<sup>16</sup>.

De acordo com o entrevistado, para a produção dos fogões é realizado um trabalho de informação com a comunidade, onde as pessoas são reunidas e é apresentado o projeto. Posterior a essa etapa de informação, os sujeitos ajudam a produzir alguns tijolos que serão utilizados na construção do fogão, que será construído por pessoas da própria comunidade, com a ajuda dos mestres “fogõezeiros”, ou seja, agricultores que já dominam a técnica.

Os fogões geoagroecológicos (Figura 1) foram pensados para proporcionar melhor qualidade de vida para os povos atendidos, principalmente para as mulheres, que em geral ficam mais tempo na cozinha, inalando fumaça e fuligem. Também se deve levar em consideração que as crianças geradas por essas mulheres começam a ser intoxicadas no ventre de suas mães. Então, como proposta

---

<sup>16</sup> Maciel José da Silva é Coordenador Técnico da AGENDHA.

## IMPACTO SOCIAL

agroecológica, já que é o fogão geoagroecológico uma ferramenta considerada ecologicamente correta, a finalidade maior está em pensar não só nas questões ambientais, posto que, estando no bioma Caatinga, em maior parte do ano o clima é seco, quando os galhos e gravetos da vegetação são utilizados como combustível sólido renovável em substituição à lenha grossa nos fogões, mas, pensar primordialmente nos seres humanos e nesse caso, com mais especificidade, na mulher e em sua saúde física no momento de cozinhar os alimentos.

**Figura 1: Fogão Geoagroecológico.**



Fonte: Arquivo AGENDHA.

Outro projeto é o ATER Agroecológico (Figura 2), que abrange a assistência técnica e extensão rural, desenvolvido em parceria com o BAHATER do governo do Estado da Bahia. Esse projeto é entendido não como assistência, literalmente, porém, como assessoria, pois as famílias das comunidades, com destaque para as mulheres e juventude, participam intensamente das atividades. E é agroecológico porque através dele são desenvolvidas tecnologias sociais sustentáveis nas localidades, com o objetivo precípua de segurança e autonomia alimentar e nutricional, bem como a geração de renda e o bem-viver das comunidades.

Figura: 2 : ATER Agroecológico



Fonte: Arquivo AGENDHA.

Dessa forma, a ONG ajuda às pessoas do campo a conviverem com o semiárido de forma proativa, ecologicamente sustentável, economicamente viável e feliz. Segundo o coordenador técnico da AGENDHA “as pessoas com a assessoria técnica já passam a produzir, depois elas passam a comercializar, muda a questão da alimentação, muda também a própria questão da vivência da família na comunidade” assim as ações extensionistas contribuem para a autonomia alimentar dos sujeitos, [...] “construindo conhecimentos e disponibilizando tecnologias a partir dos recursos locais, do conhecimento local e da base de recursos naturais disponíveis” (ALTIERI, 2006, p. 6). Sendo assim, a valorização dos recursos e conhecimentos locais deve ser a base para a formulação de práticas socioambientalmente possíveis buscando dessa forma estratégias de permanência no meio rural em condições prazerosas e produtivas; considerando também o uso racional dos recursos, o que é ambientalmente viável, pois ainda segundo o autor, devem-se extinguir todas as práticas e também políticas que incentivem o uso de métodos e tecnologias químicas convencionais e destrutivas.

Atualmente, nos projetos do ATER da AGENDHA são reservados 50% dos cadastros para mulheres e 15% para jovens, sendo assim, as ações da ONG impactam profundamente em todas as esferas sociais envolvidas no processo. São alguns passos do trabalho

da instituição: “desde semear até vender, os projetos desenvolvidos fazendo com que as famílias agricultoras produzam alimentos, criem seus animais, façam artesanatos e comercializem, mas, sobretudo, sintam-se bem onde vivem” (SILVA, 2017).

Essas iniciativas e projetos incentivam e “incluem a participação ativa das pessoas; fortalecem o papel das mulheres e da juventude na tomada de decisão; partem do conhecimento e dos recursos locais; utilizam enfoques e princípios agroecológicos [...]” (ALTIERI, 2006, p. 9). Contudo, existe uma mudança econômica e uma mudança social na história dos sujeitos envolvidos no processo, também por fortalecer e construir formas sustentáveis e viáveis localmente, tornando-se elementos consistentes no desenvolvimento humano, ecológico e financeiro de modo considerável e necessário.

Outro projeto que contribui para o desenvolvimento da autonomia hídrica e alimentar das famílias agricultoras camponesas, que tem como base o uso sustentável da água não só para o consumo humano, como também para a construção dos chamados QUIPAS - Quintais Produtivos Agroecológicos, é o MAIS ÁGUA - Construção de cisterna de produção (52 mil litros) para armazenamento de água no semiárido - Segunda Água. Usa-se “segunda água” porque a primeira (16 mil litros) é para o consumo humano e a segunda para a produção.

Este projeto consiste na construção de distintas estruturas hídricas para a captação, armazenamento e uso sustentável da água das chuvas, visando proporcionar a autonomia hídrica, alimentar e nutricional das famílias. Desse modo, as tecnologias sociais construídas, de acesso à água, são: o tanque de pedra; a cisterna calçadão ou de produção (52.000 litros); barreiro trincheira e a cisterna específica para consumo humano (16.000 litros). O coordenador técnico da instituição destacou a importância do uso sustentável dos recursos hídricos ao afirmar que: “[...] a água é o principal, de todas as nossas ações é o carro-chefe. Então, trabalhar a preservação, a conservação e o manejo dessa água é de fundamental importância”.

As famílias recebem também algumas sementes/mudas para plantar ao redor das cisternas e nos QUIPAS. Como é possível perceber na Figura 3, há o cultivo de plantas medicinais, hortas poupadoras de

água com verduras e legumes, plantas medicinais, aromáticas e ornamentais. É importante salientar que esses sujeitos não são meros receptores das ações da ONG, pois os mesmos passam por uma formação e planejamento das atividades, assim afirmou o coordenador técnico: “Não é simplesmente chegar e começar o processo de assessoria técnica. Primeiro passa por selecionar a família, tendo como base critérios técnicos; formação e planejamento comunitário de implementação das tecnologias sociais.” (SILVA, 2017). Então, esse espaço proporcionado através da assessoria técnica de inclusão, demonstra uma ruptura com o paradigma “transferencista”, representado por meio das práticas da extensão rural convencional, à medida que leva ao campo uma forma de contribuição mais democrática, participativa e compromissada com a responsabilidade coletiva das políticas e recursos públicos.

**Figura 3: Cisterna de Produção ao fundo, próxima ao Quintal Produtivo.**



Fonte: Acervo AGENDHA

Cumpra sublinhar que, embora a AGENDHA dê muita ênfase a práticas extensionistas participativas e dialógicas, alinhadas com os princípios agroecológicos, nos quais cada pessoa envolvida tem importante contribuição, desde o pensar à prática, os projetos financiados pelo governo são específicos em relação aos tipos de tecnologias que serão implantados e respectivamente os municípios,

favorecendo um planejamento que considera o tempo das famílias e da instituição.

### **Considerações finais**

A AGENDHA tornou-se uma das maiores referências no desenvolvimento sustentável, nas práticas agroecológicas e assistência técnica e extensão rural não só para agricultores familiares, mas também para os povos tradicionais, principalmente em Paulo Afonso-BA e nos municípios circunvizinhos. Os projetos desenvolvidos pela ONG possibilitam uma mudança no modo de vida dos chamados atores da ação, ou seja, participantes dos projetos, que passam por um processo de assessoria e assim aprendem e compreendem como relacionar-se melhor entre si e com o ambiente, adotando atitudes sustentáveis na relação com este.

Deste modo, o coordenador técnico da ONG destaca a complementaridade dos projetos desenvolvidos pela instituição, destacando que, as famílias que já participam de alguns projetos são fortes candidatas a participarem dos novos. Ainda segundo o coordenador, os camponeses são assessorados até o momento em que ocorra o seu empoderamento e assim possam dar continuidade às atividades de forma sustentável, baseadas nos princípios da agroecologia e de maneira autônoma.

Destaca-se no caso da AGENHA, a importância de uma ação extensionista dialogada, pois segundo o coordenador técnico, os projetos desenvolvidos não são ações realizadas unicamente Para a comunidade, mas também Com a comunidade, então esse “com” pressupõe diálogo, troca, e principalmente construção de novos conhecimentos, em conjunto com os partícipes. A preocupação em promover situações contínuas de sustentabilidade também é evidente, e no que se refere ao uso consciente da água pluvial, a ONG desenvolve um papel importante à medida que realiza ações de sensibilização e educação com as famílias.

Em relação ao fogão geoagroecológico, segundo os dados da pesquisa, foi perceptível que seu uso melhora a qualidade de vida das

mulheres, em especial a saúde, uma vez que não há mais fumaça e fuligem que possam inalar, e no melhor aproveitamento do tempo, pois a busca de gravetos é de âmbito peridomicliar, posto que antes gastavam mais de 4h em busca de lenha nas Caatingas, assim como também contribuindo para a socioeconomia, reduzindo o uso do gás de cozinha, que é um combustível de origem fóssil, não renovável.

O projeto de ATER, que inclui 720 famílias, é considerado indispensável e determinante para o fortalecimento da agricultura familiar de bases agroecológicas e para a permanência das pessoas no campo, favorecendo o bem-viver e uma dinâmica socioprodutiva do campo-cidade, pois como diz o proverbio popular “se o campo não planta, a cidade não come”.

Neste sentido, ficam nítidas as contribuições da AGENDHA na vida dos integrantes dos projetos, principalmente por que estes vão muito além da questão econômica, essas contribuições também acontecem no empoderamento dos sujeitos assessorados, privilegiando o uso de tecnologias com base agroecológica.

Em suma, pode-se afirmar que sociedade e meio ambiente são as bases para qualquer proposta de extensão rural direcionada para a promoção de boas condições de vida, igualdade de oportunidades para o acesso a bens e serviços e o resgate da condição de cidadão dos sujeitos do campo, provocando uma procura constante pela sustentabilidade.

### Referências Bibliográficas

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**. São Paulo: Elefante, 2016.

ALTIERI, Miguel Ángel. **Agroecologia**: princípios e estratégias para a agricultura sustentável na América Latina do século XXI. Tradu. Francisco Roberto Caporal. Brasília, 11 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br>>. Acesso em 07 de nov. 2017.

BAHIA. Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza,

Desenvolvimento Humano e Agroecologia (AGENDHA). **Agroecologia das águas**: convivência com o semiárido, com segurança hídrica, alimentar e nutricional. Paulo Afonso, Bahia, 2017a, 27 p. il.

\_\_\_\_\_. Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia (AGENDHA). **Fogão Geoagroecológico**. Paulo Afonso, Bahia, 2017b, 16 p. il.

CAPORAL, Francisco R. **Extensão Rural e Agroecologia**: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível / coord. Francisco Roberto Caporal. – Brasília: MDA, 2007.

\_\_\_\_\_, Francisco R.; COSTABEBER, José A. **Agroecologia e Extensão Rural**: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_, Francisco R.; DAMBRÓS, Olivo. **Extensão Rural Agroecológica**: Experiências e limites. Redes - Santa Cruz do Sul: USCS, v. 22, n. 2, maio-agosto, p. 275-297, 2017.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina de A; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PIRES, Angela Monteiro. **Educação do campo como direito humano**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2012. Coleção educação em direitos humanos; v. 4.

# CATADORES (AS) DE MATERIAIS RECICLADOS E SUA CONJUNTURA SOCIETAL: CONFERINDO SENTIDOS ATRAVÉS DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA

*Gabriel Viana O. Oliveira*<sup>1</sup>

## **Introdução**

A questão da inclusão social e produtiva de catadores (as) experimentou gradualmente uma repercussão dos agentes públicos e inserção nas agendas governamentais, como os programas de coleta seletiva. A realização de ações de apoio aos catadores (as) foi um avanço importante para a promoção de mudanças no cenário de precariedade vivido por esses trabalhadores (as), como a aprovação, no ano de 2010, da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº12.305), que prevê a inserção de catadores (as) em programas de coleta seletiva municipais como requisito para o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS).

O (a) catador (a), apesar de ter sua ocupação regulamentada desde 2002, pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO nº 5.192-05), ainda sofre preconceitos, sendo estigmatizado pela sociedade devido ao tipo de atividade que realiza, isto é, trabalha na coleta, na seleção e na venda de materiais recicláveis como papel, papelão, vidros etc., em condições de trabalho muitas vezes precárias. Assim, tal fato decorre de um ambiente sem estrutura mínima para coleta, separação e com a presença de focos de incêndio, produção de

---

<sup>1</sup> Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário de João Pessoa UNIPÊ. Psicólogo clínico, com formação pelo método TEACCH, intervenção para autista. E-mail: gviana.cg@hotmail.com. Sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Cíntia Aparecida da Silva.

chorume<sup>2</sup> oriundo da decomposição dos materiais descartados, os quais advêm, por sua vez, da falta de critérios de descarte, da falta de equipamentos individuais de proteção, dentre outros fatores, em um trabalho nitidamente em condições desumanas e que traz riscos à saúde.

Diante desse cenário, medidas foram tomadas para viabilizar o fechamento dos lixões a céu aberto, assim, identificamos, por exemplo, a alteração da Lei 9.605 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, pelo art. 54 da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que passa a instituir a Política Nacional de Resíduos Sólidos, propondo as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos. Tais medidas foram tomadas, de certa forma, a partir do cumprimento de determinações governamentais ou mesmo de pressões do cenário mundial, seja pela Organização Mundial de Saúde (OMS) ou por ONGs de caracteres ambientalistas ou ligadas ao Movimento dos Direitos Humanos.

A partir do desenvolvimento e aprimoramento de tais normativas, destacam-se os catadores (as) vinculados (as) a tal cenário como protagonistas importantes neste processo, os que de certa forma não foram chamados a assumir uma participação ativa durante o processo. Porém, o cenário se deu pela retirada de moradores dos lixões, muitas vezes, sem o devido esclarecimento, vendo-se, mais uma vez, negligenciados em seus direitos, por interesses políticos e financeiros<sup>3</sup>, sem que houvesse um

---

<sup>2</sup> O chorume pode ser definido como um líquido escuro que resulta da decomposição da matéria orgânica do lixo, possui um cheiro forte e desagradável, sendo responsável por poluir o solo, águas subterrâneas e rios. O chorume também é conhecido como líquido percolado ou lixiviado, possuindo, como composição, matéria orgânica, metais pesados, substâncias tóxicas e excrementos de humanos e animais. Entre as substâncias tóxicas, estão o cádmio, arsênio, cobre, mercúrio, cobalto e chumbo (MAGALHÃES, L. *Toma matéria chorume*. Disponível em <<https://www.todamateria.com.br/chorume/>> Acesso em: 27 de jun. 2018).

<sup>3</sup> Observa-se a passagem dos lixões para os aterros sanitários e usinas de incineração de lixo, gerando polêmica, tanto sobre as empresas favorecidas por tais medidas, como sobre os critérios utilizados para implementação de tais mudanças e os possíveis danos ambientais e reciclagem de tais materiais, prejudicando, em certa medida, cooperativas que por lei devem fazer parte deste processo, como aponta a coordenadora da Área

planejamento prévio de inserção de tais agentes em outras formas de garantia de renda, pela obrigatoriedade de tais espaços e alegações de um ambiente extremamente hostil de trabalho, que, por anos, não recebeu atenção dos que se utilizaram deste argumento.

A compreensão de tais atividades através da ótica destas pessoas é de grande importância para construção de nossa própria percepção pessoal e social, bem como para a implementação de políticas públicas que venham a garantir e efetivar os direitos desses sujeitos, seja pelo acesso à informação do que propagam tais políticas mencionadas acima ou pela luta em prol da garantia de seus direitos trabalhistas.

A esse respeito, podemos assinalar o fechamento de alguns lixões que ocorreram de forma abrupta, desconsiderando a necessidade de planejamento junto aos catadores que possuíam aqueles espaços como principal alternativa de sustento. Portanto, evidenciou-se falta de apoio aos sujeitos, tampouco esclarecimentos prévios acerca das medidas decorrentes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, ressaltando o que já foi exposto neste texto, da construção de uma política de resíduos sólidos de cima para baixo, sem a participação efetiva da população que atua com esse tipo de trabalho.

Assim, diante do exposto, abordaremos os aspectos que permeiam as condições de vida e trabalho dos (as) catadores (as) de material reciclado através da psicologia social crítica. Desse modo, o presente artigo inicia-se com a discussão sobre os contornos assumidos pelos indivíduos, que se constituem e são constituídos através do trabalho que desenvolvem. Em seguida, proporemos a discussão sobre as transformações alusivas ao conceito de “lixo” e “material reciclado”, pontuando elementos sociais relacionados a tal mudança. Nessa perspectiva, serão destacados elementos que venham a favorecer a relação desses agentes, através de um contexto

---

Resíduos Sólidos do Instituto Pólis, Elisabeth Grimberg (Disponível em< <http://polis.org.br/publicacoes/usinas-para-queimar-lixo-causam-polemica/>> Acesso em: 26 de jun. de 2018.

social em que os direitos mais básicos legislados pelo Estado não foram efetivados no cotidiano dessas pessoas, sendo assumido, assim, um entendimento por meio da relação opressor/oprimido, retratada de forma antidialógica. Por último, apresentaremos a descrição de alguns conceitos decorrentes da psicologia social crítica, destacando sua mudança de paradigma para uma psicologia mais próxima aos problemas sociais.

### O homem e sua definição pela ação

No presente tópico, propomos alguns elementos que possam servir como delineamentos ao conceito de trabalho e sua relação com as distintas caracterizações e articulações dos que o promovem, retratando algumas formas de compreendê-lo, bem como seu impacto no desenvolvimento do que os autores abaixo assinalam por trabalho.

Segundo Chauí (2004, p. 541), no processo de mutação, distinguem-se duas formas de compreender o trabalho nas *polis*, essa determinada a partir de uma desconstrução perceptual, enquanto abertura e manutenção de modelos econômicos, sociais e religiosos. Dessa forma, o trabalho é compreendido por duas vertentes: “*poiesis*, ação fabricadora (o trabalho e as técnicas), e *praxis* (a ação livre do agente moral e do sujeito político)”. Assim, a liberdade, relatavam os gregos e romanos, estava em não se ocupar de atividades tidas como de sobrevivência.

De acordo com Chauí (2004) e Masi (2000), em tal representação, na qual o trabalho é alicerçado, podemos observar seu reflexo repercutindo em obstáculo aos direitos de propriedade. Assim, o protestantismo, o capitalismo e o neoliberalismo refletiram em uma inversão paradigmática de homem livre, enquanto ocioso, para a valorização do trabalho, em uma alteração proposta por Aristóteles, o qual propunha uma dedicação ao espírito para um dedicar-se ao progresso, apoiado em um temor do inferno e de seus pecados capitais, que serviram de modelo para Idade Média, como para um racionalismo. Essa inversão, do ponto de vista moral, atribui importância e valor ao trabalho, mas pelo aspecto político, se mostra

através de contornos greco-romanos, em uma nítida distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Assim, a partir das ideias supracitadas, Freire (2015) nos esclarece alguns aspectos de concepções marxistas que criticam tais contornos, as quais se orientam a partir do entendimento de que o homem enquanto consciência se constrói, a partir das condições históricas envolvidas. No entanto, vê-se limitado pela impossibilidade de uma escolha real e de forma consciente, na qual o trabalho perpassa sua própria estrutura como processo, ditando sua ordem hierárquica nas relações sociais capitalistas.

### **Paradigmas do lixo**

No presente tópico, propomos a discussão sobre os elementos que permeiam o conceito de lixo, em suas distintas concepções, retratando as transformações sociais vinculadas, em uma compreensão sobre os impactos ambientais e sobre as ações indispensáveis para uma relação consciente e comprometida com as mudanças provocadas pelo homem.

Mesmo nas mais simples atividades humanas, produzimos lixo. Ao prepararmos nossos alimentos, por exemplo, sobram cascas, sementes, folhas, peles, etc. Nosso organismo, ao metabolizar materiais assimilados do meio externo, produz dejetos (fezes, urina, secreções diversas). Diante desta perspectiva, os resíduos produzidos foram desde sempre uma realidade, a qual deveria ser gerenciada pelas pessoas. Assim, (EIGENHEER, 2009, p.25), afirma

“Em qualquer época, inúmeros fatores exercem influência sobre as características do lixo produzido e sobre a forma como se lida com eles: posição geográfica, clima, disponibilidade de água, tipo de solo, modo de produção, distribuição de riquezas, religião e a concepção de vida e morte”.

Diante deste cenário, pode-se definir “lixo” como algo inerente e originário ao próprio ser humano, já que não são naturalmente elaborados pelo meio, mas sim produzidos e descartados de forma a promover mudanças físicas ao meio ambiente.

## IMPACTO SOCIAL

A palavra lixo pode ser compreendida, de forma geral, como todo e qualquer resíduo resultado da atividade cotidiana do homem na sociedade. Entretanto, alguns autores elaboraram definições mais específicas para esta palavra. Pereira (1999, p. 417) esclarece os aspectos que permeiam lixo como “aquilo que se varre da casa, do jardim, da rua e se joga fora; entulho. Tudo o que não presta e se joga fora. Sujidade, sujeira, imundície. Coisa ou coisas inúteis, velhas, sem valor”. Observamos, assim, a terminologia “lixo” como uma característica negativa, assumindo uma perspectiva de algo que não presta ou que não possui mais serventia. Assim:

Lixo é uma palavra latina (lix) que significa cinza, vinculada às cinzas dos fogões. A produção de lixo nas cidades é de tal intensidade que não é possível conceber uma cidade sem considerar a problemática gerada pelos resíduos sólidos, desde a etapa da geração até a disposição final (MUCELIN, 2008, p. 113).

Sobre tais aspectos, Figueiredo (1995) aponta que o comportamento da população humana frente à natureza transcende a capacidade de adaptação, sendo o fluxo de elementos naturais substituído por um fluxo de elementos artificiais produzidos com materiais sintéticos, que não se comportam de forma cíclica, como são os materiais orgânicos, naturalmente assimilados pelo meio ambiente em sua reciclagem natural. Tal fato é contrário à demasiada utilização de polímeros “plástico”, nas inúmeras esferas de nosso cotidiano, os quais não são biodegradáveis em um período inviável, se comparados a sua produção e descarte. Assim, observamos os aspectos referentes ao meio ambiente no que concerne à decomposição em um movimento cíclico e o comportamento humano interferindo em tal equilíbrio, aspecto resultante do descarte inadequado de resíduos sólidos no meio em que estas populações coabitam, acumulando-se de forma exponencial sem que o meio possa incorporar.

No entanto, a produção de resíduos compostos de materiais orgânicos, facilmente assimilados pelo meio, em decorrência de sua produção excessiva e combinação com outros materiais, bem como com o advento da industrialização, é responsável pela produção de

chorume, pela característica dos elementos descartados, incluindo os plásticos<sup>4</sup>, que associados a novas formas de consumo e produção, transformaram significativamente nossa relação com o meio ambiente. Ao longo desta modificação, foram inúmeras as formas de se conceber o descarte ou mesmo sobre o entendimento de lixo, ou o que seria lixo, e sua passagem para o que se entende hoje por resíduo.

Tal cenário vem nas décadas de 1970 e 1980 a adotar outras perspectivas, como apontado por Jacobi (2003), deve-se dentre outros fatores a influência de acontecimentos, como a Conferência de Estocolmo em 1972, atuação de ONGs ambientalistas, Rio-92<sup>5</sup>, dentre outras ações e encontros sobre a temática. De forma específica, os movimentos relacionados a questões do tratamento adequado dos resíduos sólidos urbanos, na década de 1980, bem como os agentes responsáveis por este processamento passam por uma transformação, que versa sobre a ótica da valorização e ressignificação neste cenário.

Partindo da concepção acima citada, relativo à passagem do denominado “lixo” como algo sem valor para um produto de valor e que poderia ser reaproveitado, invertendo ou modificando a cadeia de produção, observamos que:

---

<sup>4</sup> Os plásticos ou termoplásticos, de alta resistência, leveza e moldagem, permitiram sua utilização em uma gama extensa de produtos, sendo sua identificação universal compreendida através dos: Polietileno Tereftalato – PET, Polietileno de Alta Densidade – PEAD, Policloreto de Vinila – PVC, Polietileno de Baixa Densidade – PEBD, Polipropileno – PP, Poliestireno – PS e OT como outros plásticos especiais de engenharia, sendo utilizados em quase todos os setores da economia (GRIPPI, Sidney. *Lixo, reciclagem e sua história: guia para as prefeituras brasileira*. Rio de Janeiro: Interciência, p. 12-13, 2006).

<sup>5</sup> A Rio 92 foi a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro. A reunião ficou conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra, evento que aconteceu 20 anos depois da primeira conferência do tipo em Estocolmo, Suécia. No evento, os países reconheceram o conceito de desenvolvimento sustentável e começaram a moldar ações com o objetivo de proteger o meio ambiente (SENADO. Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>> Acesso em: 26 maio de 2018).

## IMPACTO SOCIAL

Os materiais presentes no lixo deixaram de ser materiais inúteis, conforme as definições apresentadas, para assumir um outro significado. Especialistas substituíram o termo "lixo" por "resíduo sólido". Não se trata de uma mudança meramente teórica, mas sim de uma estratégia para que os resíduos sólidos gerados nos processos de produção e consumo sejam qualificados de forma correta. (DEMAJOROVIC, 2013, p. 42).

Ainda segundo o autor supracitado, outros elementos contribuíram de forma sistemática para as mudanças conceituais apresentadas acima, como, por exemplo, a relação entre os custos de produção e a possibilidade de uma reformulação desta cadeia, estimulando, desta forma, a coleta pós-consumo e a reintrodução do insumo na cadeia produtiva.

Sobre tal aspecto, Castro (2018) argumenta que, em um cenário de Copa do Mundo e eleições, a economia circular é nitidamente influenciada, seja pelos aspectos econômicos decorrentes do aumento de consumo de bebidas, por exemplo, ou pela pauta de demandas ambientais de políticos e eleitores. Tal fato apresenta reflexo em um país que se encontra como terceiro maior produtor de latinhas do mundo, sendo o maior reciclador, o que corresponde a 25 bilhões de unidades produzidas por ano e uma recuperação de aproximadamente 280 milhões de toneladas reutilizadas, o que significa 1,4 milhão de toneladas de bauxita que deixaram de ser extraídas.

No entanto, esses dados podem ser facilmente alterados através de inúmeros elementos interligados neste processo, que por ventura possam tornar a reciclagem mais onerosa que a própria extração e manufatura. Porém, sua implementação e reflexo para o meio ambiente são justificativas, por si só, imprescindíveis para o futuro.

### **Relações sociais entre oprimidos e opressores**

De forma a problematizar as relações sociais, em paralelo a seus respectivos direitos sociais, assinalamos através de alguns autores a possibilidade de uma possível aproximação de nosso cenário

sócio-histórico. Tal fato nos permite assumir um posicionamento e um olhar ativos sobre tais engrenagens que fundamentam e nos respaldam, no intuito de se negar uma imparcialidade às fundamentações abaixo, já que nos encontramos imersos, e ao mesmo tempo, nos posicionamos de forma reflexiva sobre o pensar de tais relações.

Para Freire (2014), o opressor em sua relação com seu subordinado se utiliza de inúmeras formas para empreender conquistas, dentre as quais se observa uma relação compreendida como antidialógica, em uma relação vertical de A sobre B, sendo este último acrítico e incapaz de gerar criticidade. Essa tem as mesmas bases das soluções paternalistas e da postura muda e áfona do brasileiro, uma vez que a sociedade que se nega ao diálogo estará negando a própria ideia de sociedade e, conseqüentemente, estará negando a tais sujeitos a possibilidade de existir humanamente, pois a existência humana não pode ser muda, silenciosa, mas deve se nutrir de palavras através das quais os homens transformam o mundo.

Tais direcionamentos passam a atingir um patamar ímpar de desumanização, em que o homem se percebe de inúmeras outras formas, menos como homem, mas como parte de um mesmo nicho<sup>6</sup>, lutando por sua sobrevivência através da disputa por alimentos, em meio aos porcos, urubus e ratos. Esse cenário é retratado por Manuel Bandeira em seu poema intitulado “O bicho”, publicado em 1948, o que, infelizmente, assume uma contemporaneidade percebida em pleno século XXI, no qual lixões continuam, em pleno funcionamento, servindo como fonte de renda a inúmeras famílias.

Vi ontem um bicho  
Na imundície do pátio  
Catando comida entre os detritos.  
Quando achava alguma coisa,

---

<sup>6</sup> O conceito de “nicho” é citado de forma literal, respeitando um limiar de tal compreensão. Assim o habitat de um organismo é o lugar onde ele vive, ou o lugar para onde alguém iria para procurá-lo. O nicho ecológico, contudo, inclui não apenas o espaço físico ocupado por um organismo, como também o seu papel funcional na comunidade. ODUM, Eugene P. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 1988. p. 254.

## IMPACTO SOCIAL

Não examinava nem cheirava:  
Engolia com voracidade.  
O bicho não era um cão,  
Não era um gato,  
Não era um rato.  
O bicho, meu Deus, era um homem.  
(BANDEIRA, 1948, p.1).

No entanto, o animal diferente do homem, se vê impossibilitado de uma separação entre si e sua atividade. Desse modo, Freire (2014, p.123) aponta que, “na medida em que sua atividade é uma aderência dele, os resultados da transformação operada através dela não o sobrepassam”. Ainda com o mesmo autor, essa imersão em um mundo em que não consegue dar sentido e ser destituído de um hoje, tampouco um amanhã, em uma posição a-histórica, o animal diferente do homem está impossibilitado de assumir a vida, e, assim, não pode construí-la:

Os homens, pelo contrário, ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão, ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com o mundo, e com ou outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam nele, os homens, ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica, (FREIRE, 2014, p. 124).

Assim, destacamos esta compreensão como uma possibilidade de reflexão sobre os contextos sociais em que nos vemos inseridos, sobre as mudanças necessárias para transformá-los e sobre os fatores que permitem a manutenção de valores, representações, atitudes, que apoiam ou permitem a manutenção de um contexto social de classes, de relações hierárquicas e de privilégios para os bem-nascidos.

Acerca de tais delineamentos acima, Coutinho (2012) nos esclarece que, sobre uma época neoliberal à luta de classe, esta, ainda premente, não se observa uma real conquista de novos direitos, mas

uma manutenção e luta dos que já foram alcançados, sem um espaço profícuo a reivindicações dos sujeitos que os clamam. Observa-se que os espaços de reivindicação das demandas sociais passam a enfrentar, em nome da economia política do capital, a tentativa em eliminar tais direitos já conquistados, como os direitos trabalhistas, saúde pública, dentre outros.

Para Freire (2001), a sociedade tradicionalista procura, através de uma padronização de nossas semelhanças, uma construção de núcleos que possam de forma mais simples exercer um controle. Já aqueles, entretanto, que seguem o caminho antagônicos são renegados, excluídos e caçados em suas singularidades.

Para tanto, esta padronização não se limita a um ato de negação ou mera exclusão, mas-sim como um projeto articulado em suas bases históricas<sup>7</sup> e elitistas, a fim de obter mecanismos que possibilitassem uma consolidação do poder estatal, elemento indispensável ao desenvolvimento capitalista.

Sobre este cenário, observamos uma representação política, inicialmente vinculada a uma concepção colonialista decorrente de nosso próprio contexto histórico, a partir de uma transformação ou rompimento decorrente de um cenário de uma autoridade representante do povo para um representante do Estado em face do povo, o que de certa forma inviabiliza a representação de uma prática democrática atrelada a representações colonialistas, culminando, desta forma, em uma política populista, através de uma relação governante e governado por mediações pessoais, realizado sob a forma de tutela e de favor, encarnando e incorporando o poder, e não mais se distinguindo dele, aspectos favorecidos por ideologias neoliberais (CHAUÍ, 2000).

Ainda para a mesma autora, a conservação de uma sociedade colonial, marcada por uma hierarquia do espaço social, determina uma característica de verticalização em todos os seus aspectos, a partir de

---

<sup>7</sup> Os aspectos históricos, os quais foram pano de fundo à construção da identidade nacional, são tratados no trabalho "A construção da identidade nacional brasileira: necessidade e contexto" de autoria de Luís Fernando Tores Bastos, na Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 8 n. 15 – UFGD – Dourados, jan/jun - 2014

## IMPACTO SOCIAL

uma relação de quem manda, em grau de superioridade, a quem obedece, jamais sendo esse reconhecido como sujeito de direito. As relações dentre os iguais se manifestam através de uma cumplicidade, parentesco. Por sua vez, os desiguais assumem um caráter de clientela quando muito desigual, mostrando-se sobre a forma de opressão. Assim:

Porque temos o hábito de supor que o autoritarismo é um fenômeno político que, periodicamente, afeta o Estado, tendemos a não percebermos que é a sociedade brasileira que é autoritária e que dela provêm as diversas manifestações do autoritarismo político (CHAUÍ, 2000, p. 94).

Ainda sobre a mesma ótica, nossa sociedade pode assumir posicionamentos conservadores e economicistas, em sua maioria responsáveis pelos debates sobre os reais problemas sociais e os conflitos decorrentes. Esses problemas são colocados como produto de uma mera gestão de recursos, como possibilidade de mudança das dificuldades apresentadas. Lamentavelmente, esse fato faz criar uma falsa impressão dos reais problemas sociais, tratados como consequências econômicas, oriundas de um cenário capitalista e neoliberal, dando margem ao já mencionado assistencialismo político, em que o Estado ajuda o cidadão de forma passageira, para que ele possa andar como suas próprias pernas como em um verdadeiro passe de mágica ou adotando a escola, como solução para todos os problemas de nossa desigualdade, orientada através de uma abstração do indivíduo e de seu contexto social (SOUZA, 2009).

Esta falsa impressão pode ser descrita sobre inúmeras representações, dentre as quais a salvação pela apresentação de bons índices do Produto Interno Bruto (PIB). A esse respeito, verifica-se que o PIB no Brasil cresceu, entre os anos de 2000 a 2010, com um avanço de quase 102% decorrente, dentre outros aspectos, do aumento da exportação no período. Porém, contrário a este contexto, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil, em 2000, ocupava a posição 73<sup>a</sup>. Já no ano de 2010, essa posição passou para 85<sup>a</sup>, o que revela uma queda do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de

4,25%, portanto, dificultando uma compreensão quando apresentado de forma numérica sobre os reais problemas econômicos e sociais (CONSTANTINO, 2016, p. 234-235).

Ainda para Souza (2009), os reais fatores que possibilitam o entendimento da desigualdade social estão vinculados à transferência de valores imateriais, compreendidos como uma reprodução das classes, sendo uma herança imaterial completamente invisível para o economicista. Esses valores são apreendidos pelo conceito de *imateriais*, pois são capacidades e habilidades transmitidas de pai para filho, por mecanismos de identificação afetiva, assegurando uma reprodução de privilégios. Assim, o que é negado pelo Estado, mercado, ciência e o próprio senso comum é que não existe talento inato ou mérito, mas sim uma classe social certa a se nascer.

Dessa forma, o social no individual é esquecido, o que justifica e legitima a celebração de um mérito individual inexistente, apoiado desde uma terna infância, ou uma culpa individual daqueles que reproduzem a sua própria precariedade, compreendidos por adjetivos de preguiça, maldade ou mesmo culpa, um julgamento de privilegiados ou porção da população manipulada em sua inércia existencialista. Assim, Souza (2009, p. 85) pontua que “existe no fundo uma aliança secreta entre esse culturalismo do ‘mal de origem’ que nunca muda e a perspectiva economicista e liberal que afirma que toda mudança só pode vir da economia e do progresso econômico”, repercutindo em representações que se direcionam ao conceito de meritocracia.

Ao contrário, a Economia, aqui compreendida como ideia reducionista das reais causas da desigualdade, nos impõe uma forma de comportamento e existência baseados particularmente na aparência, a qual é assumida por um movimento desenfreado de consumo que possui como consequência a distinção entre classes, a estratificação das relações, ambientes e oportunidades. Nesse sentido, esse fato passa ainda a ocupar um papel de destaque como produtor de emprego e desenvolvimento do país, aspecto, dentre outros, que serve muito bem e de forma simplista ao que dever-se-ia buscar enquanto sociedade.

Outro aspecto que merece destaque refere-se ao movimento

ocorrido, em que oprimido, que, na mínima alteração socioeconômica, passa a ocupar o lugar de opressor, como que por negação ou afastamento da realidade anteriormente vivenciada. Para Freire (2014, p.44), “[...] em certo momento de sua experiência existencial, os oprimidos assumem uma postura que chamamos de ‘aderência’ ao opressor; “[...] para eles, o novo homem são eles mesmos, tornando-se opressores de outros”.

Para tanto, este contínuo movimento pode ser rompido a partir do momento em que os opressores, utilizando-se do outro e destituindo o seu direito de ser, são afastados dos seus mecanismos de opressão, restaurando sua humanidade perdida pelo uso da opressão. Assim, segundo Freire (2001, p.13) “a única liberdade que nos serve é a que conquistamos, não a que nos doam, vendem ou emprestam. Só poderemos ser livres às nossas custas” [...]. Esse fato configura o movimento como possibilidade de libertação não só do oprimido, mas do opressor.

Através de tais contornos acima, buscam-se acrescentar, em decorrência da formação do autor deste texto, compreensões do olhar da psicologia social crítica que, dentre outros paradigmas, se constrói pela intenção de intervir e de se apropriar de forma mais significativa da realidade social latino americana, rompendo com uma psicologia de contornos mais experimentais, focadas no indivíduo.

### **Os catadores (as) sobre um olhar da psicologia social crítica.**

Partindo de uma proposta voltada para a Psicologia Social Crítica<sup>8</sup>, percebida como possibilidade de discussão sobre os contextos sociais acima destacados e permitindo interlocuções relevantes, faz-se necessário, em decorrência dos contornos teórico-epistemológicos do presente campo, destacar algumas mudanças de paradigma que vem servindo como indutora para uma atuação da

---

<sup>8</sup> A Psicologia Social Crítica é tratada no presente artigo através de uma abrangência que abarca a Psicologia Social Comunitária, Teologia da Libertação e a educação popular, estas enquanto movimentos contrários a uma psicologia Norte América, a fim de superar graves problemas sociais na América Latina.

psicologia que esteja comprometida com a realidade social.

Segundo Lima (2009), o surgimento da Psicologia Social Crítica parte também como uma resposta de intelectuais e pesquisadores da década de 1960 e 1970, vinculados a movimentos sociais e políticos em um período de crescente unificação de grupos que passaram a reivindicar regimes políticos, direitos e necessidades básicas. Foi um período em que os debates se pautaram sobre temas como subdesenvolvimento, sistemas de poder, economia, situações de desigualdade, etc.

Já em Ferreira (2010), observa-se que, no decorrer da evolução da psicologia social, distintos aspectos foram responsáveis pela sua estruturação em várias vertentes e modalidades, como assumida pela Psicologia Social Psicológica, predominantemente de bases experimentais e que ganhou seu espaço na América do Norte. Já a Psicologia Social Sociológica teve seu desenvolvimento na Europa, possuindo como preocupação os processos grupais e socioculturais, pautada, por outro lado, em uma abordagem preferencialmente orientada para a análise dos graves problemas sociais.

Nesse sentido, Gruda (2016) aponta que o desenvolvimento de tal perspectiva social crítica é decorrente de uma crise da psicologia social vivenciada na década de 1970, podendo ser caracterizada tão somente como psicologia crítica que aponta e nega o positivismo que, em nome de uma objetividade, termina se perdendo do ser humano. Assim, seguiu uma busca no sentido de superar uma individualização e divisão entre indivíduo e sociedade, passando a compreender a sociedade e os indivíduos como produtos histórico-dialéticos.

Para Bock<sup>9</sup> (2007), as bases para construção de uma psicologia social engajada e voltada para um contexto brasileiro e latino-americano, de forma a contribuir com a superação de um contexto nítido de desigualdade e constituído por situações de opressão, requisitavam contornos teóricos que possibilitassem uma

---

<sup>9</sup> De uma forma mais ampla, Bock (2007) descreve aspectos da Psicologia Social Crítica, porém resgatando movimentos pioneiros através de um posicionamento comprometido com a transformação social proposta por Sílvia Tatiana Maurer Lane (2006).

compreensão do homem como integrante de um processo social. Dessa forma, o conhecimento promovido pela psicologia deveria ser orientado para uma compreensão dos distintos mecanismos de alienação, bem como da possibilidade para ampliação das consciências.

Partindo de tais esclarecimentos acima destacados, lançamos a Psicologia Social Crítica como paradigma que favorece e justifica em seus contornos a compreensão dos agentes sociais aqui tratados pela denominação de catadores (as) de materiais reciclados. Em concomitância e resgatando conceitos e compreensões que serviram de discussão, promovemos um diálogo neste campo de conhecimento e como destacado por Bock (2007), na tomada de consciência.

A partir da crítica à psicologia social, destacamos como primeiro conceito para compreensão dos catadores (as) a *união societal*, tratado no presente artigo através do entendimento de que o homem não pode ser observado através de um olhar descaracterizado do seu contexto social, o que é tratado por Lane (2006, p.16), segundo o qual "O homem não sobrevive a não ser em relação com outros homens. Portanto, a dicotomia 'Indivíduo X Grupo é falsa - desde o seu nascimento (mesmo antes), o homem está inserido num grupo social". Tal reflexão nos orienta sobre o papel do contexto social na reflexão individual de discursos tais como os expostos por Porto (2004, p.1511), referente à fala de um catador que expõe "Trabalho muito, mas nada dá certo", elemento que pode ser traduzido através da falácia do conceito de meritocracia. Sendo assim, observa-se que

"O contexto social converte-se assim em uma espécie de natureza, um pressuposto inquestionado, frente a cujas exigências "objetivas" o indivíduo deve buscar a solução para seus problemas de modo individual e "subjetivo" (MARTÍN-BARÓ, 1996, p. 13).

Através de tal entendimento, passamos para o segundo conceito que toma como referência um conjunto de pensamentos contrários a uma psicologia individualista, acrítica e que afirma a lógica neoliberal em suas práticas. Propomos, dessa forma, a definição de

*Conscientização*<sup>10</sup>, como elemento de atuação orientada por uma psicologia política, que visa a uma ação social, no sentido de transformar ou construir uma verdade política e social, como observada abaixo:

É a imagem nacional que sustenta a relação de explorador e explorado, supervalorizando o trabalhador alegre e ocultando, assim, a imagem de trabalhador explorado e alienado. O explorador promove a ideologização da imagem nacional que estimula o trabalho alienador exigido pelos fatores dominantes (FURTADO, 2000, p. 222).

É a partir de uma conscientização decorrente, dentre outros elementos, de uma relação dialética que a ideologia dominante produz discursos como os apontados por Teixeira (2015, p. 101), quais sejam, “Eu acho bom, já acostumei. Mesmo ganhando “mixaria”, fazer o quê? Ficar em casa para não ganhar nada?” Percebe-se uma catadora que se resigna com o contexto em que se encontra imersa, e que impossibilita uma tomada de consciência, utilizando-se de mecanismos ideológicos que impedem reflexões que a faz repensar sua condição de oprimido.

Sobre esta tomada de consciência, Martin-Baró (2006) trará o psicólogo como facilitador de um processo em que as pessoas possam assumir seu destino, tomando a direção de sua vida, o que é possível só pela superação de uma falsa consciência, alcançada por um saber crítico sobre si mesmo. Na perspectiva acima, as pessoas devem servir-se de sua própria palavra, caminhando para uma sociedade de oportunidades, para que esses sujeitos possam se desenvolver por suas práxis<sup>11</sup>, significando mudanças materiais neste

---

<sup>10</sup> O presente conceito é utilizado tomando como referência a compreensão de Ignacio Martín-Baró e sua compreensão sobre o papel do psicólogo em relação ao alienado e sua condição social, propondo uma psicologia política visando a uma ação social.

<sup>11</sup> O conceito de práxis utilizado refere-se ao postulado por Freire, em que teoria e prática se unem na ação ativa e libertadora, sempre mediada pela dialogicidade como método e pela horizontalidade como ontologia. Porém, é percebida também como uma ligação, as quais decorrentes das influências do presente autor. Assim, deve-se logo observar que quando se fala em “filosofia da práxis”, estamos nos referindo ao pensamento mais peculiar engendrado pelo marxismo. Gramsci deixa claro que os “fundadores da filosofia

desenvolvimento.

Para Bock, (2009), tal conceito retrata um homem cercado por objetos e significados já desenvolvidos por outrem, passando a se apropriar deste mundo cultural e desenvolvendo seu sentido próprio, através de uma produção sobre o mundo, sobre si mesmo e sobre os outros. Esta produção existencial se dará por meio de elementos tais como a realidade objetiva e social, mas que é própria do indivíduo que a produz, sendo capturada, dentre outras formas, pelas representações sociais decorrentes da linguagem, as quais concebem a expressão da consciência.

O discurso da catadora, através de uma lógica que se restringe por duas escolhas, pode vir a significar não uma restrição ou limitação consciencial, decorrente de uma construção de identidade, mas de um contexto ou atividade, enquanto elemento de apropriação do mundo tão restritivo em possibilidades que tais obstáculos passam a não mais pertencer ao campo de consciência do sujeito por uma caminhada de negação de direitos.

Essa tomada de consciência retratada sobre a fala do catador, a qual é colocada como elemento de exemplificação para a unidade compreendida por *conscientização*, é retratada como elemento ou ferramenta da práxis dos que se propõem a trabalhar a partir de uma concepção de Psicologia Social Crítica. No entanto, não é tratada no presente artigo como elemento exclusivo dos nomeados oprimidos, mas sim ganhando uma amplitude ainda maior, como podemos observar a partir da compreensão do termo social para a psicologia pontuado por Lane<sup>12</sup>:

“vamos acabar com essa subdivisão da psicologia 'social'?”. Eu digo não. Ela tem uma função histórica que é a de estimular a reflexão crítica da prática do psicólogo, seja onde for: seja psicólogo do desenvolvimento, no trabalho com a criança, seja o psicólogo clínico

---

da práxis” são Marx, Engels e Lenin (CORREIA, 2008; SEMERARO,2005).

<sup>12</sup> A autora promove a discursão de uma psicologia que não pode ser descrita como psicologia social enquanto subdivisão, visto que todo campo de saber da psicologia é social, sendo essa uma entrevista realizada por Antonio da Costa Ciampa através da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO.

## IMPACTO SOCIAL

que trabalha em seu consultório, seja o psicólogo do trabalho, dentro da empresa, subordinado à empresa...Eu acho que, simplesmente, nesse momento temos que estimular essa reflexão crítica. Quem é o psicólogo dentro de uma sociedade? O que ele está fazendo? O que ele está produzindo? O que ele faz com seu semelhante? O quanto ele é preventivo? O quanto ele é curativo? O que significa ser preventivo e ser curativo? (CIAMPA, 1996, p. 3).

Resgatamos, assim, a partir de uma compreensão ou reflexão da presente autora, o apontamento de uma dupla tomada de consciência, tanto pelos agentes tidos como facilitadores deste processo, como daqueles tidos como oprimidos, que tiveram seus direitos sociais básicos negligenciados pelo Estado. Com isso, percebemos que tais reflexões assumem tais finalidades em decorrência desse rompimento com uma Psicologia social que tem seu desenvolvimento comprometido com os objetivos da sociedade norte-americana do pós-guerra, que precisava de conhecimentos e de instrumentos que possibilitassem a intervenção na realidade, de forma a obter resultados.

A partir de tais orientações, chegamos ao terceiro conceito *Identidade*<sup>13</sup>, compreendida como algo fluido e em constante transformação, decorrente das relações sociais que passam a produzir identidade e diferença, a partir de imagens que classificam o sujeito, permitindo um substrato identitário. Com isso, as sociedades apresentam as identidades que vão ser incorporadas pelos indivíduos e que, apesar de estabelecerem padrões de papéis sociais mutáveis, funcionarão em oposição umas às outras dentro de estruturas sociais, nas quais tal construção identitária decorrerá através da história e funciona, no contato entre os indivíduos, existindo uma forma parcial de ser dentro das representações de ser humano (CIAMPA, 2001).

---

<sup>13</sup> O conceito de *identidade* aqui utilizado parte de uma proposta apresentada por Antônio da Costa Ciampa e desenvolvida através de um compromisso decorrente de uma psicologia social historicamente situada. Portanto, o presente autor nos define tal conceito como sendo paradoxalmente diferença e igualdade ao mesmo momento em relação aos outros, sendo ainda algo que une a subjetividade e objetividade, pois sem isso, a primeira enquanto desejo não se concretiza e a segunda finalidade sem realização (Ciampa, A. C. A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense. 2001).

Contextualizamos, dessa forma, a importância de resgatarmos o conceito de Identidade, discutindo-o a partir do relato de uma catadora decorrente de um trabalho de Miura (2013), que propôs reflexões sobre o sofrimento ético-político decorrentes da execução de atividades laborais desta classe de trabalhadores. Dessa forma, é colocado por Érica:

“Você está mexendo no lixo e passa gente desconhecida. Você já fica com vergonha. Imagina uma pessoa conhecida, olha pra você, nem chega perto, vai pra longe e fica rindo da sua cara. Mas fazem tudo isso, passando a mesma necessidade que eu. Eu fui pro lixo por necessidade e pegava as coisas porque eu não queria morrer, eu tinha que sobreviver. E quando eu chegava em casa, eu lavava o que tinha que lavar, o que tinha que esquentar, eu esquentava, o que tinha de guardar no armário eu guardava, e o que tinha de guardar na geladeira eu guardava. E aquelas mesmas pessoas que tiravam sarro de mim chegavam e falavam: “Érica, tem três dias que eu não tenho que comer dentro da minha casa”. Aí eu chegava nelas e falava assim: “Olha minha geladeira está cheia, só que é do lixo. Você quer? ” Elas aceitavam. Ela não foi catar no lixo, mas encontrou lavadinho do lixo na minha geladeira, e eu dividi pra ela comer, depois pediram perdão pelo que tinham feito. Eu falei: “A única diferença é que eu enfrentei a vergonha e fui lá, e você veio às escondidas buscar aqui na minha casa” (MIURA, 2013, p. 335-336).

Diante do exposto, observamos uma reflexão do eu que se percebe e é construído através dos seus pares, em um movimento que se dá inicialmente no meio externo, decorrente de suas relações, passando por uma internalização em que o self descarta e enfatiza aquilo que a consciência capturou. Assim, tal movimento é descrito por Miranda (2014) como algo indissociável da atividade que o sujeito realiza, sendo considerado produto e produtor nesta passagem entre autor e personagem, construindo-se através das atividades sociais em um determinado momento histórico. Com isso, a tentativa de compreender o sujeito implica seguirmos as constantes transformações, ou seja, as distintas representações que possam acomodar expressões e impressões do mesmo.

Para Alves (2017), segundo contornos decorrentes dos

postulados por Ciampa (2001), as políticas de identidade se apresentam através das ações e ideologias decorrentes de grupos ou coletividades, os quais podem ser exemplificados pelo movimento feminista, movimento negro, movimento LGBT, religiões, torcidas organizadas, dentre outros, sendo tais atividades um caminho para uma tentativa de conquista, manutenção de uma hegemonia, ou como luta por uma emancipação.

Observamos, dessa forma, mais um elemento constitutivo de um paradigma que nega uma noção estreita do social, considerando apenas a relação entre as pessoas, para um olhar mais amplo, no qual, ao mesmo tempo em que vão construindo a realidade social, passam a construir o próprio indivíduo, em um posicionamento mais crítico em relação à realidade social.

Voltamo-nos nesta fase final para resgatar um conceito que repercutirá tanto sobre os caminhos propostos pela Psicologia Social Crítica quanto sobre suas intervenções na construção de um cenário em que a própria ciência psicologia, orientada por pensamentos positivistas em suas raízes deve passar por meditações quanto as suas práxis. Partindo desta exposição, propomos o quarto conceito, *Reflexão epistemológica*, como caminho mais nítido dos objetivos.

Para Sawaia (1998), com a crise no paradigma científico e a dúvida quanto aos pressupostos básicos de neutralidade, são requisitadas pelas ciências novas formas de se pensar o homem no mundo, pela transformação de elementos centrais do final do século, como subjetividade, emoção, individualidade e intimidade no caminho para forças libertadoras, tornando nossa responsabilidade a escolha do tipo de conhecimento que queremos produzir, sendo a psicologia pressionada a enfrentar tais questões.

Sobre tais compreensões, Gonçalves (2015) aponta que a psicologia social, assim como as demais ciências, em especial as humanas, tem enfrentado desafios quanto a sua formação, como possibilidades de contraponto na intervenção das mazelas concebidas pelo próprio homem em seu contexto social e de classe. Tal fato também repercute em questões decorrentes da teoria e metodologia utilizadas no Brasil. Por um lado, os representantes da ciência

tradicional são chamados de intelectuais sem prática. Por outro, seus opositores, ao considerarem que suas intervenções são ideologicamente contaminadas, concluem que essas não contribuem para atender aos problemas teóricos colocados pela psicologia social.

A partir do que foi descrito, a adoção de um paradigma da psicologia social que se propõe a uma suspensão de objetivos, métodos e práticas pode ser caracterizada como um comprometimento no caminho a um posicionamento teórico-prático ainda mais engajado, o que repercute de uma forma significativa nos conceitos apontados como relevantes na compreensão do universo dos catadores (as).

### Considerações finais

Este estudo, de cunho ensaístico e teórico, intencionou-se pela realização de um diálogo sobre o conjunto de trabalhadores denominada de catadores (as) de materiais reciclados, através de uma reflexão sobre elementos que permeiam esta atividade, possibilitando reflexões para um possível romper dos homens com os elementos que o oprimem, seja de ordem externa, assumida pelos contornos de um Estado e suas limitações na promoção de cidadania, ou por representações pessoais decorrentes de uma infância e maturidade desenvolvidas sobre o véu de hipocrisias e mecanismos de manipulação perspicazes.

Destacamos a relevância na mudança de paradigma em relação ao lixo *versus* material reciclado, e sua repercussão para o trabalho secular exercido por pessoas que, ao longo de suas vidas, não tiveram seus direitos garantidos, mas que além de um “trabalho” extremamente insalubre, contribuíram de forma significativa com o coletivo sobre ações de contornos ecológicos. Tal fato repercutirá sobre sua própria identidade, a qual, a partir da atividade desempenhada, por muito tempo, foi motivo de vergonha, representação que aos poucos se vê transformada.

Diante deste contexto, resgatamos a Psicologia Social Crítica, enquanto possibilidade de parceria e dialogicidade entre tais agentes,

em sua relevância, a partir de um olhar mais contextualizado, construindo ciência a partir de um contexto nítido de desigualdade e constituído por situações de opressão. Sendo assim, foram resgatados os conceitos de *união societal*, a partir de um entendimento de homem indissociável de seu contexto social; *conscientização*, retratando a psicologia em seus agentes como facilitador deste processo, bem como os mecanismos entrelaçados a tal processo; *identidade*, construída a partir de orientações intrínsecas e extrínsecas e decorrentes do social e, por último, a discussão do conceito de *reflexão epistemológica*, partindo do entendimento de que a ciência, enquanto instituição social e, como tal, passa a ser um objeto de análise como qualquer outro. Da mesma forma que os experimentos e seus sujeitos estão engajados na interação social, como todos os demais, deixamos como questionamento: qual a finalidade da comunidade científica quanto a um *zeitgeist*<sup>14</sup>? Criticá-lo ou transformá-lo?

O ambiente em comunidade é sempre complexo, ainda mais quando nele nos inserimos e o somamos a questões pessoais. Assim, notadamente a vivência em um mundo em que a lógica vigente perpassa o ter em relação ao ser, podemos perceber um espaço afetado e afetante desta lógica. Portanto, é através das trocas entre a comunidade e o profissional que poderemos traçar caminhos mais nítidos e práticas mais contextualizadas com a realidade vivida.

O presente trabalho, no entanto, não possuiu como objetivo esgotar os diferentes pontos de interseção entre os elementos “reciclagem”, “trabalho”, “catadores (as)” e “psicologia social”, mas tentar uma interlocução entre os mesmos, no sentido de propiciar a reflexão sobre o contexto em que vivemos e promover a cidadania.

---

<sup>14</sup> O presente conceito é retratado como elemento facilitador de uma compreensão da história da psicologia, decorrentes de elementos científicos e culturais, sendo traduzido como: “ambiente intelectual e cultural, ou espírito do período (SCHULTZ, Duane P. E SCHULTZ, Sydney Ellen. *História da psicologia moderna*. São Paulo: Thomson, 2004, p. 26).

### Referências bibliográficas

ALVES, C. P. Políticas de identidade e políticas de educação: estudo sobre identidade. Rev. Psicologia e Sociedade. v. 29, 2017.

BANDEIRA, M. O bicho. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/teorialiteraria/4330276>> Acesso em: 3 de maio de 2015.

BOCK, A. M. B. et al. Sílvia Lane e o projeto do “compromisso social da psicologia”. Psicologia & Sociedade; 19, Edição Especial 2: 46-56, 2007.

\_\_\_\_\_; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias uma introdução ao estudo de psicologia. 13ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CASTRO, R. F. Um ano para consolidar o crescimento no setor. Disponível em< <http://www.abralatas.org.br/um-ano-para-consolidar-o-crescimento-do-setor/>> Acesso em: 26 de jun. de 2018.

CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, p. 346 - 541, 2004.

\_\_\_\_\_. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CIAMPA, A. C.; ARDANS, Omar. & Satow, Suely. Parar para pensar... e depois fazer. (entrevista com Sílvia T. M. Lane). Rev. Psicologia & Sociedade. v. 8, nº1, p. 3-15,1996.

\_\_\_\_\_. A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense. 2001

CONSTANTINO, M. et al. Desenvolvimento Regional do IDH do PIB per capita dos municípios de Mato Grosso do Sul, Brasil, entre 2000 e 2010. Rev. Interações. v. 17, nº 2, p. 234-246, 2016.

COUTINHO, C. N. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? Rev. Novos Rumos. v. 49. nº 1, p. 117-126, 2012.

DEMAJOROVIC, J.; LIMA, M.. Cadeia de reciclagem: um olhar para os catadores. São Paulo: Senac, p. 41-42, 2013.

EIGENHEER, E. M. Lixo a limpeza urbana através do tempo. Porto Alegre: Campus/Elsevier, p. 25, 2009.

PEREIRA, N. J. T. Quanto vale nosso lixo. Viçosa: Instituto Estadual de Floresta. Governo de Minas Gerais e UNICEF, p. 9-16, 1999.

FERREIRA, M. C. A psicologia social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. Rev. Psicologia: Teoria e Pesquisa. v. 26, p. 51-64, 2010.

FIGUEIREDO, P. J. M. A sociedade do lixo, os resíduos, as questões energéticas e a crise ambiental. 2º ed. Piracicaba: UNIMEP, p. 240, 1995. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2941:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2941:catid=28&Itemid=23)> Acesso em: 26 Out, 2014.

FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 21ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. Pedagogia do oprimido. 58ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 44-123, 2014.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da autonomia. 50ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 14ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. Extensão ou comunicação. 17ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

## IMPACTO SOCIAL

FREIRE, R.; BRITO, F. Utopia e Paixão: a política do cotidiano. 13ª. ed. São Paulo: Trigramma Editora e Produções Culturais, p.13, 2001.

FURTADO, O. Psicologia e compromisso social – base epistemológica de uma psicologia crítica. Rev. Psicol. Soc. Instit. Londrina, v.l. 2, nº. 2, p. 217-229, dez., 2000.

GONÇALVES, R. M. P; YAMAMOTO, O. H. Fundamentos teórico-práticos da psicologia social: um debate histórico e necessário. Rev. Psicologia Política. São Paulo, v. 15, nº. 32, p. 17-31, 2015.

GRUDA, M. P. P. Breves considerações, comentários e ideias acerca de uma psicologia social crítica. Rev. Pesquisa Práticas Psicossociais. v.11, n. 2, São João del-Rei, dez, 2016.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, Mar. 2003.

LANE, S. T. M. Psicologia social o homem em movimento. 13ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LIMA, A. F. et al. Psicologia social como psicologia política? A proposta de psicologia social crítica de Sílvia Lane. Rev. psicol. polít. vol.9, nº.18, São Paulo Dez., 2009.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. Estudos de Psicologia. 2(1), 7-27. 1996.

\_\_\_\_\_. Hacia uma psicologia de la liberación. Intervención Psicosocial y Psicología Comunitaria. Vol. 1, nº 2, p. 7-14. Ago 2006.

MASI, D. O ócio criativo. Rio de Janeiro: Sextante, p. 48, 2000.

MIRANDA, S. F. Identidade sob a perspectiva da psicologia social crítica: revisitando os caminhos da edificação de uma teoria. Rev. Psicologia, Fortaleza, v. 5, nº. 2, p. 124-137, 2014.

## IMPACTO SOCIAL

MIURA, P. O; SAWAIA, B. B. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. Rev. Psicologia e Sociedade. vol. 25, nº 2, p. 331-341, 2013.

MUCELIN, C. A; BELLINI. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. Rev. Sociedade e Natureza. vol. 20, nº 1, p. 111-124, 2008.

PORTO, M. F. S. et al. Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(6):1503-1514, nov. –dez., 2004.

SAWAIA, B. B. A crítica ético-epistemológica da psicologia social pela questão do sujeito. Rev. Psicologia e Sociedade. Vol. 10, nº 2, p. 117-136, 1998.

SOUZA, J; GRILLO, A. (et. al.). A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, p. 85, 2009.

TEIXEIRA, K. M. D. Trabalho e perspectivas na percepção dos catadores de materiais recicláveis. Rev. Psicologia & Sociedade. v. 27, nº1, p. 98-105, 2015.



# PROJETO RONDON®

## MINAS E VOLUNTARIADO UNIVERSITÁRIO: UMA METODOLOGIA DE TRABALHO COMUNITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

*Profª. Dra. Mônica Abranches Fernandes<sup>1</sup>*

### Introdução

São 51 anos de história do Projeto Rondon®. Tudo começou em 1967, quando o avião DC-3 do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS - decolou rumo ao ex-Território Federal de Rondônia, transportando universitários de instituições de ensino superior do então Estado da Guanabara.

O que mais tarde seria denominado de PROJETO RONDON foi idealizado pelo Professor Wilson Choeri, Secretário Geral da então Universidade do Estado da Guanabara-UEG, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ, quando da sua participação no Seminário sobre Educação e Segurança Nacional, na Escola de Estado Maior do Exército, no segundo semestre de 1966. Um dos participantes do Seminário foi o Sociólogo e Professor da Universidade Federal Fluminense - Omar Fontana, que por indicação do Professor Choeri coordenou o grupo de 30 universitários da UEG, UFF e PUC/RJ para uma viagem de estudo e trabalho no antigo Território Federal de Rondônia, onde passaram um mês desenvolvendo atividades de levantamentos, pesquisas e assistência social nas áreas de educação, saúde e engenharia. Verdadeira atividade de Extensão “extra-muros” da

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Professora Universitária, Especialista em Políticas Públicas, Mestre em educação pela UNICAMP/SP e Doutora pela PUC Minas em Tratamento da Informação Espacial. Presidente da Associação dos Rondonistas de MG nos mandatos: 2005/2010, 2010/2013 e Presidente do Instituto Ronond Minas no mandato 2016/2019.

## IMPACTO SOCIAL

Universidade com a participação e integração de Instituições de Ensino Superior – duas públicas e uma privada.

Os universitários, no contato direto com o meio ambiente amazônico e com as populações da região, vivenciaram e sentiram um Brasil diferente das áreas urbanas e desenvolvidas do Rio de Janeiro. Os acadêmicos de medicina e odontologia prestaram assistência aos “ribeirinhos” em suas áreas de conhecimento. Os alunos de educação trabalharam com as professoras locais. Os de engenharia ajudaram os militares do 5º BEC na construção de uma rodovia. “Tiveram uma verdadeira ‘Aula de Brasil’ e sentiram a grandeza deste País que não é ensinada nas Universidades” (trecho do Editorial de O GLOBO, Rio de Janeiro, 09 de agosto de 1967, com o seguinte título: O SABOR DA GRANDEZA).

Durante anos, os universitários brasileiros, através do Projeto Rondon, colocaram o seu conhecimento científico a serviço do desenvolvimento de cidades do interior através das Operações Nacionais (atuação em comunidades de outras regiões de localização das universidades), Operações Regionais/Estaduais (atuação das equipes na mesma região ou estado da localização das universidades), as Especiais (normalmente em fins de semana nas periferias das cidades sedes das universidades), e os “Campi” Avançados, estrutura organizada para atuação permanente de uma universidade em outra Região Geográfica. Por alguns anos essas ações foram realizadas no âmbito governamental quando o Governo Federal instituiu a Fundação Projeto Rondon que atuava por todo o país, através do Ministério do Interior.

No ano de 1990, a Fundação foi extinta e no ano seguinte, os ex-funcionários do PROJETO RONDON e os Rondonistas que tinham participado de suas Operações, iniciaram as tratativas para a criação de uma Organização Não Governamental para continuar com as suas Operações. Assim, em 1990 foi criada a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS RONDONISTAS, hoje uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) qualificada pelo Ministério da Justiça. Essa Associação é a detentora do nome PROJETO RONDON® e de sua logomarca, de conformidade com o Certificado de Marca N°

## IMPACTO SOCIAL

821.062.247, de 2001, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, Lei N° 9.279/1996. O próximo passo foi implementar sedes do Projeto Rondon em todos os estados do Brasil, o que aconteceu até o ano de 2005 quando a Associação de Rondonista de Minas Gerais foi inaugurada em Belo Horizonte.

O Projeto Rondon® seguiu em frente com suas intervenções no interior do país, a partir das ações regionais das sedes do Projeto implantadas nos Estados e atuando sempre com o duplo objetivo de: 1) preparar os universitários do país de forma que tenham profissionais tecnicamente competentes e eticamente comprometidos com a realidade brasileira para o seu desenvolvimento; e 2) contribuir, prioritariamente, com o desenvolvimento local e integrado das comunidades que ainda residem em cidades com baixo índice de desenvolvimento humano.

Ao longo dos anos, o Projeto Rondon® atuou com muitos parceiros para a viabilização de suas atividades através de parcerias com governos dos estados e governo federal, empresas privadas interessadas em investir na responsabilidade social, outras ONGs que se associaram ao Projeto para ações conjuntas. Essas parcerias permitiram não só a sustentabilidade do Projeto Rondon® e dos projetos efetivados nas cidades, e ainda a troca de conhecimentos e de metodologias/tecnologias sociais, que hoje, se somam para fundamentar o trabalho comunitário realizado pelas equipes do Projeto Rondon®.

Em 12 de março de 2014, os Rondonistas, em Assembleia Geral, resolveram – por determinação unânime – mudar o nome da Associação Nacional dos Rondonistas para INSTITUTO PROJETO RONDON®.

A missão do PROJETO RONDON® sempre foi mobilizar os universitários, de forma voluntária, em estreita articulação com as Instituições de Ensino Superior, os governos – em seus três níveis – e a sociedade civil, objetivando despertar uma consciência crítica a respeito das realidades nacionais e, também, contribuir para solucionar os desafios do desenvolvimento local das cidades visitadas nas áreas de geração de renda e oportunidades, saúde, educação, assistência

social, cultura, habitação e meio ambiente.

Esse trabalho já desenvolveu importantes projetos nas cidades para garantir a implementação de políticas públicas e de direitos básicos às populações locais. Experiências de organização de cooperativas, de gestão do lixo urbano, de capacitação de professores da rede pública estadual e municipais, formação para o trabalho e incentivo ao empreendedorismo local, valorização da pessoa idosa e da pessoa com deficiência, ações de assessoria às prefeituras e entidades sociais, de recuperação de áreas degradadas do meio ambiente, de atuação com comunidades quilombolas e indígenas, de desenvolvimento de diagnóstico e planejamento participativos, são alguns dos resultados que fazem da experiência do Projeto Rondon® um modelo de ação integrada e coletiva em nome do bem comum e da qualidade de vida humana.

O Projeto Rondon®, atualmente, se alinha e faz de suas ações uma forma de contribuir com os ONU/ODS – Agenda 2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)<sup>2</sup>, principalmente nas seguintes linhas:

- Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
- Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
- Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
- Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

---

<sup>2</sup> Foram concluídas em agosto de 2015 as negociações que culminaram na adoção, em setembro, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por ocasião da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Processo iniciado em 2013, seguindo mandato emanado da Conferência Rio+20, os ODS deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Fonte: [www.itamaraty.gov.br](http://www.itamaraty.gov.br)

## IMPACTO SOCIAL

- Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
- Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
- Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

### **Sobre o Trabalho Comunitário e Extensão Universitária: base teórico-metodológica do Projeto RONDON®**

O Projeto RONDON® desenvolveu uma metodologia de ação que pode ser totalmente reaplicável/multiplicada, haja vista que seus procedimentos são experimentados e realizados em todo o território nacional, em uma ação coletiva entre as sedes do Projeto nos Estados brasileiros. Seu sucesso se deve a escolha pela implantação de uma rede solidária de entidades públicas e privadas em prol do desenvolvimento do país e a força do voluntariado universitário, criativo e inovador.

O Projeto RONDON®, desde sua criação na década de 60, tem como diretriz a preocupação com a formação cidadã de universitários brasileiros, através de ações onde os estudantes poderiam conhecer e contribuir com a realidade dos municípios visitados pelas operações nacionais do Projeto RONDON®, principalmente no interior da Amazônia e municípios nas regiões do sertão nordestino.

Classificamos nossa atuação coletiva como uma ação de protagonismo da **juventude universitária** que pode utilizar sua criatividade, aprendizado e força para desenvolver ações transformadoras para a melhoria da qualidade de vida das cidades visitadas. Os universitários vivem um momento muito fértil de formação acadêmica e conhecimento e o encontro com realidades tão

## IMPACTO SOCIAL

adversas é capaz de produzir também futuros profissionais mais comprometidos com a questão social de nosso país.

O projeto atuando junto aos municípios tem como proposta garantir os direitos sociais das famílias atendidas por nossas ações realizando um trabalho social com idosos, desempregados, gestantes, jovens, crianças, mulheres, comunidades quilombolas e indígenas, professores da rede pública, artistas locais, agentes comunitários de saúde, pessoas com deficiência, lideranças comunitárias, conselheiros municipais e tutelares e servidores públicos. A expectativa de atendimento é de pelo menos 30% da população no período de 02 anos (24 meses) de trabalho nas comunidades.

Todo esse trabalho realizamos com a ajuda de pessoas e entidades parcerias públicas e privadas que podem ser colaboradores financeiros, de doação de materiais, de doação de tempo de seus quadros profissionais, parceiros de empréstimo de materiais, equipamentos e espaços de trabalho/capacitação. O Projeto visa a organização de uma rede solidária para o atendimento às demandas e necessidades das comunidades visitadas e tem como uma das metas a criação de Grupos de Referências com atores locais para dar continuidade às ações, bem como serem interlocutores com as equipes do Projeto Rondon® quando estas retornam às capitais dos Estados.

Temos como expectativa de atuação do Projeto Rondon® elaborar e executar ações/projetos que possam melhorar a qualidade de vida e ampliar oportunidades locais, incentivando um espírito empreendedor e participativo na população, a fim de elaborarem estratégias para seu desenvolvimento.

Nas comunidades atendidas, as ações do projeto se iniciam pelo diagnóstico local e participativo realizado na área urbana e rural e a realização de outras atividades socioeducativas acordadas com a prefeitura e lideranças locais. Outras ações são planejadas, posteriormente, para atender as prioridades e demandas apontadas pelo diagnóstico realizado. Cada um dos municípios participantes recebe um relatório sobre a situação da população em vários aspectos sociais, econômicos e culturais e essas informações serão

importantes para as ações de planejamento da prefeitura, do Projeto Rondon® e das entidades locais a fim de subsidiar outras ações nas comunidades.

A base do trabalho realizado vem da parceria com as Instituições de Ensino Superior, através da extensão universitária, que agrega alunos em processo de formação em ações sociais voltadas para o desenvolvimento da sociedade. É um processo que permite colocar o saber científico produzido pelos universitários a serviço das comunidades.

Nessa perspectiva, o Projeto RONDON® desenvolveu, nessa parceria, uma **metodologia de trabalho comunitário** que insere a expertise de cada área de conhecimento nas diversas etapas de ações para o desenvolvimento comunitário de territórios em situação de vulnerabilidade social.

A extensão universitária deve ser entendida como o processo pelo qual alunos, professores e funcionários trabalham juntamente com a comunidade a fim de melhorar a sua qualidade de vida. Essa forma de conceber a operacionalização da extensão surge da crença de alguns educadores e trabalhadores sociais de que a Universidade deve ser, para a comunidade, um agente facilitador onde os diferentes grupos se encontram e se organizam num processo de ensino-aprendizagem coletivo. A prática social dos universitários deve se integrar na sociedade e interagir com ela, através da adequação dos currículos à sua realidade e permitir a participação de todos os indivíduos na construção e na avaliação de projetos sociais, o que a caracterizaria como um agente de promoção da comunidade.

Na sua atuação fora do espaço da academia é preciso entender que essa prática dos universitários não é atendimento emergencial de problemas sociais da comunidade e não significa transferir para as camadas populares toda a responsabilidade, retirando a obrigação do Estado. Tampouco, objetiva a resignação ao estado de pobreza, mas sim a melhoria da qualidade de vida destes grupos e a promoção de sua organização política e social.

A relação prioritária dos universitários com a realidade exterior às universidades é de que o conhecimento produzido por ela pertence

a sociedade e a ela deve servir. Em tempos atuais, essas orientações devem ser constantemente revistas e ampliadas, considerando-se que é necessário acompanhar as mudanças do país em seus vários níveis. A transição política, a crise ética, o aumento da miséria econômica e o empobrecimento social exigem dos educadores e futuros trabalhadores uma revisão de suas teorias e de suas práticas, obrigando estes a desenvolver novas formas de conceituar o mundo diante de constantes transformações.

Portanto, o trabalho comunitário realizado a partir da extensão da universidade, tem em sua atuação a característica de intervir diretamente no seio da comunidade e não poderia deixar de acompanhar essas transformações e responsabilizar-se pela multiplicação desses novos princípios que nortearão as relações sociais e políticas na sociedade.

Nessa perspectiva as experiências de voluntariado universitário como o Projeto Rondon® contribuem significativamente para a execução e a reflexão das novas responsabilidades das universidades brasileiras. Suas atribuições passa pela articulação das experiências de trabalhos comunitários realizados pelas equipes de universitários voluntários, permitindo a troca de conhecimento e o compartilhamento de recursos e técnicas empregadas nos diversos campos de atuação, além da condução de um processo de avaliação permanente de nossas ações.

A partir dessas reflexões considera-se que essa experiência traz para alunos e professores a oportunidade da convivência e o envolvimento com realidades sociais diferentes e outras culturas, o que instiga a formulação de novas interrogações sobre a dinâmica das relações sociais, sobre os problemas socioeconômicos do país, sobre a cultura nacional e local e sobre a questão da solidariedade, questões essas que poderão ser concretizadas em discussões ampliadas na universidade através de pesquisas e no ambiente da sala de aula.

Acredita-se que a experiência vivenciada por essa nova relação social e política poderá trazer aos seus participantes (alunos, professores, setor público e privado, comunidade) a possibilidade de desenvolver um aprendizado político e social de suas relações

## IMPACTO SOCIAL

pessoais, institucionais e comunitárias, caracterizando então uma participação realmente responsável e qualitativa na gestão do espaço e das questões de interesse público. Nesse sentido, a extensão é uma ação pedagógica que contribui para a formação de profissionais cidadãos tecnicamente competentes e comprometidos com uma sociedade mais justa.

Considerando, então, o trabalho comunitário como uma possibilidade de atuar nos campos da educação, da organização social e da formação política, esse pode operar, a partir de uma função de educação para cidadania, em várias áreas da sociedade. Gadotti (1993) analisa o papel da educação comunitária, nos países capitalistas em que essa vem se constituindo em uma grande força:

“(1) Força Social, como educação dos movimentos sociais, tais como o movimento ecológico, o movimento pelos direitos civis, etc.; (2) Força política, como educação para cidadania [...]; (3) Força econômica, [...] valorizando a autonomia e a ação produtiva direta, independente do Estado.” (grifo nosso).

Nesse sentido, a atuação dos universitários no Projeto Rondon® pode, então, atuar e contribuir com realidades diversas dependendo do contexto histórico de cada comunidade e reorganizar sua atuação em torno da proposta de se tornar um elemento integrador de todo um processo que conduza as sociedades a assumirem a condição de atores reais e conscientes dos processos sociais. Define-se, então, um princípio de educação para a participação política ativa e consciente da sociedade.

Dentre as transformações que vêm se instalando na sociedade, novos espaços e relações sociais vão emergindo, destacando-se: a valorização do espaço comunitário, do "poder local, de "grupos de base", etc., como espaço de grande potencial político e social; e uma nova orientação para as relações entre o Estado e a sociedade civil, que assume um caráter cooperativo e participativo. A emergência da participação popular toma força, como resultado da construção de uma identidade comunitária que retorna ao movimento de reação contra a injustiça social e pela cidadania.

Gutiérrez (1988) afirma que,

a participação, quando existe de fato, é necessariamente educativa. Em outras palavras, a participação educa, porquanto propicia níveis cada vez mais elevados de consciência e organicidade. Na medida em que produz essa participação consciente e orgânica do grupo comunitário, dar-se-ão ações concretas de transformação social e, dessa maneira, consegue-se influir, direta ou indiretamente, na transformação da realidade.

É nesse sentido que devemos refletir sobre a dimensão comunitária nas ações de extensão das universidades da seguinte maneira: a partir da descoberta do potencial do fazer cotidiano e da emergência de uma ação direta, uma ação popular nos vários níveis sociais, políticos, culturais e econômicos da sociedade. Trata-se de preparar a comunidade para ocupar espaços, sejam públicos ou privados, mas que lhe dizem respeito, que influenciam em suas condições de vida caso sejam alterados; trata-se de dissolver as relações com o Estado, através da participação, para em vez de conquistá-lo e destruí-lo, descentralizá-lo.

Tomando como base os princípios da atuação do Projeto Rondon® e o trabalho comunitário realizado, o que queremos é estabelecer esta experiência como parte de uma atuação que se encontra fundamentada pela concepção filosófica, política e operacional de educação para a cidadania e a formação política da comunidade. Filosófico no sentido de que, incentivando-se a participação comunitária e entendendo essa como um momento de aprendizado, promove-se uma atualização permanente das potencialidades dos indivíduos, além de processar uma maximização da humanidade do homem. Político, se considerarmos que, na experiência de gestão compartilhada dos projetos sociais, a comunidade estará inserida, diretamente, no contexto das decisões que afetarão o seu cotidiano e as relações entre os indivíduos na comunidade e da sociedade civil com o Estado, condizentes com o enfoque político dado à atuação da extensão no trabalho comunitário que incentiva a participação política e, por isso, encontra-se

## IMPACTO SOCIAL

comprometida com a gestão de uma cultura democrática para a sociedade. Operacional, porque a extensão distancia-se das rotinas tradicionais de apresentar à comunidade programas prontos, previamente determinados por um grupo gerenciador do sistema; ela inverte a ordem das coisas e prioriza a realização de um diagnóstico da comunidade, junto com ela, para conhecer seus anseios, problemas, necessidades e seu potencial para que o planejamento de atividades e de projetos sejam realizados.

Com a implantação do trabalho comunitário e com a presença da comunidade na elaboração das propostas, o que se pretende é alcançar a tarefa de descentralizar a concepção e a condução das políticas sociais, motivando um processo de resposta e iniciativa de baixo para cima. A experiência dos universitários no trabalho comunitário traria aos seus participantes a prática de uma ação política através de uma linguagem própria, popular, e adquirida com a vivência de seu cotidiano, e onde poderia também se preparar e se formar e informar para intervir em outros níveis sociais e políticos.

Resgatando os princípios do trabalho comunitário no que se refere ao envolvimento e à participação da comunidade, são estes condicionantes mutuamente inclusivos: só participa quem está envolvido e só se envolve quem participa. A participação não deve ser uma meta, mas uma condição e, portanto, transforma-se em aprendizado via colaboração mútua, desafios a enfrentar, reflexão sobre necessidades e correlação de forças frente a interesses diversos.

Para a comunidade, participar das ações do Projeto Rondon® significa integrar-se e opinar a respeito dos problemas e das soluções locais; pode significar, potencialmente, toda uma apreensão política e organizacional; representa a possibilidade de uma mudança na visão de gerir a diversidade da comunidade, não esperando respostas prontas para serem acatadas, mas participando da construção de um futuro para essa comunidade; significa, enfim, passar a pensar a extensão como uma ação que deve ser dirigida pelo coletivo, envolvido com seus princípios e serviços, e não somente controlado e fiscalizado. Para isso, deve-se entender que participar não se restringe

à ação de ajuda material e humana que a universidade oferece à comunidade. Mais do que a integração entre a universidade e a comunidade, é preciso entender essa presença como mecanismo de participação política como uma possibilidade real de tomar decisões.

Também se deve estar atento para o contexto de interrelação onde acontece a participação. Essa se apresenta em um todo heterogêneo, onde os interesses e as expectativas em relação à universidade são diferenciados, o que indica o desafio de lidar com projetos políticos diversos.

É com esse olhar que estamos analisando as condições e os resultados da participação da comunidade no trabalho do Projeto Rondon®, buscando compreender como se dá o aproveitamento desta experiência política e social pela comunidade, o seu nível de compromisso e organização, e a existência ou não da construção de uma identidade coletiva, a partir desta experiência.

### **O trabalho comunitário no Projeto Rondon Minas**

Muitos municípios mineiros convivem com uma grande demanda de famílias de baixa condição social, desprovidas de recursos materiais para a sobrevivência e de informações básicas de toda ordem que permitiriam a constituição de padrões aceitáveis de dignidade e cidadania.

O Estado de Minas Gerais possui uma população total de 20.997.560 de pessoas. 8 milhões de mineiros estão na faixa etária de 30 a 59 anos e 3 milhões e 500 mil são jovens entre 10 e 19 anos. Cerca de 3 milhões são crianças até 9 anos de idade. Segundo dados do IBGE (2010) Minas Gerais possui, ainda em seu território, 8.900.000 pessoas sem instrução ou com até o primeiro grau incompleto, e isso totaliza 29% da população do Brasil nessas condições. 1 milhão e 200 mil pessoas acima de 15 anos são analfabetas. 8,1% de nossos jovens entre 10 e 17 anos ainda não frequentam a escola e mais de 239 mil jovens nessa idade estão na condição de trabalhadores. Os dados de trabalho para Minas Gerais mostram que quase 10 milhões de mineiros estão em situação de economicamente ativas mas apenas

## IMPACTO SOCIAL

6.800 milhões estão empregadas, o que corresponde a 23% da população nacional que está alguma oportunidades de trabalho. 4.818.357 de famílias residem em áreas urbanas contra 777.861 famílias que estão na condição de residência em área rural. Do total de famílias residentes na área urbana, cerca de 217.500 percebem em torno de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo até 1 salário mínimo e 65.569 não possuem nenhuma renda. Na área rural são 12.869 famílias sem rendimento algum e cerca de 28.800 famílias que percebem até 1 salário mínimo. Minas Gerais possui 17% da população brasileira que não possuem rendimentos para a sua sobrevivência.

Em relação a característica dos domicílios mineiros temos que dos 6 milhões de imóveis existentes, 682 mil ainda estão em condições precárias (taipa, madeira aproveitada, palha, alvenaria sem revestimento). Minas possui o maior número de domicílios no Brasil feitos de taipa revestida (77%) e taipa não revestida (42%). 5 milhões de domicílios estão localizados nas áreas urbanas e cerca de 2 milhões e 100 mil são chefiados por mulheres e 1 milhão e 800 mil imóveis ainda não possuem abastecimento de água, afetando cerca de 6 milhões de pessoas. Cerca de 115 mil domicílios urbanos vivem em situação de esgoto à céu aberto e 200 mil não possuem qualquer serviço de coleta de lixo regular, e 1.800 mil domicílios urbanos não possuem banheiro ou sanitário.

Minas Gerais possui uma população de 31 mil indígenas e apenas 9.600 vivem em terras indígenas. Cerca de 600 mil pessoas vivem em aglomerados subnormais com dificuldade de acesso a água, esgoto, moradia adequada, iluminação pública e pavimentação.

Tomando como ponto de partida essas informações e em consonância com os movimentos políticos de combate à fome e a miséria do país, o Projeto RONDON® Minas cumpre o seu papel social definido em seu Estatuto Social, que tem como missão a transmissão de valores humanos e a produção de conhecimento com o dever de contribuir para a compreensão dos problemas que afetam a sociedade (com especial atenção às suas dimensões éticas).

O Projeto Rondon, em Minas Gerais, prioriza o atendimento das cidades com Índice de Desenvolvimento Humano abaixo de 0,59.

## IMPACTO SOCIAL

Ainda temos no Estado 52 municípios nessa condição, segundo dados do IBGE.

Através de suas práticas, a equipe de rondonistas propõe uma interação com a sociedade baseada em um processo participativo de planejamento, educação e avaliação das atividades desenvolvidas, inspirada na reflexão coletiva sobre a realidade e no incentivo à organização social.

Essas são as questões prioritárias que o Projeto Rondon® prioriza em suas ações considerando que as respostas a eles estão relacionados a educação, a tecnologia e a participação da sociedade em suas soluções. Trabalhar com a sensibilização, a educação temática e a responsabilização da população pelos seus problemas é a forma como o Projeto atua nas comunidades. Acredita-se na capacitação das juventudes, das lideranças locais, dos professores e agentes públicos como multiplicadores de informação e de soluções. Ao mesmo tempo, as equipes do Projeto Rondon® contribuem com a implantação de políticas públicas nessas áreas através de consultoria a órgãos de governo e conselhos participativos.

O Projeto Rondon® Minas atua no Estado de Minas Gerais desde o ano de 2005, quando implantada a Associação de Rondonistas, hoje, Instituto Rondon Minas. Desde a sua criação já passaram por essa experiência cerca de 3000 universitários das diversas instituições públicas e privadas mineiras, que atenderam 150 municípios do interior do estado através de um termo de cooperação com os governos locais de cada uma das comunidades atendidas para ação do projeto por 02 anos.

Os programas, projetos e ações realizados pelo Projeto Rondon Minas, em parceria com as universidades, são definidos de acordo com as competências e a disponibilidade da IES e das instituições parceiras das ações e devem ser permeados por reflexões em torno dos seguintes eixos estruturantes:

- mobilização e capacitação da comunidade em torno de um programa de desenvolvimento;
- incentivo ao resgate da cultura local e incentivo à participação

## IMPACTO SOCIAL

popular;

- realização de ações educativas que contribuam para criação de um espírito empreendedor da população;

- identificação de potencialidades, problemas e formação de grupos de proposição de soluções coletivas;

- identificação e captação de outros parceiros para o cumprimento de projetos específicos;
- realização de ações e campanhas educativas visando à formação de agentes multiplicadores sobre diversas temáticas (meio ambiente, saúde, habitação, educação, etc);

- realização de ações voltadas para a perspectiva de formação política da comunidade.

O diferencial do trabalho, a partir dessas diretrizes, vem da preocupação pelo conhecimento extensivo da realidade das comunidades a serem trabalhadas via diagnóstico situacional feito pelas equipes de alunos e professores através de visitas domiciliares e aplicação de questionários junto à população e reuniões temáticas com diversos grupos sociais (grupos focais). Essa ação permite uma maior divulgação das ações de extensão e sensibilização da comunidade para participação em nossas atividades, bem como para uma aproximação dos alunos com as pessoas e sua condição de vida. O levantamento desses dados in loco também permite um cruzamento com as informações das fontes secundárias para a organização de um relatório final e mais preciso sobre as necessidades e prioridades sociais e econômicas dos municípios e/ou áreas a serem trabalhadas pelo Projeto.

Outro ponto central do trabalho é a proposta interdisciplinar para a realização de atividades educativas, preventivas, multiplicadoras, etc., pois temos como objetivo principal o aprender e o apreender com os fatos, com as situações, com a cultura, com as discussões e com as experiências vividas. E, tendo essa dinâmica como preocupação premente, nossas equipes e a comunidade podem aproveitar muito mais o trabalho realizado no município. Optar pelo trabalho interdisciplinar traz para as equipes um crescimento pessoal

e profissional significativo; traz também o respeito e o reconhecimento da importância de outras áreas na realização do mesmo trabalho e um aprendizado rico na troca de saberes e experiências que alunos e professores poderão incrementar em suas salas de aula e seus grupos de trabalho profissional.

Também a ação continuada das intervenções nas comunidades permite um maior entrosamento com a comunidade em geral e com o poder público, triplicando a possibilidade de um trabalho positivo nas diversas atividades. Uma ação contínua das equipes do Projeto Rondon® também permite identificar pontos falhos nas intervenções anteriores, bem como identificar de bons resultados como por exemplo a diminuição da evasão escolar, a consolidação de novos grupos locais (idosos, jovens, mulheres, etc) e a mudança de prioridades empreendida pelo poder público após a nossa intervenção. Também possibilita um maior conhecimento e aprofundamento dos problemas da comunidade, direcionando a equipe para outras áreas de fundamental importância e urgência, como é o caso do problema do desemprego, pois em todas as comunidades já visitadas existe a necessidade emergente de um trabalho voltado para geração de renda. É preciso criar alternativas de empregabilidade e, conseqüentemente, capacitação das pessoas para tal. Da mesma forma os problemas de saúde e do meio ambiente são intensos, pois as comunidades estão vivendo grandes problemas como, por exemplo, o destino do lixo.

Outro ponto importante nos parece ser a necessidade de realizar sempre um trabalho voltado para o resgate cultural das comunidades e para a criação de alternativas de lazer e incentivo aos "artistas" locais. Não há uma política pública efetiva voltada para a valorização das culturas locais. Identificamos algumas iniciativas isoladas capazes de atrair a atenção e o interesse da comunidade, mas pouco articuladas e insustentáveis.

Nesse contexto, a orientação para o desenvolvimento do trabalho comunitário pode ser estruturado em etapas importantes para sua execução:

- Planejamento;

## IMPACTO SOCIAL

- Estabelecimento de parcerias;
- Mobilização Comunitária;
- Desenvolvimento de atividades;
- Avaliação e continuidade do trabalho.

Quanto ao planejamento das ações, entendemos que planejar é transformar a realidade numa direção escolhida, organizando a própria ação e implantando um processo de intervenção na realidade local, organizando e dando clareza e precisão à própria ação, sobretudo, do grupo. Esse processo significa uma série de ações, de reuniões, discussões, reflexões e decisões envolvendo todos os participantes do grupo, do setor ou do serviço que planeja. É pensar antes, durante e depois. Segundo Peter Drucker (1999), "o planejamento não diz respeito a decisões futuras, mas às implicações futuras de decisões presentes".

A ação de planejar possibilita a interação e a troca de saberes entre o saber acadêmico e o popular, o conhecimento da realidade local e o contato prévio com gestores e líderes comunitários. É preciso destacar a importância do estabelecimento de discussões coletivas para a construção dos objetivos que se quer alcançar em cada comunidade.

Anteriormente às ações socioeducativas, a equipe de alunos e professores devem sempre realizar um diagnóstico junto à comunidade com o objetivo de recolher maiores informações sobre os problemas e as potencialidades dos municípios. Esse trabalho pode ser realizado em duas modalidades: aplicação de questionários por domicílios (amostra ou censo da população) e reuniões temáticas com diversos grupos locais para a construção dos "mapas falantes", que são quadros elaborados pela própria população sobre os seus problemas e o apontamento para a solução dos mesmos.

O momento inicial de planejamento deve ser acompanhado pelas etapas do estabelecimento de parcerias e de mobilização comunitária com o intuito de aproximar o maior número de atores locais para a tomada de decisões sobre o futuro da comunidade.

Em uma comunidade são inúmeras as possibilidades de

parcerias que podem ser envolvidas em torno de um bem comum, mas destaca-se que concretizar uma parceria é uma arte; construí-la envolve habilidades e talento. É preciso respeitar cada um dos componentes envolvidos e verificar claramente o que será realizado. É preciso saber ouvir e habilmente descobrir pontos de identidade e espaços nos quais a soma dos talentos e das possibilidades individuais resultará em benefício para todos os participantes (BARREIRA, 2006). Nessa perspectiva, devem ser reunidos representantes de instituições públicas e privadas, de âmbito local e regional e a participação direta de representantes da comunidade, ainda que não organizados.

Os parceiros podem contribuir das mais diversas formas, tanto no fornecimento de materiais didáticos, recursos financeiros, recursos humanos, informações para o diagnóstico local, espaço físico, infraestrutura, fortalecimento das relações comunitárias, potencializar multiplicadores, dar legitimidade ao trabalho da comunidade ou do grupo social, facilitar e contribuir para a continuidade das ações.

Nesse sentido, o trabalho de mobilização comunitária é essencial para o sucesso das ações planejadas e para a interação dos diversos setores sociais e políticos das comunidades. Entende-se, então, que mobilizar a sociedade é deslanchar e manter um processo que requer dedicação contínua e produz resultados quotidianamente. Ao contrário do que muitos supõem, mobilizar não se reduz à realização de alguns eventos, nem à convocação de pessoas para manifestações públicas. "Mobilizar é persuadir cada um da importância de uma causa, acenar com metas claras, conquistar a adesão consciente das pessoas, convocar vontades para atuar na realização de um objetivo comum" (TORO, 2004).

Para a realização das atividades de campo, é necessário que as equipes universitárias definam um cronograma de ações sempre respeitando as informações do diagnóstico já realizado anteriormente e as potencialidades e limitações das comunidades. Para garantir essa proposta sugerimos os seguintes parâmetros:

- todas as discussões em torno dos trabalhos, os problemas e

## IMPACTO SOCIAL

sugestões devem ser colocados para todo o grupo - as decisões são coletivas; - cada aluno deve se envolver em duas ou mais áreas de trabalho garantindo sempre a representação de mais de um curso em cada atividade e a troca de experiência e vivências durante a elaboração e realização do projeto;

- o coordenador de equipe participa de todas as visitas e trabalhos nas comunidades;

- existe uma grande preocupação com a comunicação da equipe com a comunidade, sempre considerando as diferenças locais, regionais, respeitando a cultura local;

- em todas as atividades realizadas a equipe deve, primeiramente, fazer uma apresentação sobre a extensão universitária e o Projeto Rondon® suas funções e propostas;

- as atividades são organizadas em três grandes grupos: a) cursos/seminários, b) oficinas/workshops e c) atividades culturais e de lazer. Os cursos compreendem a capacitação e treinamento nas áreas de educação, saúde, saneamento, meio ambiente, habitação, assistência social e outras tecnologias; as oficinas priorizam a socialização, as vivências de cada participante, dinâmicas de grupo, discussões orientadas; e as atividades de lazer envolvem os torneios desportivos, recreação, artesanato, manifestações culturais;

- toda a equipe deve estar atenta, durante o desenvolvimento das atividades, para as situações, as relações e as discussões que podem lhes trazer algum tipo de aprendizado;

- a equipe deve se preocupar com a mobilização da comunidade em torno de ações solidárias e iniciativas coletivas, e por isso embutimos em nossas atividades as necessidades de parcerias e colaboradores que poderiam beneficiar a comunidade;

- procuramos utilizar os vários espaços da comunidade para a realização de nossas atividades, como o posto de saúde, o clube social e as praças, o mercado, etc, procurando socializar ao máximo os trabalhos; - as ações realizadas na comunidade devem ter continuidade através de organização de grupos locais que possam gerar ações de multiplicação das informações.

No geral, essas são as formas como podemos viabilizar com

## IMPACTO SOCIAL

mais eficiência as ações em comunidades, onde procuramos atender ao maior número de pessoas, buscando a formação de agentes multiplicadores da informação, as possibilidades de continuidade dos projetos e incentivando na comunidade o respeito mútuo e a solidariedade.

Entre as diversas ações realizadas nas comunidades podemos destacar:

1. Ações socioeducativas: palestra de meio ambiente nas escolas, oficinas de direitos e temáticas para mulheres, idosos e pessoas com deficiência e suas famílias (cuidados e valorização pessoal), educação para saúde bucal, palestras sobre DST e Planejamento Familiar, oficinas de promoção à saúde (hipertensos, gestantes, DSTs, AIDS, etc), curso de Primeiros Socorros, combate a verminose e desnutrição infantil, ações socioeducativas para jovens e crianças em várias áreas.

2. Fortalecimento organizacional e participação popular: diagnóstico social da comunidade ou de grupo social específico, oficina para lideranças comunitárias, oficina para preparação de agentes voluntários, organização e assessoria a associações comunitárias, grupos setoriais (jovens, mulheres, deficientes, etc.), sindicatos, etc, formação de cooperativas (organização, planejamento e funcionamento).

3. Geração de renda: oficinas de reciclagem de materiais, cursos de formação profissional (vários setores), oficinas de artesanato e cursos sobre produção e escoamento, workshops sobre agricultura de subsistência/familiar, incentivo à reciclagem de resíduos sólidos (lixo doméstico urbano) e ações de preservação ambiental.

4. Capacitação profissional: capacitações de professores da rede pública municipal e estadual, curso para monitores de creche, capacitação de Conselheiros Municipais e de Conselheiros Tutelares, orientação profissional para adolescentes, capacitação das equipes de saúde e educação municipais e estaduais, diagnóstico situacional e capacitação de funcionários públicos.

5. Valorização cultural: rua de lazer e gincanas temáticas, campeonatos esportivos e oficinas de capoeira, contos nas escolas

## IMPACTO SOCIAL

(incentivo à leitura), baile dos idosos e curso de teatro para crianças e adolescentes, curso de coral/iniciação musical, Tarde/Noite Cultural com apresentações de artistas locais, pesquisas históricas para o resgate cultural local, intervenções culturais de música e teatro

6. Mobilização da comunidade visando à inclusão social e à formação social: curso de Valores Humanos, programas educativos em rádios comunitárias, palestra sobre Direitos Humanos, cadastro de portadores de deficiência, organização de hortas medicinais comunitárias, combate à exploração e ao trabalho infantil e combate ao uso de drogas, incentivo à inclusão social com atividades voltadas para portadores de deficiência, idosos e população negra.

Destaca-se, na realização das atividades de campo, o incentivo à participação social da comunidade, entendendo que o envolvimento das pessoas nessas ações determina o maior ou menor compromisso dessas com sua história e sua localidade. Segundo Andrade (1995),

“participar é dialogar, é comungar interesses, sentimentos e ideias; é compartilhar experiências, é viver em comunidade. Contudo, a participação não é somente espontânea, muitas vezes ela é e pode ser programada em qualquer tipo de organização. Afinal de contas, participar é uma das grandes aspirações humanas, nem sempre correspondida por aqueles que detêm o poder [...] participar é uma necessidade social”.

Na etapa da avaliação e sustentabilidade dos trabalhos nos embasamos nas orientações de REIS (2001) que destaca:

[...] o melhor sentido da avaliação é que seja utilizada como meio de melhorar os projetos existentes, aprimorar o conhecimento sobre sua execução e contribuir para seu planejamento futuro, tendo como pano de fundo sua contribuição aos objetivos institucionais. Neste sentido, é um exercício permanente e, acima de tudo, comprometido com as repercussões de um projeto ao longo de sua realização.

O processo de avaliação também nos auxilia na identificação dos resultados obtidos pela comunidade e pela equipe da universidade, além de entender os paradigmas que orientam as demandas dos

## IMPACTO SOCIAL

diversos grupos na comunidade e as necessidades da comunidade acadêmica em torno das ações de extensão. Além disso, a avaliação constante facilita a percepção das falhas do projeto e descobre seus avanços e suas dificuldades, permitindo rever as metodologias aplicadas e readequá-las à real situação local.

A sustentabilidade das ações do Projeto Rondon é garantida através de uma rede solidária de muitas instituições públicas e privadas que estabelecem uma parceria em torno de um objetivo comum de desenvolvimento das comunidades residentes no território brasileiro.

O Projeto é viabilizado pelos parceiros financeiros e instituições apoiadoras que cobrem os custos de confecção de materiais didático-pedagógicos, capacitação das equipes de trabalho, aquisição de material de consumo e equipamentos a serem utilizados nas ações de campo, pagamento das viagens (transporte e lanche) e infraestrutura para a instalação das equipes nas cidades, confecção do material de divulgação do projeto com a marca dos parceiros (pastas, camisas, cartazes, *folders*, bonés, site do projeto e Cd-rom).

Algumas instituições parcerias também assumem a disponibilidade de Recursos Humanos para participar do programa de capacitação das equipes e, portanto, são educadores de nossas equipes de rondonistas. Entre as instituições que já participaram do programa de Capacitação das equipes estão: ESAF/Escola Superior de Administração Fazendária (Educação Fiscal e Previdenciária), FEAM/Fundação Estadual do Meio Ambiente (Gestão de Resíduos e Preservação Ambiental), ESF/Engenheiros Sem Fronteiras (captação de água da chuva), DPU/Defensoria Pública da União, PROCON/MG – Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Educação Financeira e Direitos do Consumidor), ONG MAYA (Meio Ambiente e Educação), ONG ABESC (Esporte, Lazer e Cultura) e PUC Minas (vários temas).

Como contrapartida o Projeto RONDON® oferece a sua capacidade instalada onde a equipe de profissionais e estudantes voluntários desenvolve as ações de planejamento e avaliação, articulação, contatos para fortalecimento de uma rede de parcerias, de forma articulada e continuada para intervir na realidade desses

territórios.

Os grupos sociais constituídos nas cidades também promovem a sustentabilidade do projeto na medida em que se tornam protagonistas das ações de desenvolvimento local e se esforçam para a continuidade dos projetos iniciados e buscam garantir a sua continuidade no período em que as equipes do Projeto Rondon® não estão presentes nos municípios.

A articulação de um Grupo de Referência em cada um dos municípios também é uma estratégia de monitoramento das ações e de sustentabilidade de nossas idéias.

Para o desenvolvimento de Projetos específicos nos municípios, as equipes de rondonistas também elaboram propostas para captação de recursos, seja em instituições públicas ou privadas, que possam garantir financiamento para iniciar as atividades e sua continuidade por um período determinado para as cidades.

A parceria local do Projeto Rondon® com as prefeituras garantem, sem dúvida, a vida e a viabilidade das ações das equipes em campo, considerando que o gestor local coloca à disposição do projeto uma estrutura de alojamento, alimentação e transporte local. Todo o suporte às necessidades dos rondonistas é garantida pela prefeitura e suas parcerias. Em contrapartida, as equipes do Projeto Rondon® contribuem, sobremaneira, para a viabilização e qualificação das políticas públicas locais.

### **Considerações finais**

Nas universidades, o trabalho de extensão para além muros das instituições, surge em um contexto de reflexões marcado pela necessidade de profundas mudanças sociais, econômicas e políticas na sociedade. As universidades passam por um clima de crise e expectativa onde se faz necessário o posicionamento frente aos desafios postos às instituições de ensino superior na busca da qualidade científica, tecnológica e artístico-cultural e na sua interação com a sociedade. Deve-se pensar o ensino, a pesquisa e a extensão como ações da universidade que a levam a cumprir o seu objetivo

maior de produzir o conhecimento científico e social e torná-lo acessível à sociedade.

A inserção dos universitários nas ações de desenvolvimento comunitário é, então, resultado de um movimento da própria academia em relação ao social em resposta a uma série de questionamentos realizados em relação ao seu papel na sociedade. "O Movimento de 1968 possibilitou à academia uma reflexão do seu papel, principalmente nos países do terceiro mundo onde ela não poderia se dar ao luxo de ser uma torre de marfim" (LANE, 1996) isoladas das questões sociais. Na década de 60, "as instituições de ensino superior deram início às experiências de educação de base, influenciadas pela ação dos docentes e discentes juntos aos movimentos populares" (POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA PUC MINAS, 2006, p.5).

Os trabalhos envolviam diferentes áreas do conhecimento representadas por estudantes universitários e professores/pesquisadores envolvidos em atividades de extensão universitária. Juntamente com as várias instituições, havia representantes da Igreja Católica, da Educação, do Estado, das Agências Privadas e outros.

Saviani (1991), analisando as formas de interação da universidade com a sociedade, aponta:

Com efeito, é a sociedade que vai colocar os problemas; e é o contato com os problemas efetivos da sociedade que vai permitir à universidade transformar os objetivos de suas pesquisas em algo relevante para a sociedade e adequar o ensino às necessidades da sociedade. E é também este contato que vai permitir que se elabore o saber que já está presente na comunidade de tal modo que ela seja uma força viva que contribua para a elevação geral do nível de vida desta sociedade (SAVIANI, 1991, p. 55).

O trabalho comunitário realizado pelo Projeto Rondon® Minas, com a participação dos universitários, permite a entrada de diversos grupos da sociedade nas universidades e suas ações abrigam uma dimensão pedagógica que privilegia uma produção de conhecimento através do diálogo de muitos saberes integrando cientificidade da universidade com o saber "popular". Nesse sentido, ações como o

## IMPACTO SOCIAL

Projeto Rondon® requerem a formulação de projetos (com princípio, meio e fim) que exigem trabalho coletivo e (re) criação de metodologias. Requer, ainda, a realização de avaliações contínuas que auxiliam na sistematização de conhecimentos, na formulação de novas questões e no dimensionamento do impacto das práticas realizadas.

Através de suas demandas e questionamentos, os universitários envolvidos em projetos sociais trabalham com diversos objetos e sujeitos, o que exige mais de um método de atuação e que dependem da natureza do público atendido. A oportunidade de realização de um trabalho em comunidades mostra a indissociabilidade do processo de aprendizagem do discente aliando teoria à prática na graduação – pesquisa e extensão. E este exercer do papel do acadêmico em formação na comunidade só faz sentido se for realizado de forma que este conheça mais de perto as demandas da sociedade e aprenda a dialogar e a trocar saberes nesta comunidade. É o que se chama de articular o saber científico ao saber empírico, e esta troca é fundamental.

No trabalho comunitário, quando se objetiva a emancipação de seus atores muito mais que dialogar a respeito dos pontos frágeis, é preciso que as pessoas sejam convocadas a serem sujeitos. E essa convocação passa pela sensibilização quanto aos que possuem, aos que já fazem e, conseqüentemente, o que a partir desse poderá vir a existir.

A partir dessas considerações, entendemos a necessidade de um olhar crítico sobre essas ações na medida em que propõem uma ação transformadora nas comunidades através de ações de formação política, de formação para a cidadania, de formação profissional e de fortalecimento das questões de identidade e cultura das comunidades trabalhadas. Também compreendemos que o enfrentamento da pobreza, da miséria e da exclusão social, necessariamente, inclui uma forte presença do poder público, desenvolvendo ações integradas e convergentes, que vão desde medidas de geração de emprego e renda, investimentos em infraestrutura urbana, ampliação da oferta de serviços públicos essenciais, e que os trabalhos comunitários

realizados pelo Projeto Rondon® não substituem (e não devem substituir) a ação estatal.

Nessa perspectiva, defendemos que a efetividade de toda e qualquer ação transformadora no campo social está atrelada a uma "dimensão técnica", dada pelas competências exigidas não só no planejamento, quanto na implementação e na avaliação dos projetos sociais. Mas também requer uma visão crítica capaz de questionar a todo o momento o sentido do nosso agir. O compromisso ético exige que as nossas ações tenham resultados efetivos; que possam contribuir para a transformação positiva das condições sociais; e que estejam comprometidas com os anseios do público-alvo. Essa é a dimensão ética que deve estar subjacente aos trabalhos comunitários realizados pelo Projeto Rondon® e pelas universidades, e sua efetividade é dada pela capacidade de produzir uma diferença positiva num dado contexto, de forma permanente.

Por fim, avalia-se que os ganhos do trabalho realizado pelo Projeto Rondon® são perenes: para as comunidades, que recebem informação e tecnologias sociais para o desenvolvimento local, para os universitários que carregarão a experiência do conhecimento sobre a realidade social da sociedade brasileira e que os tornará profissionais eticamente comprometidos com a solução das questões sociais e tecnicamente preparados para os desafios da profissão, para as universidades que enriquecem o seu tripé ensino, pesquisa e extensão a partir do retorno dos universitários às salas de aula e, para o Projeto Rondon®, que pode seguir adequando a sua metodologia e sua filosofia aos desafios do presente e do futuro, a partir das vitórias do passado. O lema do Projeto Rondon® todos sabem: uma vez rondonista, sempre rondonista!

### **Referências Bibliográficas**

A Concepção de Extensão e Ação Comunitária em Debate: proposta de Documento Base do Fórum de Extensão das IES Comunitárias; 2002.

ANDRADE, Cândido T. de Souza. Como administrar reuniões. 2.ed. São

## IMPACTO SOCIAL

Paulo: Loyola, 1995.

CALDERÓN, Adolfo; SAMPAIO, Helena (Org.). Experiências universitárias, experiências solidárias. São Paulo: Olho d'água, 2001  
COMO TRABALHAR SOLIDARIAMENTE. Brasília: Programa Universidade Solidária, 2001.

DRUCKER, Peter. Desafios gerenciais para o século XXI. São Paulo: Pioneira, 1999.

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993. GOHN, Maria da Glória. Participação e gestão popular na cidade. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez; nº 26, 1988.

GUTIÉRREZ, Francisco. Educação como práxis política. São Paulo: SUMMUS, 1988. \_\_\_\_\_. Conselhos populares e participação. Revista Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XII, n. 34, dez.1990. LANE, S. T. Histórico e Fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In:

CAMPOS, Regina Helena de Freitas et al. Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1996. 179p. REIS, Liliane G. da Costa. Avaliação de Projetos como instrumento de gestão, 1999. Disponível em:<[http://www.rits.org.br/gestão\\_teste/Ge\\_tmessant\\_nov99.cfm](http://www.rits.org.br/gestão_teste/Ge_tmessant_nov99.cfm)>. SAVIANI, Dermeval. Ensino público e algumas falas sobre universidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993. GOHN, Maria da Glória. Participação e gestão popular na cidade. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez; nº 26, 1988.

GUTIÉRREZ, Francisco. Educação como práxis política. São Paulo: SUMMUS, 1988. \_\_\_\_\_. Conselhos populares e participação. Revista Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XII, n. 34, dez.1990.

## IMPACTO SOCIAL

LANE, S. T. Histórico e Fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas et al. Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1996. 179p. REIS, Liliane G. da Costa. Avaliação de Projetos como instrumento de gestão, 1999. Disponível em:<[http://www.rits.org.br/gestão\\_teste/Ge\\_tmasant\\_nov99.cfm](http://www.rits.org.br/gestão_teste/Ge_tmasant_nov99.cfm)>.

REIS, Liliane G. da Costa. Avaliação de Projetos como Instrumento de Gestão. Apoio à Gestão. Seção Tema do Mês. Disponível em <[http://www.rits.org.br/gestao/ge\\_tmasant\\_nov99.cfm](http://www.rits.org.br/gestao/ge_tmasant_nov99.cfm)>. Acesso em 15 de out.2001.

SAVIANI, Dermeval. Ensino público e algumas falas sobre universidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1991. TOLEDO, R. F.; PELICIONI, M. C. F.; GIATTII, L. L.; BARREIRA, L. P.; CUTOLO, S. A.; MUTTI, L. V.; ROCHA, A. A.; RIOS, L. Comunidade indígena na Amazônia: metodologia da pesquisa em educação ambiental. O mundo da saúde, 30(4), 559569, 2006.

TORO, José Bernardo. O que é mobilização Social? 2004. Disponível em: <<http://www.remos.org.br/simconhe%E7a.htm#ms>>. Acesso em 07 mar. 2007.

# PROGRAMA VIRASER - Logística Reversa de Embalagens Pós-consumo

*Geraldo José Virginio<sup>1</sup>*

*Juliana Navea<sup>2</sup>*

*Maíra Pereira<sup>3</sup>*

*Yuri Ongaro<sup>4</sup>*

## Introdução

Apesar da promulgação da Lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS) muitos municípios brasileiros ainda não se adequaram às exigências quanto à gestão correta dos resíduos sólidos descartados por residências, comércios e indústrias. Segundo dados do IBGE no Perfil dos Municípios Brasileiros 2017, apenas 54,8% dos municípios possuem um Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, necessário para incentivos e financiamentos da União para soluções na área. Destes municípios que possuem o plano, a grande maioria (82,1%) possui planos que contemplam apenas o próprio município e não um grupo de municípios consorciados, como preconiza a PNRS. 83,3% dos municípios com mais de 500.000 habitantes possuem o plano de gestão de resíduos sólidos; no entanto, nos municípios com faixa populacional de 5.001 a 10.000 habitantes, este percentual cai para 49,1%.

Dados do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS/2016) do Ministério das Cidades indicam que, dos

---

<sup>1</sup> Economista com especialização em Gestão e Empreendedorismo Social (FGV) e Sistemas de Coleta Seletiva Solidária (UFMG).

<sup>2</sup> Juliana Navea, Pedagoga com MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria e especialização em Empreendedorismo Social e Negócios de Impacto (FGV).

<sup>3</sup> Maíra Pereira, Administradora com MBA em Gestão e Empreendedorismo Social e Negócios de Impacto (FGV).

<sup>4</sup> Yuri Ongaro, Psicólogo (PUC) com MBA em Gestão de Projetos (ESALQ).

3.670 municípios cadastrados, apenas 809 (22,04%) contam com entidades associativas de catadores de materiais recicláveis, que geram trabalho e renda através da comercialização da fração seca dos resíduos sólidos urbanos. Estas organizações contam com um total de 26.775 catadores, com média de 22,55 catadores por organização. No entanto, segundo o Ministério do Meio Ambiente, há uma estimativa de 600 mil catadores no país, entre organizados em associações e cooperativas e avulsos. Estes dados de 2016 do SNIS também mostram que a taxa de recuperação dos recicláveis, do total de resíduos coletados nos municípios cadastrados, é de apenas 9,55% em média, sendo o restante descartado em aterros e lixões. A PNRS incentiva a participação direta de organizações de catadores na gestão integrada de resíduos sólidos, em princípios da economia solidária e geração de postos de trabalho decentes.

### O Programa ViraSer

Pela complexidade na gestão dos resíduos sólidos, e pela sua eficiência depender de ações integradas entre diferentes atores, o Grupo GAIA<sup>5</sup> lançou em 2015 o Programa ViraSer - Responsabilidade Compartilhada no Gerenciamento de Resíduos<sup>6</sup>. Sua atuação articula parcerias entre organizações de catadores de materiais recicláveis, Poder público, Consórcios intermunicipais e Empresas signatárias do Acordo Setorial de Embalagens em Geral para ações de logística reversa que deem destinação correta aos



<sup>5</sup> O Grupo GAIA composto pelo GAIA Social (sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos) e GAIA Negócios Sociais (empresa social), atua há 28 anos articulando pessoas e instituições para a responsabilidade compartilhada na busca de soluções às demandas socioambientais contemporâneas.

<sup>6</sup> Programa ViraSer – Responsabilidade Compartilhada no Gerenciamento de Resíduos, cuja metodologia visa promover a implantação da PNRS - Lei 12.305/2010 com o foco na Cadeia produtiva da reciclagem, tendo em vista a inclusão socioprodutiva do catador de material reciclável, o cumprimento da Logística Reversa e o melhor gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos.

## IMPACTO SOCIAL

resíduos sólidos recicláveis gerados no país.

Além de integrar atores para o correto gerenciamento dos materiais recicláveis, é objetivo do Programa ViraSer a inclusão socioprodutiva de catadores, profissionalizando estas organizações para maximizarem a geração de trabalho e renda, aumentarem a recuperação da fração seca dos resíduos e permitirem a destinação ambientalmente correta para os resíduos sólidos recicláveis.

O Programa ViraSer considera como marco regulatório:

a) A coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, bem assim o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, tudo previsto no artigo 8º, incisos III e IV da Política Nacional de Resíduos Sólidos regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010 e Decreto nº 9.177 de 23 de Outubro de 2017;

b) O princípio de responsabilidade do setor público no gerenciamento de resíduos sólidos nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, exigidos na forma da Política Nacional de Resíduos Sólidos;

c) O cumprimento do Acordo Setorial de Embalagens pós-consumo firmado com o Ministério do Meio Ambiente para cumprimento do Sistema de Logística Reversa pós-consumo e respectivas legislações estaduais;

d) O envolvimento de Empreendimentos de catadores de material reciclável (Cooperativas e Associações) para serem as beneficiárias das ações.

No aspecto metodológico, o Programa ViraSer tem como referência educacional os conceitos chaves especificados abaixo:

a) Desenvolvimento Local/ Regional

## IMPACTO SOCIAL

Entendemos como desenvolvimento local/regional a promoção do diálogo intersetorial – setores público, privado e sociedade civil organizada, limitado a um território previamente delimitado, com vistas a encontrar soluções que contemplem as questões econômicas, sociais e ambientais, melhorando a qualidade de vida das populações que ali vivem.

### b) Economia Solidária

A Economia Solidária pode ser definida na dimensão econômica como um modelo de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.<sup>7</sup>

### c) Cooperativismo

Cooperativismo é um movimento econômico e social, entre pessoas, em que a cooperação se baseia na participação dos associados, nas atividades econômicas com vistas a atingir o bem comum.

Os princípios cooperativos são assim descritos:

1. Adesão Voluntária e Livre;
2. Gestão democrática pelos membros;
3. Participação econômica dos membros;
4. Autonomia e independência;
5. Educação, formação e informação;
6. Intercooperação;
7. Interesse pela comunidade.

Os membros das cooperativas, os cooperados, devem acreditar e primar em valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante.<sup>8</sup>

### a) Negócios de Impacto

---

<sup>7</sup> FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária - [www.fb.es.org.br](http://www.fb.es.org.br)

<sup>8</sup> Nova Lei do Cooperativismo n.º 12.690/2012

## IMPACTO SOCIAL

Negócios de Impacto são empreendimentos focados em gerar impacto social e ambiental positivo, operando através de um modelo financeiramente sustentável. Estes empreendimentos têm a missão explícita de gerar benefícios sociais e/ou ambientais ao mesmo tempo em que proveem resultado financeiro positivo e de forma sustentável. Os negócios de impacto podem assumir diferentes formatos legais: associação, fundações, cooperativas ou empresas

Há quatro princípios que os diferenciam, independentemente da constituição jurídica da organização:

- 1) Têm um propósito de gerar impacto socioambiental positivo explícito na sua missão;
- 2) Conhecem, mensuram e avaliam o seu impacto periodicamente;
- 3) Têm uma lógica econômica que permite gerar receita própria;
- 4) Possuem uma governança que leva em consideração os interesses de investidores, clientes e a comunidade<sup>9</sup>.

### **Público-alvo beneficiado**

O Programa ViraSer oferece suporte técnico e desenvolve um conjunto de ações de capacitação e formação que tem como público-alvo os empreendimentos (Cooperativas e Associações) de Catadores de material reciclável.

As formações visam contribuir para que as organizações de catadores desenvolvam suas atividades com regularidade institucional, gestão administrativa financeira e eficiência produtiva, em condições adequadas de saúde e segurança, para atingir resultados sociais, econômicos e ambientais crescentes.

Entre as organizações de catadores participantes do Programa ViraSer, identifica-se um grau de heterogeneidade caracterizada por três situações distintas que determinam sua capacidade operacional como sendo de:

- Empreendimentos de Pequeno porte: Grupos formalmente organizados que triam volumes abaixo de 40 toneladas/mês,

---

<sup>9</sup> <http://ice.org.br/negocios-de-impacto/>

## IMPACTO SOCIAL

ocupam galpões sem equipamentos adequados para ampliar sua produção e dependem exclusivamente da coleta seletiva domiciliar realizada pelas prefeituras;

- Empreendimentos de Médio porte: Grupos formalmente organizados em fase intermediária que operam em galpões com falta de alguns equipamentos, processando entre 40 e 70 toneladas/mês, com necessidade de reforçar a infraestrutura para expandir a capacidade produção e realizar coleta própria;
- Empreendimentos de Grande porte: Grupos formalmente organizados com galpões e equipamentos que processam acima de 70 toneladas/mês e com capacidade para ampliar sua produção coletando materiais recicláveis em grandes geradores.

### Metodologia

Para acelerar o desenvolvimento dos empreendimentos de catadores de material reciclável como negócios inclusivos e de impacto, aplica-se uma metodologia de intervenção do Programa ViraSer em quatro fases:

Fase 1: GOVERNANÇA – Realização do diagnóstico de documentação constitutiva, introduzindo o uso de ferramentas de gestão administrativo-financeira, comercial, comunicação e de monitoramento de um Plano de Gestão, além de identificar e fortalecer as lideranças em processos individualizados e coletivos.

Fase 2: EFICIÊNCIA PRODUTIVA - Identificação dos gargalos de organização da produção e proposta de melhorias no layout produtivo. Envolver e engajar todos os trabalhadores no compromisso coletivo de aumento da produtividade e construção participativa do Plano de Metas de Produção, respeitando as orientações de segurança e saúde.

Fase 3: PRÁTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – Elaboração de um Plano de Coleta para melhorar o controle da quantidade e da qualidade do material reciclável que abastece o empreendimento. Capacitação dos trabalhadores para promover a execução de

Campanhas de Educação Ambiental visando divulgar e ampliar a coleta seletiva nas regiões em que os empreendimentos estão instalados.

Fase 4: COMERCIALIZAÇÃO EM REDE – Promover a conexão dos empreendimentos com as indústrias de reciclagem por meio da atuação em redes de comercialização, agregando valor aos resíduos e reduzindo a dependência de intermediários. Esse modelo de negócio permite, inclusive, a futura verticalização da produção.

Para monitorar os resultados e qualificar os empreendimentos, adotamos uma Ferramenta de 31 indicadores (Quadros 1, 2, 3, 4 e 5). Os indicadores foram definidos para conhecermos a situação existente nos empreendimentos, diagnosticar pontos fortes e pontos a serem desenvolvidos, assim como apontar caminhos a seguir no processo de intervenção.

Além disso, os indicadores são capazes de quantificar e qualificar a evolução dos empreendimentos ao longo do tempo como resultado do processo de intervenção, demonstrando a efetividade dos investimentos realizados.

A Ferramenta de Qualificação visa também:

- Comparar o desempenho do empreendimento perante outra organização do mesmo porte e demonstrar a evolução para os parceiros investidores;
- Formular o planejamento estratégico e elaborar planos de ação;
- Comunicar e divulgar resultados alcançados para atrair e manter investimentos.

Os indicadores de qualificação possuem níveis de medição e pesos diferentes para cada tipo de empreendimento (de pequeno, médio e grande porte). Foram padronizados para permitir comparações, facilidade na aplicação e aprimoramento da metodologia do Programa ViraSer.

IMPACTO SOCIAL

**Quadro 1: Indicadores de Governança**

Governança	Aspectos	Nº	Indicadores de Monitoramento
	Financeiro	1	Faixa de Receita Bruta Mensal [R\$]
		2	Passivos (débitos) quitados
	Documental	3	Possuir documentação constitutiva (Ata, Estatuto, Conta Bancária Pessoa Jurídica)
		4	Emissão de Notas Fiscais (Inscrição Municipal) e/ou Recibos de Venda
		5	Recolhimento da Contribuição Previdenciária (INSS) dos trabalhadores
	Processos	6	Nº de Reuniões de Prestação de contas
		7	Nº Reuniões de processo
		8	Regimentos Internos Efetivos (funcionando na prática)
		9	Instrumentais de Gestão incorporados (RH, Financeiro e Produção)
	Desenvolvimento de Pessoas	10	Turnover (Rotatividade)
11		Papéis e funções de Liderança definidos e atuantes	

**Quadro 2: Indicadores de Eficiência Produtiva**

Eficiência Produtiva	Aspectos	Nº	Indicadores de Monitoramento
	Triagem	1	Possui Esteira de Triagem
		2	Quantidade de Material Triado [Kg]
		3	Quantidade Média de Produtividade do Cooperado [ton./mês]
		4	Veículos utilitários cedidos para coleta
		5	Nº de Grandes Geradores
		6	Valor Total de Fundo de Reserva [R\$]
	Saúde e Segurança	7	Utilização do Equipamentos de Proteção Individual
		8	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)
9		Existência de PCMSO e PPRA	

## IMPACTO SOCIAL

### Quadro 3: Indicadores de Práticas de Educação Ambiental

Educação Ambiental	Aspectos	Nº	Indicadores de Monitoramento
	Logística	1	Quantidade de Material Coletado [Toneladas] - Total (estimado)
		2	Tem e executa Plano de Coleta Seletiva
	Educação Ambiental	3	Realizam Ações/Eventos de Educação Ambiental

### Quadro 4: Indicadores de Comercialização

Comercialização	Aspectos	Nº	Indicadores de Monitoramento
	Volume e Valores	1	Quantidade de Material Comercializado [Ton]
		2	Faturamento Mensal [R\$] - Total
		3	Preço Médio de Venda dos Resíduos [R\$]
		4	Renda Média Mensal do Cooperado [R\$]

### Quadro 5: Indicadores de Instalações

Instalações	Aspectos	Nº	Indicadores de Monitoramento
	Galpão de triagem	1	Existência de Banheiro/Vestiário adequadas para público Feminino e Masculino (NR 24)
		2	Existência de Refeitório com Mesas/Cadeiras e Água Potável (NR 24)
		3	Existência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)
		4	Área externa (Pintura, Placa de Sinalização etc.)

### Resultados alcançados

De 2015 a 2018 o Programa VIRASER atuou diretamente com 21 cooperativas em 14 municípios do estado de São Paulo e 01 município em Minas Gerais, envolvendo 388 catadores, e inicia expansão para outras regiões do país.

O Programa ViraSer atua de forma integrada com poder público, empresas signatárias do Acordo Setorial de Embalagens em Geral e cooperativas de catadores pelo país, orientando os primeiros e

## IMPACTO SOCIAL

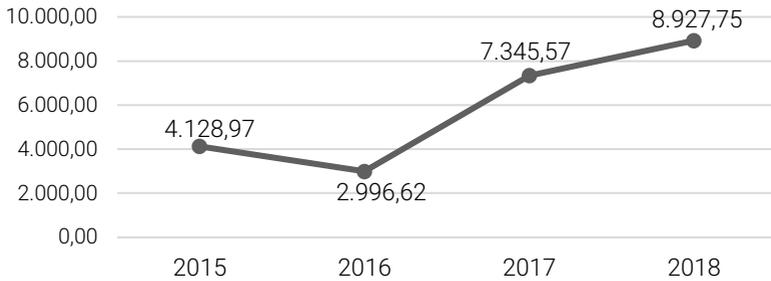
fortalecendo estas últimas como negócios de impacto que estejam incluídos de maneira efetiva no mercado da logística reversa. O objetivo de longo prazo do Programa ViraSer é contribuir para a erradicação da pobreza e trabalho decente para catadores, reduzindo desigualdades sociais e de gênero; apoiando municípios em seus planos de gerenciamento de resíduos sólidos, para gestão sustentável de saneamento, com cidades e comunidades também sustentáveis; com educação ambiental e envolvimento de munícipes para consumo responsável e através de suporte a empresas financiadoras nas suas obrigações de logística reversa, com crescimento econômico inclusivo e sustentável.

Alguns dos resultados de impacto social e ambiental produzidos são: fortalecimento da governança das Cooperativas de Catadores, elevação da renda dos trabalhadores (passando de R\$ 350,00 para até R\$1.100,00); melhoria da qualidade e aumento da quantidade do volume coletado e recuperado ao ciclo produtivo; maior envolvimento e engajamento da população quanto ao correto descarte dos resíduos sólidos; e economia de recursos naturais (petróleo, areia, árvores e minérios em geral).

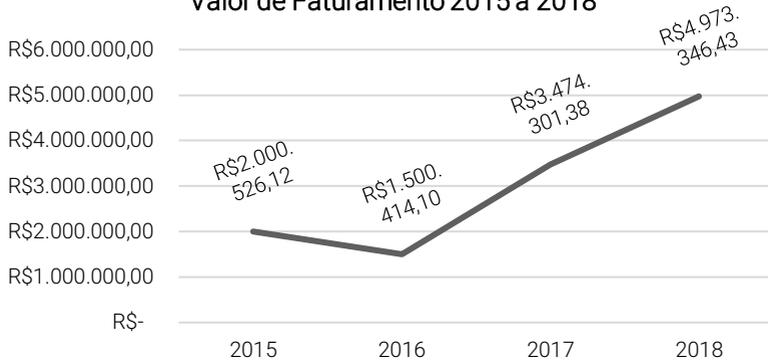
Destacamos a expressiva contribuição do Programa ViraSer na recuperação dos volumes de material reciclável ao ciclo produtivo (Gráfico 1), faturamento (Gráfico 2), e número de trabalhadores beneficiados (Gráfico 3), evidenciando o atendimento das metas de Objetivo de Desenvolvimento Sustentável conforme citado no item 6.

## IMPACTO SOCIAL

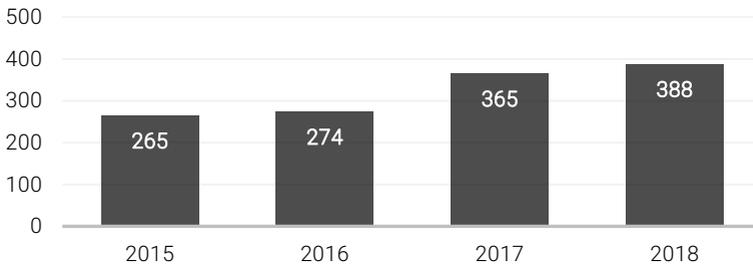
### Volume de Material Reciclável Recuperado (Ton.) 2015 a 2018



### Valor de Faturamento 2015 a 2018



### Trabalhadores Beneficiados 2015 a 2018



## IMPACTO SOCIAL

Como principais aprendizados, destacamos:

- Necessidade de adotar um Modelo de negócio para obter resultados de impacto, oferecer inovação nos processos de gestão, melhoria nas condições de trabalho, elevação de ganhos financeiros e oportunidade de participar da prestação de serviços para as prefeituras e para o setor privado.
- Fomentar a formação de redes de comercialização solidária como estratégia para promover o desenvolvimento dos empreendimentos, reduzir suas fragilidades e fazer a conexão direta de comercialização com as indústrias recicladoras.
- A Intervenção focada na organização da produção acelera os resultados de aumento da produtividade e a respectiva elevação da renda;
- Importância de buscar parcerias complementares de apoio para construção e/ou revitalização (manutenção predial, pintura, sinalização interna e externa, jardinagem e etc.), incluindo reforma de vestiários, refeitório e áreas de convívio;
- Criar e manter relacionamento permanente com representantes do poder público, da sociedade civil e de instituições apoiadoras por meio de reuniões periódicas e/ou formação de Grupos de Trabalho.

### **Relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

O Programa ViraSer contribui com seis (6) dos dezessete (17) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, conforme apresentamos abaixo.

ODS 1 – Erradicação da pobreza: o Programa ViraSer tem como um de seus principais objetivos a inclusão socioproductiva e a profissionalização dos catadores, por meio de metas gradativas de aumento de renda, volume de material reciclado e consequente integração de novos postos de trabalho.

ODS 5 - Igualdade de gênero: historicamente, empreendimentos de catadores têm mais trabalhadoras do que trabalhadores do sexo masculino e, em 78% das cooperativas acompanhadas hoje pelo

## IMPACTO SOCIAL

Programa ViraSer, as mulheres ocupam cargos de liderança, como presidência, tesouraria e secretaria.

ODS 8 – Trabalho decente e Crescimento econômico: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. É propósito do Programa VIRASER profissionalizar as cooperativas de catadores, com atenção à saúde e segurança no trabalho, além de integrar estes empreendimentos ao mercado da logística reversa, criando mais postos de trabalho que geram impactos ambientais positivos;

ODS 10 – Redução das desigualdades: Com o fomento à inclusão e profissionalização de catadores, o Programa ViraSer busca abrir espaço para pessoas em situação de vulnerabilidade social e desemprego para que se tornem economicamente ativas e possam também alcançar suas necessidades e desejos pessoais;

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: Apoiar os municípios (prefeituras e empresas) na correta destinação dos resíduos urbanos, residenciais, comerciais e industriais evita a proliferação de passivos ambientais nos municípios. Além disso, a inclusão e a profissionalização das cooperativas de catadores integram esses empreendimentos e seus trabalhadores na lógica das cidades;

ODS 12 – Consumo e Produção Sustentáveis - Nas ações de educação ambiental (escolas e espaços públicos e privados) busca-se conscientizar a população quanto ao consumo consciente e sustentável, por meio da redução, reuso e reciclagem das embalagens dos produtos. Além disso, integrando as cooperativas ao mercado de logística reversa e apoiando o poder público na coleta seletiva, busca-se assegurar o padrão de produção sustentável, fazendo com que o resíduo sólido retorne à cadeia produtiva;

### **Conclusão**

A promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010 disparou o processo de corrida entre empresas e entidades, para a criação de modelos de logística reversa eficientes e que aumentassem o volume da fração seca recuperada. Movimentou a

forma como o mercado da reciclagem estava organizado e trouxe como principais desafios a inclusão socioproductiva do catador de material reciclável no modelo e o aumento do volume recuperado, quase irrisório quando comparado ao montante de resíduos gerados.

O Programa Viraser, portanto, tem como principal desafio a mudança de paradigma dos atuais modelos de cooperativas de catadores para negócios de impacto, com eficiência produtiva, que se sustentam financeiramente, monitoram e reportam seu impacto sistematicamente. Acreditamos que a diminuição da desigualdade social passa pela inclusão de renda e pelo acesso às condições dignas de trabalho.

Por isso desenvolvemos uma metodologia que permita criar um modelo de negócio inclusivo, com aumento gradativo e sustentável do volume de recicláveis recuperados. É verdade que se não considerássemos a inclusão da população menos favorecida no modelo, teríamos resultados mais rápidos e expressivos, porém o diferencial é justamente incluir este público de forma que os resultados sejam alcançados nas esferas social, ambiental e econômica.

As ferramentas desenvolvidas permitem monitorar e prestar contas do investimento, avaliar sua eficiência e corrigir rotas. As decisões são tomadas considerando todos os atores envolvidos e por isso a importância desse reporte periódico.

Mais que um programa de logística reversa convencional, o Programa ViraSer se apresenta como um programa de desenvolvimento local e regional, articulando parceiros que tenham interesse e responsabilidade na temática, para juntos potencializarem a recuperação da fração seca dos resíduos sólidos pós consumo.

### Referências

Resíduos Sólidos. Lei 12.305/2010 comentada artigo por artigo. Telma Bartholomeu Silva. Editora Nova Onda. 2016

Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil/ Força Tarefa de Finanças Sociais. Instituto de Cidadania Empresarial (ICE). [www.forcatarefaфинancassociais.org.br](http://www.forcatarefaфинancassociais.org.br) Abril de 2015.

## IMPACTO SOCIAL

Negócios de Impacto social no Brasil/ Organizado por Edgard Barki et AL. – São Paulo: Peirópolis, 2013.

**UMA NOVA JORNADA DE IMPACTO**

**PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM UM APRENDER  
NUMA AÇÃO-REFLEXÃO-AÇÃO**

**PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA AUTOGESTÃO E  
AUTODEFENSORIA: CIDADANIA E AMPLA PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL  
E TRABALHO**

**ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA CULTURAL O ARREBOL: PRÁTICAS  
ARTÍSTICAS INSPIRADORAS DO TERCEIRO SETOR ALAGOANO**

**AS AÇÕES EXTENSIONISTAS DESENVOLVIDAS PELA AGENDHA  
NO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO/BA E REGIÃO**

**CATADORES (AS) DE MATERIAIS RECICLADOS E SUA  
CONJUNTURA SOCIETAL: CONFERINDO SENTIDOS ATRAVÉS  
DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA**

**PROJETO RONDON® MINAS E VOLUNTARIADO UNIVERSITÁRIO:  
UMA METODOLOGIA DE TRABALHO COMUNITÁRIO PARA O  
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**

**PROGRAMA VIRASER - RESPONSABILIDADE  
COMPARTILHADA NO GERENCIAMENTO DE  
RESÍDUOS SÓLIDOS**

ISBN 978-65-80183-01-2



9 786580 183012

